

MESTRADO EM HISTÓRIA, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COOPERAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

# **O Ativismo Antirracista como Novo Movimento de Libertação Social em Portugal Uma Análise Póscolonial de um País “Não Racista”**

Carolina de Oliveira Garrido

**M**

2023



Carolina de Oliveira Garrido

# **O Ativismo Antirracista como Novo Movimento de Libertação Social em Portugal Uma Análise Póscolonial de um País “Não Racista”**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e  
Cooperação, orientada pelo Professor Doutor Virgílio Borges Pereira

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2023

## Sumário

|                                                                                                                       |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Declaração de honra .....                                                                                             | 3   |
| Agradecimentos.....                                                                                                   | 5   |
| Resumo.....                                                                                                           | 6   |
| Abstract .....                                                                                                        | 7   |
| Índice de Tabelas .....                                                                                               | 8   |
| Lista de abreviaturas e siglas.....                                                                                   | 9   |
| Introdução .....                                                                                                      | 10  |
| 1. Quadro Teórico e Modelo de Análise.....                                                                            | 13  |
| 1.1 (Anti)racismo enquanto ponto de partida.....                                                                      | 13  |
| 1.2 Introdução às teorias das Relações Internacionais .....                                                           | 18  |
| 1.2.1 A crítica ao eurocentrismo nas Relações Internacionais .....                                                    | 22  |
| 1.2.2 As teorias póscoloniais nas Relações Internacionais.....                                                        | 24  |
| 1.3 Póscolonialismo e racismo .....                                                                                   | 30  |
| 1.4 Origens históricas e sociais do ativismo antirracista internacional .....                                         | 36  |
| 1.4.1 O ativismo antirracista e a (falta de) emancipação negra .....                                                  | 42  |
| 1.4.2 O ativismo antirracista como organização de carácter transnacional .....                                        | 47  |
| 2. Metodologia da Investigação.....                                                                                   | 57  |
| 2.1 Teoria, pesquisa e ética .....                                                                                    | 57  |
| 2.1.1 A teoria indutiva e a teoria dedutiva da investigação.....                                                      | 57  |
| 2.1.2 As estratégias de pesquisa qualitativa e quantitativa .....                                                     | 59  |
| 2.1.3 As considerações práticas e éticas .....                                                                        | 60  |
| 2.2 Desenho da investigação .....                                                                                     | 61  |
| 2.2.1 O estudo de delineamento transversal quantitativo ou análise de estatísticas oficiais ....                      | 61  |
| 2.2.2 O estudo de delineamento transversal qualitativo ou análise de conteúdo de entrevistas<br>semiestruturadas..... | 62  |
| 3. A Luta Antirracista em Portugal.....                                                                               | 65  |
| 3.1 Ser Negro em Portugal .....                                                                                       | 65  |
| 3.2 Militantismo e associativismo.....                                                                                | 82  |
| 3.3 Ativismo como experiência vivida.....                                                                             | 89  |
| 3.4 Branquitude e antirracismo.....                                                                                   | 97  |
| Considerações Finais.....                                                                                             | 101 |
| Referências Bibliográficas .....                                                                                      | 104 |
| Anexos.....                                                                                                           | 114 |
| Anexo 1 .....                                                                                                         | 114 |
| Anexo 2 .....                                                                                                         | 131 |
| Anexo 3 .....                                                                                                         | 160 |

## **Declaração de honra**

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, maio de 2023

Carolina de Oliveira Garrido

## **Agradecimentos**

Para começar, gostaria de agradecer ao meu orientador, o Professor Virgílio Borges Pereira, pelo acompanhamento e aconselhamento constante ao longo desta jornada que em tudo me fez crescer.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional, por acreditarem em mim desde o primeiro dia, por nunca deixarem que nada me faltasse e por me fazerem seguir em frente, sempre. Sem eles nada seria possível.

Ao meu irmão, exemplo de dedicação e resiliência, por me inspirar todos os dias.

Ao Diogo, companheiro de todas as horas, por me encorajar a nunca abrir mão dos meus sonhos e das minhas convicções, e por me lembrar que a chama que me faz continuar só se apagará se eu deixar.

Aos amigos do coração que esta faculdade me deu, por tudo aquilo que nos uniu e continua a unir, e por terem feito parte daqueles que foram os melhores anos da minha vida.

E, por último, ao Porto, cidade que me acolheu e abraçou ao longo de todos estes anos, cujos segredos levo comigo para a vida.

Obrigada.

## Resumo

A presente investigação tem como foco o ativismo antirracista no contexto pós-colonial português. O objetivo passa por compreender de que modo é que este ramo do ativismo em particular poderá ajudar Portugal a libertar-se do legado racista do colonialismo, bem como por analisar a forma como essa libertação poderá proporcionar a emancipação da comunidade Negra no nosso país. Partindo da ideia de que o ativismo antirracista tem sido uma das ferramentas fundamentais para a promoção dos direitos Negros, procura-se entender o impacto que este tem tido dentro das nossas fronteiras, ao mesmo tempo que se desvendam limitações e potenciais entraves ao seu desenvolvimento. A metodologia utilizada consiste numa combinação de entrevistas realizadas a dirigentes associativos antirracistas e análise de dados obtidos a partir de inquéritos oficiais, que culminam num entendimento aprofundado do tema em questão. Pretende-se que os resultados obtidos demonstrem que o ativismo antirracista e o melhoramento da posição da comunidade Negra em Portugal estão intimamente ligados enquanto fenómenos sociais. Além disso, visa-se chegar a conclusões lógicas acerca das melhorias que poderão ser alcançadas com o avanço desta nova onda revolucionária, na medida em que o movimento ativista está em constante evolução e deverá, como tal, continuar a atualizar-se face aos problemas que poderão vir a surgir.

**Palavras-chave:** Ativismo; Antirracismo; Pós-colonialismo; Libertação; Movimento Social; Portugal.

## **Abstract**

This investigation focuses on anti-racist activism in the portuguese post-colonial context. The goal is to understand how this particular branch of activism can help Portugal to free itself from the racist legacy of colonialism, as well as to analyze how this liberation can provide the emancipation of the Black community in our country. Starting from the idea that anti-racist activism has been one of the fundamental tools for the promotion of Black rights, we seek to understand the impact it has had within our borders, while also uncovering limitations and potential obstacles to its development. The methodology used consists of a combination of interviews, which are to be conducted with antiracist association leaders, and the analysis of data obtained from official surveys, culminating in an in-depth understanding of the matter at hand. It is intended that the results that we obtain demonstrate that anti-racist activism and the improvement of the position of the Black community in Portugal are intricately linked as social phenomena. Furthermore, it aims to reach logical conclusions about the improvements that can be achieved with the advance of this new revolutionary wave, as far as the activist movement is constantly evolving and should, as such, continue to reinvent itself in the face of problems that may arise.

**Keywords:** Activism; Antiracism; Post-colonialism; Liberation; Social Movement; Portugal.

## Índice de Tabelas

|                                                                                        |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------|----|
| TABELA 1 – MEMBROS DE UM GRUPO DISCRIMINADO EM PORTUGAL .....                          | 70 |
| TABELA 2 – DISCRIMINAÇÃO DO GRUPO DE INQUIRIDOS: COR OU “RAÇA” .....                   | 71 |
| TABELA 3 – DISCRIMINAÇÃO DO GRUPO DE INQUIRIDOS: GRUPO ÉTNICO .....                    | 72 |
| TABELA 4 – DISCRIMINAÇÃO DO GRUPO DE INQUIRIDOS: CIDADÃO DO PAÍS X COR OU “RAÇA” ..... | 74 |
| TABELA 5 – DISCRIMINAÇÃO DO GRUPO DE INQUIRIDOS: NASCIDO NO PAÍS X COR OU “RAÇA” ..... | 78 |

## Lista de abreviaturas e siglas

|             |                                                            |
|-------------|------------------------------------------------------------|
| SPSS .....  | STATISTICAL PACKAGE FOR SOCIAL SCIENCES                    |
| EUAFR ..... | EUROPEAN AGENCY FOR FUNDAMENTAL HUMAN RIGHTS               |
| UE .....    | UNIÃO EUROPEIA                                             |
| CICDR ..... | COMISSÃO PARA A IGUALDADE E CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL  |
| RI .....    | RELAÇÕES INTERNACIONAIS                                    |
| ACIDI ..... | ALTO COMISSARIADO PARA INTEGRAÇÃO E DIÁLOGO CULTURAL       |
| NAACP ..... | NATIONAL ASSOCIATION FOR THE ADVANCEMENT OF COLORED PEOPLE |
| SCLC .....  | SOUTHERN CHRISTIAN LEADERSHIP CONFERENCE                   |
| CORE .....  | CONGRESS OF RACIAL EQUALITY                                |
| ONU .....   | ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS                              |
| OERX .....  | OBSERVATÓRIO EUROPEU DO RACISMO E DA XENOFOBIA             |
| ACIME ..... | ALTO-COMISSÁRIO PARA A IMIGRAÇÃO E MINORIAS ÉTNICAS        |
| PALOP ..... | PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA              |
| ONG .....   | ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL                              |
| BLM .....   | BLACK LIVES MATTER                                         |
| ESS .....   | EUROPEAN SOCIAL SURVEY                                     |
| NMS .....   | NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS                                   |
| ACM .....   | ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES                        |

## Introdução

O racismo pós-colonial é um dos fantasmas do passado que mais tem vindo a assombrar o presente dos portugueses afrodescendentes. O ativismo antirracista, de outra parte, parece ser a única forma de espantar esta assombração centenária, alicerçando a sua força numa imperiosa vontade de mudança. A sociedade, contudo, resiste a estes avanços, vangloriando-se de uma herança colonial rica e nobre. Partindo da proposição que acabamos de apresentar, a exposição que se seguirá nos capítulos seguintes procurará confrontar as seguintes questões: é Portugal um país racista? Os vestígios do colonialismo perduram, ainda hoje, na sociedade portuguesa contemporânea? Será o ativismo antirracista um método eficaz de proteção e defesa dos direitos das minorias? Quais os maiores desafios enfrentados pela comunidade afrodescendente em Portugal? É o ativismo capaz de lhes dar resposta?

O trabalho de investigação será, então, dividido em três capítulos cardeais nos quais se abordam, respetivamente, as particularidades dos movimentos pós-coloniais, bem como as copiosas dimensões do ativismo antirracista; a metodologia utilizada para concretizar as nossas intenções de pesquisa; e, por último, a presença e impacto do racismo pós-colonial no espaço português.

No primeiro capítulo, a imensidão e vastidão das propostas das teorias póscoloniais constituirá o nosso foco principal, localizando-as no espectro das teorias das Relações Internacionais e analisando a sua relação com o movimento ativista antirracista e as suas raízes histórias, sociais e transnacionais. Aqui, trataremos de explorar o póscolonialismo nas suas variadíssimas vertentes, apontando também as falhas no seio das Relações Internacionais e demais ramos das ciências sociais que fizeram com que o problema do colonialismo fosse, ao longo dos anos, descurado e desvalorizado. Para além disso, abordaremos a questão da emancipação negra no contexto do ativismo antirracista, estudando os obstáculos que impedem que esta se concretize na sua plenitude.

No capítulo segundo, será explicitada a metodologia de trabalho à qual recorreremos para melhor tratar o nosso objeto de estudo e dele fazer fruir os resultados pretendidos. Uma explicação detalhada do processo de diagnóstico do problema que visamos tratar

será requerida, enquanto uma descrição dos passos a tomar para atingir as metas pretendidas terá igualmente lugar neste ponto.

No terceiro e último capítulo, a especificidade do racismo em Portugal será cuidadosamente dissecada com recurso a uma análise quantitativa de dados fornecidos por uma plataforma estatística de alcance e renome internacionais, assim como por uma análise qualitativa do fenómeno, desta vez baseada na análise de conteúdo de entrevistas dirigidas a membros voluntários de associações e coletivos antirracistas como sede em território português. Pretende-se, nesta etapa, dar a conhecer a realidade da sociedade portuguesa em matéria de preconceito e discriminação racial e, simultaneamente, encontrar respostas para este problema que tanto nos preocupa e perturba.

Esperamos, com esta segmentação de temas, ser o mais concisos e consistentes possível na observação de um fenómeno tão complexo como o (anti)racismo pós-colonial.



## 1. Quadro Teórico e Modelo de Análise

To confront contemporary inequalities, activists, workers, and citizens must build a counterpower that challenges state policies and productive relations which reproduce inequality and seeks to remake our world in a more humanistic, democratic image.

(Johnson, 2007, p. 230)

### 1.1 (Anti)racismo enquanto ponto de partida

A discriminação étnica e racial é, para uns, uma vivência diária e, para outros, uma mera lembrança turva do passado colonial. Contudo, décadas após o auge da cruzada colonizadora, o galopante avanço da globalização veio espalhar pelo mundo as sementes da multiculturalidade, das quais têm florescido, desde então, novos conflitos racialmente motivados. Portugal não é exceção à regra: embora não existam estatísticas oficiais que comprovem o real grau de discriminação sofrido por qualquer indivíduo de origem étnica ou racial divergente no nosso país, há inúmeros estudos e relatórios que apontam para uma imensidão de práticas segregacionistas cuja origem é, indubitavelmente, racista.

Em 2018, a *European Union Agency for Fundamental Rights* (EUAFR) levou a cabo um estudo intitulado “Ser Negro na União Europeia: Segundo Inquérito Sobre Minorias e Discriminação na União Europeia”, no qual participaram 6000 afrodescendentes provenientes de doze países da União Europeia (UE). Este inquérito veio a revelar conclusões chocantes, nomeadamente a de que um em cada três dos inquiridos, isto é, cerca de 30% da amostra, havia sido alvo de assédio racial nos cinco que antecederam o projeto. Para mais, no que toca a este mesmo período, 5% dos participantes declararam ter sofrido violência racista verbal e não verbal, muitas vezes às mãos de forças policiais. Importa notar que, de acordo com a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR, 2022), a violência de cariz racial engloba todos os comportamentos que, direta ou indiretamente, prejudiquem uma pessoa em razão da sua origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem. O assédio racial, por sua vez, diz respeito a qualquer conduta relacionada com os fatores

supramencionados e que tenha como objetivo a violação da dignidade de determinada pessoa ou grupo de pessoas, criando um ambiente hostil, degradante, humilhante, desestabilizador e ofensivo (CICDR, 2022). Para agravar ainda mais um cenário já de si alarmante, 3% dos indivíduos entrevistados afirmaram terem sido vítimas de violência física racista por parte de agentes da polícia no ano anterior ao inquérito. Este número torna-se tanto mais preocupante quanto mais refletimos sobre o papel das instituições de segurança em Portugal que, mesmo tendo registado uma das taxas mais baixas deste tipo de violência quando comparado com os restantes países em observação, continua a somar casos de brutalidade injustificada, particularmente nos bairros periféricos de grandes centros urbanos, como Porto ou Lisboa. Estas zonas são tidas como perigosas por uma grande fatia da população, devido à preponderância de habitantes negros e à noção geral de que, dado este aspeto, são áreas onde o crime prolifera e a insegurança reina (Carneiro, 2021). Ainda que, numa primeira instância, muitos se sintam inclinados a concordar, mesmo que inconscientemente, com estes preconceitos, é fundamental reconhecer que os territórios “à margem” da sociedade, como os bairros de habitação social, são construções estatais que promovem e incentivam a exclusão social dos seus residentes, contrariamente ao que seria esperado (Raposo *et al.*, 2019). O discurso difamatório propagado nos meios de comunicação social acentua estas desigualdades e legitima, em certa medida, a exploração e transgressão aí infligidas por parte das forças de autoridade, que justificam as suas atuações como inescusáveis para a proteção do bem-estar da comunidade e, em termos mais abrangentes, da própria sociedade. De outra parte, os bairros sociais transformam-se em refúgios para o racismo, a violência e o medo que assoberbam aqueles que neles vivem, reforçando involuntariamente a narrativa isolacionista que contribui para a precaridade destes indivíduos (Agier, 2015).

O racismo institucional – termo cunhado pela primeira vez na História por dois ativistas negros, Kwame Ture e Charles V. Hamilton (1992) – “provém do funcionamento de forças estabelecidas e respeitadas na sociedade. Baseia-se na operação ativa e onnipresente de atitudes e práticas anti negras. Prevalece uma sensação de posição superior do grupo: os brancos são “melhores” do que os negros e, portanto, os negros devem ser subordinados aos brancos. Isto é uma atitude racista e permeia a sociedade, tanto a nível individual como institucional, dissimulada ou abertamente” (pp. 20-21).

Esta vertente do racismo representa um dos conceitos basilares da fundação do Estado, uma vez que a “raça” é operacionalizada com vista a reproduzir relações assimétricas de poder, perpetradas maioritariamente por instituições policiais cujas ações passam impunes, pois servem como mecanismo de controlo destas minorias, indesejadas e desprezadas por um Estado que, relutantemente, as acolhe (Goldberg, 2009). Contudo, as abordagens ao racismo estrutural que trespassa as nossas organizações estatais têm vindo a ser, em anos recentes, substituídas por análises individuais deste fenómeno, retratando episódios de racismo como casos excepcionais e não como um problema da coletividade (Araújo e Maeso, 2010). A reprogramação, na mente coletiva, daquelas que são as verdadeiras causas da violência racista leva, uma vez mais, à isenção de culpa por parte dos organismos que, de facto, se alimentam e beneficiam desta segregação.

Outro dos obstáculos que tem vindo a impedir uma discussão mais radical e honesta sobre a marginalização racial em território português é, naturalmente, a ideia do “lusotropicalismo”, introduzida por Gilberto Freyre na década de 1930 e adotada, até aos dias de hoje, por vários académicos e intelectuais. Segundo Castelo (1998), o lusotropicalismo é uma quase-teoria que atribui ao povo português uma excelente capacidade de adaptação aos trópicos, fruto da nossa suposta apetência para a interpenetração de culturas e modos de vida, que veio a estimular o colonialismo “benevolente” no qual muitos portugueses ainda acreditam e do qual se orgulham. Este discurso acentua a imagem do português como um ser que é imune ao racismo, tendo também uma vocação inata para o universalismo e para a convivência com outras gentes. Como seria de esperar, esta tese foi altamente apreciada e propagandeada pelo Estado Novo, que pretendia fazer da colonização um ato heroico, mas voltou a ser resgatada por diversos partidos políticos nos anos ´50, que se uniram sob a bandeira da nação pluricontinental portuguesa (Castelo, 1998). Após tanto tempo, parece que os preceitos do lusotropicalismo permanecem bem assentes na sociedade civil, visto que, na sua maioria, esta continua a exaltar o colonialismo como apogeu do contributo civilizacional e a branquear os processos horrendos que o sustentaram. Os próprios currículos escolares, especialmente os que concernem à disciplina de História, cristalizam a imagem de um Portugal salvador, cristão e civilizado, por oposição às colónias, subdesenvolvidas, selvagens e rudimentares (Araújo e Maeso, 2010).

Este binário de “Nós” contra o “Outro” é, na verdade, um dos conceitos mais abundantemente criticado por toda a teoria póscolonial, à qual nos referiremos em maior detalhe nos subcapítulos seguintes. Não podemos esquecer, todavia, que este foi um dos métodos essenciais para a propagação da ideologia colonial, que funcionava com base no enaltecimento das nossas virtudes em detrimento das do Outro, fomentando assim a ideia da superioridade branca no imaginário coletivo (Raposo *et al.*, 2019).

Ainda no seguimento das barreiras à integração plena das minorias étnicas e raciais em Portugal urge mencionar a própria Lei da Nacionalidade, que faz preceder o princípio *jus sanguinis* sob o princípio *jus soli*, o que se traduz no impedimento de obtenção da cidadania portuguesa a menos que um dos progenitores a tenha ou no caso dos mesmos se encontrarem a viver legalmente em Portugal há mais de dois anos. A população afrodescendente vê-se, então, novamente subjugada a um regime que a invisibiliza, dando lugar a novas e renovadas formas de colonialidade (Raposo *et al.*, 2019). Este regime pode ser identificado como algo que Anderson (2008) apelida de “comunidade imaginada”, ou seja, uma sociedade exageradamente nacionalista na qual a conceção de Estado se funde com a noção de “raça”. Aqui, todos aqueles que não se identifiquem com a “raça” dominante são excluídos de certos direitos e regalias, porque não cumprem os requisitos necessários para fazer parte de uma coletividade que é histórica, cultural e, acima de tudo, racialmente imaginada (Anderson, 2008).

Como resposta a esta opressão centenária cujo fim não aparenta estar à vista, temos vindo a assistir a um ressurgimento do ativismo antirracista, sobretudo da sua faceta mais revolucionária e radical. As associações de apoio às minorias e, em especial, às comunidades afrodescendentes têm, igualmente, prosperado e tentado atuar em múltiplas fações da esfera pública e privada, de maneira a poderem trazer melhorias à condição de vida destes cidadãos. Em Portugal, organizações como a Djass – Associação de Afrodescendentes, a SOS Racismo, a FEMAFRO – Associação de Mulheres Negras, Africanas e Afrodescendentes em Portugal, entre muitas outras, têm assumido uma posição de destaque no combate a toda e qualquer expressão de racismo dentro dos limites das nossas fronteiras. O envolvimento dos jovens neste tipo de associações é notável e, de acordo com Jardim e Silva (2019), pode mesmo favorecer o seu percurso

escolar e cívico, porquanto encoraja traços de liderança, criatividade e autoconfiança, promovendo, simultaneamente, iniciativas de voluntariado, convívio e lazer que incitam o aperfeiçoamento de características pessoais, como a autonomia e a responsabilidade social.

A conceção de “capital social” torna-se, neste contexto, muito valiosa, pois percebemos que, tal como o capital físico ou o capital humano, este pode aumentar a produtividade de indivíduos e grupos (Putnam, 2000). Apesar das abundantes definições de capital social, Putnam (2000) elucida-nos, dizendo que o capital social está proximamente relacionado com aquilo que alguns chamam de “virtude cívica”. A diferença é que o “capital social” chama a atenção para o facto de que a virtude cívica é mais poderosa quando está imbuída numa densa rede de relações sociais recíprocas. Uma sociedade de muitos indivíduos virtuosos mas isolados não é necessariamente rica em capital social” (p. 16). Ora, o capital social pode ser extrapolado de formas de lazer quotidianas e rotineiras, e, similarmente, de atividades de participação cívica ativa. Na realidade, o que se tem vindo a verificar em anos recentes é que o ativismo cívico não nasce forçosamente da ligação com entidades como aquelas a que aludimos anteriormente, mas antes de um conjunto de agentes, nos quais se incluem, por exemplo, as redes sociais, as características pessoais do indivíduo, as suas motivações, os seus recursos financeiros, o seu grau de escolaridade e o seu estatuto de cidadania (Albuquerque, 2010). Estes coeficientes, aliados às oportunidades de participação disponíveis no contexto social do indivíduo, levam à mobilização gradual de todos esses meios para a realização dos interesses do ativista, que podem ser completamente discrepantes de pessoa para pessoa (Albuquerque, 2010).

A organização de protestos e manifestações pacíficas tem também vindo a ser trasladada para Portugal, que une os seus esforços aos da comunidade internacional no grito contra a violência racista mortífera que tem vindo a assolar o mundo em números genuinamente assustadores. Reivindicando acesso justo à habitação, ao trabalho e à cidadania, pedindo a descolonização do ensino, apelando à criação de leis mais equitativas e gritando por uma sociedade livre das amarras do colonialismo, os ativistas presentes nestas demonstrações revoltam-se contra um sistema pouco plural e muito hierarquizado, no qual a inclusão se assemelha cada vez mais, a uma utopia

(Santos e Pimenta, 2021). Os ativistas pelos direitos Negros demandam por melhores e mais competentes soluções para a questão da discriminação e lamentam a falta de estudos étnico-raciais no país, que poderiam eventualmente trazer alguma clareza a estes debates. Não obstante as pequenas melhorias introduzidas ao longo do tempo, sentem que apenas a sociedade civil está realmente investida no progresso e que o Governo pouco ou nada fará para reparar os danos históricos e contemporâneos causados às comunidades racializadas, daí a necessidade de se radicalizarem e juntarem em prol de um bem maior (Santos e Pimenta, 2021).

O crescente avanço da extrema direita em Portugal, personificado em partidos políticos como o CHEGA, usufrui da afeição de um sem-número de votantes e é mais um dos motivos de alarme em matéria de racismo, já que as políticas deste partido e de outros que partilham da mesma génese são ferozmente discriminatórias e assumidamente anti-imigração. Mesmo que não seja possível alongarmo-nos demasiado neste assunto, dada a natureza desta dissertação, não queremos deixar passar em branco a noção de que estas políticas equivalem a uma das maiores ameaças à prosperidade dos afrodescendentes em Portugal, bem como de qualquer outro grupo étnico ou racial minoritário, que poderão ver a sua liberdade comprometida e arrasada por medidas racistas e xenófobas.

Assim, este trabalho focar-se-á no diagnóstico das vulnerabilidades e dos pontos fortes do complexo ativista antirracista em Portugal e no mundo, em diferentes frentes. É crucial indicar que a pesquisa será maioritariamente orientada no sentido de analisar as heranças do passado colonial português e o modo como esse legado influencia, ainda hoje, a mentalidade dos portugueses em relação às famílias afrodescendentes que residem no nosso país, para que possamos averiguar a preponderância do movimento ativista na mudança destas formas de ver e pensar a diferença.

## **1.2 Introdução às teorias das Relações Internacionais**

Para que possamos captar a essência do póscolonialismo e as aspirações daqueles que o defendem é indispensável contextualizar o seu advento no seio da comunidade

académica e, especificamente, no ramo das Relações Internacionais (RI). Como tal, este sucinto capítulo será dedicado à exploração dos debates que nortearam o campo das teorias das Relações Internacionais até à data. Note-se que esta não será uma exposição detalhada de cada debate ou teoria, mas sim um esclarecimento bastante breve das linhas gerais que impulsionaram cada um deles.

Como sabemos, as Relações Internacionais emergiram, enquanto disciplina científica, no rescaldo da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), dada a primordialidade do restabelecimento de um regime de paz e cooperação que impedisse um novo confronto tão catastrófico como o que havia sucedido. Em 1917, a Universidade de Aberystwyth, na Escócia, criou o primeiro departamento de Relações Internacionais de que há registo, com o intuito de estudar a guerra de um ponto de vista académico e normativo (Nogueira e Messari, 2005). À escala global, os líderes internacionais rapidamente se aperceberam da urgência de organizarem as suas sociedades de modo mais solidário e cooperativo, passando a interferir de forma consciente nos processos externos que as definem. Os objetos de estudo primordiais das RI são, então, os atores, acontecimentos e fenómenos que interagem no panorama internacional, ou seja, fora das fronteiras domésticas das sociedades (Pecequillo, 2004). As teorias das Relações Internacionais, por outro lado, foram sendo delineadas paralelamente a todo este movimento. A finalidade máxima destas teorias é a delimitação de conceitos e métodos que permitam a apreensão das multitudes que compõem o sistema internacional, sem descurar a explicação dos fenómenos que moldam a política internacional (Nogueira e Messari, 2005).

No período imediatamente após o desfecho da Primeira Guerra Mundial, o mundo uniu-se em torno de valores liberais de Estado, fortemente inspirados pelos modelos vigentes nos Estados Unidos e na Inglaterra. A democracia e o liberalismo eram tidos como a única forma de prevenção de futuros desastres internacionais, logo, prevaleceram como modelo de pensamento medular durante bastante tempo (Jackson e Sorensen, 2007). O pensamento liberal clássico tinha, então, como pilar a ideia de que as organizações internacionais eram responsáveis pela defesa da paz e pela manutenção de boas relações entre os Estados (Jackson e Sorensen, 2007). Ora, o primeiro grande debate das RI foi introduzido por Edward Hallett Carr, um diplomata britânico aposentado que, em

1939, publicou uma obra em que demonstrou o seu descontentamento face a esta teoria e na qual dividiu os estudiosos em dois grupos distintos: realistas e utópicos ou idealistas. O autor estava confiante que os académicos liberais tinham exagerado as suas preocupações normativas e que isso fazia com que não vissem o mundo como ele realmente é, impedindo-os de prever eventos catastróficos vindouros (Nogueira e Messari, 2005). Por outro lado, os realistas estavam em sintonia com a realidade e eram menos utópicos na sua visão do poder e dos interesses que trespassam a política internacional (Nogueira e Messari, 2005). Esta foi uma discussão ontológica da qual a teoria realista, iluminada pela obra de Maquiavel e de Hobbes, saiu vencedora, enfatizando a lógica da sobrevivência do Estado em detrimento de uma racionalidade mais pacifista (Jackson e Sorensen, 2007). A guerra é, então, um elemento substancial e definidor do contacto entre Estados (Jackson e Sorensen, 2007).

O segundo debate das RI foi mais metodológico do que ontológico, tendo acompanhado a revolução behaviorista nas ciências sociais. A ênfase passou a ser colocada no modo de estudar o cenário internacional, ao invés de estar apontada ao conteúdo da investigação. Os realistas alertavam para a imprescindibilidade de maior rigor científico na pesquisa, que deveria ser amparada por métodos habitualmente usados nas ciências exatas (Nogueira e Messari, 2005). Acontece que, em finais das décadas de '60 e '70, o realismo sofreu um duro golpe enquanto teoria dominante nas RI, com críticas às suas premissas mais básicas a assolarem o discurso. O aparecimento da União Soviética como superpotência, a descolonização decorrente das décadas de '50 e '60 e a emergência de novos atores não estatais no contexto internacional foram alguns dos motores da discórdia que então se gerou e que foi, essencialmente, fruto da evolução natural da Política Internacional e da própria disciplina de Relações Internacionais (Nogueira e Messari, 2005).

Nessa mesma época, Michael Banks publicou um capítulo de livro onde mencionou uma contradição entre três paradigmas: o realismo, o liberalismo e o marxismo (Nogueira e Messari, 2005). Banks pensou a evolução entre paradigmas por via de saltos de descontinuidade e ruturas entre eles, e não por meio de debates. Este impasse de natureza epistemológica causou a impressão de que a disciplina havia estagnado, sem

qualquer possibilidade de consenso ou diálogo entre perspectivas (Nogueira e Messari, 2005).

Em 1989, Yossef Lapid publicou um artigo onde inaugurou aquele que é reputado como o terceiro debate das RI, desta vez separando positivistas de pós-positivistas. Este era, novamente, um debate de teor ontológico, que veio a contrastar com o primeiro, onde se comparavam realistas e liberais (Nogueira e Messari, 2005).

Mais tarde, nos anos '90, ergueu-se a teoria construtivista, que teve em Anthony Giddens o seu maior precursor e que trouxe a palco discussões que estavam a ser tratadas noutras áreas das ciências sociais. O debate contemporâneo entre realismo, liberalismo, construtivismo e as suas respetivas variantes foi, finalmente, consolidado (Nogueira e Messari, 2005).

Neste contexto, as teorias póscoloniais parecem ter sido renegadas para segundo plano por investigadores e pensadores. Despontando nos anos '90, estas teorias começaram a mostrar preocupação científica para com a condição criada no momento pós-colonial, designadamente no que tocava às relações entre colonos e colonizadores, metrópoles e ex-colónias, imigrantes e hóspedes, entre outros (Nogueira e Messari, 2005). Nesse sentido, as teorias póscoloniais centram a sua atenção no estudo de fronteiras e na sua transgressão, assim como em matérias de ética, tais como o humanismo e o eurocentrismo que o atravessa, sobre o qual versaremos em maior pormenor no subcapítulo seguinte. De modo muito sucinto, vale a pena aludir a alguns outros traços marcantes do póscolonialismo, dos quais se destacam a crítica ao pós-modernismo, a desvalorização do Ocidente enquanto personagem principal das RI, a exaltação do estudo das comunidades marginalizadas e a interface da disciplina com outras áreas do conhecimento (Nogueira e Messari, 2005).

As teorias póscoloniais têm sido largamente desprezadas e ignoradas pelas Relações Internacionais como um todo, o que se deve, em grande parte, às discussões incomodativas que provocam e às questões profundas que levantam, muitas vezes difíceis de responder de acordo com as correntes predominantes (Nogueira e Messari, 2005). Porém, o facto de contestarem a soberania do Ocidente e de questionarem conceitos de uso amplo nas Relações Internacionais prova que estão sintonizadas com

o discurso atual, que as suas observações são pertinentes e que devem ser ouvidas por todos aqueles que tenham interesse na disciplina. É esta linha de pensamento que direcionará a nossa investigação e por ela nos guiaremos no decurso desta dissertação.

### **1.2.1 A crítica ao eurocentrismo nas Relações Internacionais**

A versão da História em que a Europa assume uma posição dominante na construção da modernidade continua a imperar no discurso operado pelas ciências sociais e pelas humanidades em geral (Araújo e Maeso, 2010). As disciplinas abrangidas por estes domínios do saber estavam, até 1945, notoriamente localizadas em quatro países europeus – França, Inglaterra, Alemanha e Itália – bem como nos Estados Unidos da América, conjuntura esta que é facilmente atribuída ao facto de a ciência social em si ter germinado a partir dos problemas da Europa que, à época, governava todo o sistema-mundo. O continente europeu precisava de uma solução rápida para as adversidades que enfrentava e as ciências sociais foram céleres a providenciá-la (Wallerstein, 1997). Este processo veio a formar uma ideologia que hoje conhecemos como eurocentrismo. Com o passar dos anos, os processos de descolonização de África e da Ásia foram arrastando consigo uma consciência política progressivamente mais aguçada por parte dos países não europeus, que afetou o mundo do conhecimento e as políticas do sistema-mundo de igual modo (Wallerstein, 1997). A despeito disso, o eurocentrismo não esmoreceu e conserva-se, até hoje, intacto no seu pódio, desfigurando a nossa visão, não só do mundo contemporâneo, mas da História da Humanidade.

A intenção deste subcapítulo passará, então, por expor sumariamente o eurocentrismo nas suas numerosas variáveis e, de igual modo, oferecer uma interpretação sintética do peso que este ainda tem no campo das Relações Internacionais e, por consequência, nas teorias pós-coloniais, à semelhança do que se verifica em muitos outros setores das ciências sociais.

Samir Amin (1989), na sua obra *El eurocentrismo: crítica de una ideología*, descreve o eurocentrismo como:

Um culturalismo, no sentido em que assume a existência de invariantes culturais que moldam as trajetórias históricas de diferentes povos, que são irreduzíveis uns para os outros. É, portanto, anti universalista porque não está interessado em descobrir possíveis leis gerais da evolução humana. Mas apresenta-se como um universalismo no sentido em que propõe a todos a imitação do modelo ocidental como a única solução para os desafios do nosso tempo. O eurocentrismo não é a soma de preconceitos, equívocos e ignorância dos ocidentais em relação aos outros, mas sim a soma dos seus próprios preconceitos, equívocos e ignorância do Ocidente. (p. 9)

Conforme esclarece o autor, o eurocentrismo não pode ser encarado como uma teoria social, mas antes como uma deformação, sistemática e importante, da qual as ideologias prevalentes padecem. Amin (1989) salienta também a responsabilidade dos meios de comunicação social na expressão banalizada dos preconceitos ocidentais, não obliterando o papel dos próprios especialistas que se enquadram nos diversos domínios das ciências sociais e que, não raras vezes, não são capazes de se abstrair das prenoções e estereótipos que os consomem, o que acaba por, invariavelmente, prejudicar a imparcialidade dos seus empreendimentos.

Outros famosos autores críticos do eurocentrismo, como James Morris Blaut (1992) – especializado em geografia histórica e política do colonialismo europeu – frisam a função do colonialismo na evolução do capitalismo, argumentando que o primeiro se encontra no coração de transformações históricas como a ascensão da Europa. Consoante a ótica evidenciada por Blaut (1992) em *1492: The Debate on Colonialism, Eurocentrism and History*, o colonialismo foi fonte de uma acumulação de riqueza económica, social e política que, para além de ter sido muito mais vasta do que se pensa, também catapultou a Europa para o centro do globo. O autor rejeita a ideia de que a Europa era mais avançada do que a Ásia e a África antes de 1492 e reafirma, à vista disso, a noção de que o colonialismo foi uma causa, e não um efeito, da evolução cultural europeia. Contrariamente ao que nos diz Samir Amin, Blaut (1992) crê que o difusionismo do eurocentrismo é uma super teoria, uma doutrina intrincada, mas simples na sua essência que serviu, a partir de meados do século XIX, para legitimar o projeto colonial, concedendo-lhe uma base intelectual. No fundo, a disseminação dos ideais

eurocêntricos levou a uma crença generalizada de que os europeus eram inerentemente superiores a todos os outros povos e de que a História fora da Europa brotava das suas invenções morais e científicas, que posteriormente alastravam para o resto do mundo (Blaut, 1992).

Do calamitoso alastramento desta ideologia irromperam dois pressupostos: o primeiro parte do princípio de que não é forçoso olhar para fora da Europa para que se expliquem os avanços históricos europeus, a menos que seja para apurar os motivos de eventuais retrocessos civilizacionais. O segundo axioma é mais subtil e profere que as qualidades espirituais e intelectuais dos europeus emanam da evolução social que ocorreu no âmago do espaço europeu (Blaut, 1992). Estas idealizações criaram aquilo que o autor batiza de *“tunnel history”*. Por outras palavras, este termo designa uma visão enviesada da História, que tolda juízos e molda a realidade de acordo com convicções preconcebidas. Esta dita “visão de túnel” teve consequências devastadoras para a fiabilidade da História, que passou a ser ditada por noções de superioridade racial. Os Europeus eram vistos como racionais e esta racionalidade fazia com que fossem perfeitamente capazes de exercer controlo sobre a população, acumulando níveis grandiosos de riqueza, enquanto os outros países, irracionais, não tinham capacidade para o fazer (Blaut, 1992). Uma vez mais, o colonialismo é apagado do mapa e os seus perpetuadores ilibados de culpa e responsabilidade. Neste contexto, somos levados a reconhecer que as implicações do eurocentrismo nas Relações Internacionais são imensas e graves, manifestando-se mais concretamente nas reivindicações proclamadas pelas teorias póscoloniais, das quais nos ocuparemos no próximo subcapítulo. Mesmo assim, interessa relembrar que o primado das construções teóricas originais, eurocêntricas por natureza, permanece bem vivo nos grandes centros de pesquisa das RI, autoafirmando-se e renovando-se a cada momento e impedindo que outras visões do mundo prosperem e se façam ouvir (Madruga, 2020).

### **1.2.2 As teorias póscoloniais nas Relações Internacionais**

Debrucemo-nos, por um momento, nas bases históricas, sociológicas e ideológicas que compõem o núcleo do póscolonialismo enquanto teoria das Relações Internacionais, a

fim de absorvermos a profundidade dos mecanismos sociais a partir dos quais estas se esboçam e que sustentam firmemente as suas propostas teóricas.

A resistência física e moral foi, desde o advento da colonização, uma das mais elementares armas de reação dos povos nativos contra a ocupação estrangeira. Como seria de prever, esta resistência não foi bem recebida pelos ocupadores, que procuravam retirar agência aos povos indígenas, tanto por meios políticos e militares, como por meios historiográficos ou quaisquer outros que se encontrassem à sua disposição (Childs & Williams, 2013). A resposta à luta apresentada por estes povos materializou-se num literal apagamento das suas ações nos registos escritos dessa era, nos quais apenas o Ocidente tinha direito a contar a sua história, tornando-a, assim, totalmente parcial (Childs & Williams, 2013). Como já estabelecemos em capítulo anterior, a eliminação das vozes dos insurgentes nativos perdura até ao presente, sobretudo na forma de currículos escolares desatualizados e obsoletos, que reiteram narrativas racistas, desumanizadoras e, em última análise, desprovidas de verdade.

A teoria póscolonial nasce, então, de uma vontade de devolver a voz àqueles que a perderam ou que, na maioria dos casos, nunca a tiveram. Cabe-nos dizer que, apesar dos ganhos institucionais e académicos que tem vindo a acumular, o póscolonialismo continua a ser severamente desacreditado enquanto modelo de análise cultural, principalmente quando comparado com outras teorias contemporâneas, como o feminismo ou o pós-estruturalismo (Moore-Gilbert, 1997). Este desprestígio deriva, segundo Afzal-Khan e Seshadri-Crooks (2000), da melancolia associada ao póscolonialismo e das críticas à sua legitimidade e viabilidade política, que partem, inclusive, dos próprios teóricos da disciplina. As autoras julgam que o termo se tornou demasiado abrangente e, por consequência, demasiado vago, referindo-se maioritariamente a um pós-Terceiro Mundo e perdendo, portanto, muita da sua especificidade. Discórdias em torno da génese do póscolonialismo têm assoberbado intelectuais e académicos, que se dividem também quanto ao significado da expressão. Para uns, póscolonialismo designa a morte do colonialismo e não a sua continuada existência, enquanto para outros a única razão pela qual a teoria é mais bem aceite na academia Ocidental é porque a própria expressão “pós-colonial” é menos agressiva do que outras como “imperialismo”, “neocolonialismo” e “Terceiro Mundo” (Chowdhry &

Nair, 2004). Apesar de todas estas apreciações, reconhecemos ao póscolonialismo o maior valor como campo de prática científica e nele basearemos teoricamente o nosso projeto de investigação daqui em diante.

Enquanto subdisciplina, o póscolonialismo dirige o seu foco para a exótica interseção entre questões de raça, etnia, género, nação, classe e eurocentrismo, assim como para condições de marginalidade, migração e minorização (Afzal-Khan & Seshadri-Crooks, 2000). O conceito de “margem” é central no seio destas teorias, sendo que a sua definição tem sido debatida por vários autores respeitados na área. Contudo, a aceção que mais nos interessa é a de margem enquanto categoria espacial e lugar onde o Outro, excluído e pouco ou nada integrado, reclama a posição central, confrontando as perspetivas etnocêntricas e eurocêntricas do Ocidente (Afzal-Khan & Seshadri-Crooks, 2000). Aqui, o Outro arroga um posicionamento central em todo o pensamento. A ideia de “poder” é igualmente ressaltada nesta ideologia, mas distancia-se amplamente das visões consuetudinárias de poder nas RI, habitualmente firmadas em critérios de anarquia e racionalidade, nas quais o poder aparece como instrumental, desagregado e como um fim em si mesmo (Chowdhry & Nair, 2004). Para o póscolonialismo, o poder é exercido com base em relações hierárquicas desequilibradas e eurocêntricas e, assim sendo, é importante que as teorias póscoloniais se compenetrem nas formas através das quais o poder é criado e produzido e, de igual modo, no papel da História, da ideologia e da cultura na moldagem do poder (Chowdhry & Nair, 2004). Por outro lado, a teoria póscolonial contrapõe-se às teorias tradicionais das RI ao desvendar os processos racializados e enviesados por questões de classe e género que estas teorias convencionais naturalizam e veem como inevitáveis para a manutenção do *status quo* (Chowdhry & Nair, 2004). Manifestamente evidentes em campos como a antropologia, os estudos literários e os estudos culturais, as teorias póscoloniais começaram a avolumar a sua presença nas RI apenas em anos recentes, mas o seu maior contributo passa já pela interrogação das políticas e dos processos históricos que fabricam o tecido do dito *status quo*.

Inúmeros autores de renome mantiveram-se devotos, ao longo das suas ilustres carreiras, aos estudos póscoloniais, ao questionamento e aprimoramento das suas premissas e à indagação incessante sobre a disciplina. Dado que não nos seria possível

percorreremos a extensão de todos os trabalhos pertinentes ao póscolonialismo, consagraremos o que resta desta secção do projeto às mais salientes obras de três figuras egrégias do póscolonialismo: Edward Said, Homi Bhabha e Gayatri Chakravorty Spivak.

Edward Said publicou um sem-número de obras relativas ao mundo pós-colonial, mas o livro *Orientalism* é consensualmente creditado como aquele que alterou permanentemente o rumo da análise do discurso pós-colonial e das teorias póscoloniais, dado o choque que causou na academia aquando da sua publicação. Em *Orientalism*, Said (2003) demonstra uma preocupação intelectual com as confluências entre conhecimento e poder, ao mesmo tempo que tenta desvelar as ligações entre formações discursivas e domínios não discursivos, isto é, os elos que se formam entre os mais diversos campos de conhecimento e as tradições culturais, as circunstâncias mundiais e outras influências estabilizadoras, como escolas, livrarias e governos. Inspirado por Foucault, Said recolhe uma enorme variedade de textos ocidentais sobre áreas como a Geografia, a História, a Política, a Literatura, a Linguística e a Etnografia e reúne-os sob um único título, que os abrange a todos: o Orientalismo (Childs & Williams, 2013). O elemento unificador destes textos é o conhecimento que produzem sobre o objeto de estudo, no caso, o Oriente, e as relações de poder que envolvem. Said (2003) considera que a “ciência” do orientalismo é menos factual e empírica do que se poderia pensar, dado que é uma doutrina completamente desenvolvida no Ocidente, cujas teses refletem juízos de valor que pintam a sociedade oriental como inferior à ocidental. De um outro prisma, a dicotomia poder-conhecimento à qual o orientalismo adere é justificada pela “vontade de conhecimento” que, supostamente, envolve o Ocidente, mas que é realizável apenas à custa do imenso poder que este exerce sob o Oriente (Childs & Williams, 2013). Assim, a busca por conhecimento acaba por servir como pretexto para o colonialismo, cujo sucesso alimenta a fome de mais conhecimento e, ciclicamente, estende a possibilidade de mais empreendimentos colonizadores (Childs & Williams, 2013).

Um dos outros teorizadores cujos contributos procuraremos apresentar neste subcapítulo é o crítico Homi K. Bhabha. Bhabha é um dos mais relevantes teorizadores contemporâneos do póscolonialismo, tendo introduzido, na sua vasta obra, conceitos

agora tidos como basilares nos estudos póscoloniais, como a diferença, a hibridez, o mimetismo e a ambivalência. O conjunto de ensaios que intitulou *The Location of Culture* é um dos pontos de referência fundamentais para qualquer indivíduo que se interesse por matérias de póscolonialismo. Nesta obra, Bhabha explora temáticas semelhantes àquelas em que pensamos quando falamos de Edward Said. No entanto, o autor afasta-se das opiniões formadas por Said, reprovando os sistemas binários de Este-Oeste, Oriente-Occidente, colonizado-colonizador, etc. Ao invés, Bhabha incorpora uma abordagem ao discurso colonial que se aproxima das teorias de psicanálise e desconstrução, tomando a identidade póscolonial, os seus limites, temporalidade e movimentos como pontos de partida para a sua tese (Childs & Williams, 2013). Nesse sentido, a ambivalência surge como explicação para o processo de identificação que nos permeia a nós e ao Outro. Segundo Bhabha (1994), o objeto do discurso colonial é marcado por uma ambivalência que se materializa em desejo e em ridicularização. Por outras palavras, a fantasia colonial passa por ser simultaneamente colonizado e colonizador e, assim sendo, o sentido de identidade de um indivíduo não se revela numa distinção entre cultura e natureza, mas sim na sua relação com o Outro, dicotómica e diferente (Childs & Williams, 2013). A diferença é aqui exposta em paralelo com a ideia de ridicularização ou repúdio, na medida em que a atitude do sujeito colonial para com o Outro expressa, não só uma rejeição da diferença, mas um reconhecimento da mesma, que pode ser, concorrentemente, temida e desejada (Bhabha, 1994). Neste contexto, o mimetismo aparece como uma estratégia de poder colonial que é emblemática do desejo de um Outro revisto, melhorado e refinado. Esta vontade é encarnada pela ideia do “bom nativo”, que existe em oposição ao “mau nativo”, e que requiere uma dissemelhança e uma similaridade rivais mas articuladas entre si (Bhabha, 1994). No fundo, o colonizado tornar-se-ia parecido com o colonizador, mas permaneceria sempre diferente.

O estereótipo tem nesta teoria um papel cardeal. Influenciado por Freud, Bhabha (1994) sugere a ideia de estereótipo como fetiche, pois presume que, no colonialismo, aquilo que é mais temido e projetado, é também violentamente desejado. Aparte esta leitura sexualizada do estereótipo, o autor reconhece que este também pode ser visto de um modo mais clássico, ou seja, estereótipo como percepção fixa, imutável e previsível do

Outro. Contudo, a ambivalência torna a aparecer nesta representação, dado que, apesar do colonizado ser tido como imperturbável, é também associado a estereótipos de anarquia, caos e desordem (Bhabha, 1994). Ora, o discurso colonial reveste-se aqui de uma ansiosa contradição, mas Bhabha persiste na ideia de estereótipo como fetiche e como forma presa e fixa de representação, em contraste com a sugestão de Said (2003) de estereótipo como representação deformada.

Finalmente, resta-nos mencionar o memorável ensaio *Can the Subaltern Speak?*, de Gayatri Chakravorty Spivak. Esta reflexão sobre o papel do subalterno é um dos mais impressionantes marcos da História dos estudos póscoloniais e as suas repercussões no trabalho literário produzido atualmente são notáveis. Contudo, vários anos após a publicação deste ensaio, Spivak viu-se assombrada pelas preocupações contemporâneas associadas ao póscolonialismo, quando o termo se tornou um mero rótulo na representação política de instituições (Birla, 2010). Ao retratar o colonialismo como um mal do passado e não como um fracasso do presente, a produção académica recusava-se a aceitar a realidade da reincarnação das relações coloniais que começava a surgir com os novos fluxos transnacionais humanos e de capital (Birla, 2010). Assim, Spivak empenha-se na revisão do seu prestigiado ensaio, que republica em 1999 no corpo da obra *A Critique of Postcolonial Reason*. Aqui, Spivak (1999) revisita a ideia por várias vezes repetida nesta subsecção de Sujeito – ou “*Self*” – e do Outro. O Sujeito sendo, naturalmente, a Europa e o europeu, e o Outro correspondendo ao sujeito colonial. É neste âmbito que surge a famosa noção de “informador nativo”, conceito chave que representa um instrumento de autoridade colonial que fala pelo nativo, ao serviço de uma governação eficiente (Spivak, 1999). O informador nativo enquanto representação abstrata ilustra um dos múltiplos modos segundo os quais o Outro se pode tornar no “*Self*”. Na mesma linha, o informador nativo configura um certo nacionalismo anticolonial, no qual tudo o que é “nativo” e “autêntico” serve para gerar lógicas coloniais, mesmo enquanto um emergente Estado-nação reivindica a sua libertação (Spivak, 1999). De outra parte, Spivak (1999) presta atenção à teoria marxista para trazer luz ao conceito de “violência epistémica”, que surge da divisão internacional do trabalho e do próprio processo de “*othering*”. É no seio desta conjuntura que se forma o Outro da Europa, o sujeito colonial que é fabricado pela dialética do discurso

colonial. O projeto de estudo subalterno que a autora empreende passa, então, por escavar uma agência suprimida do Outro, do oprimido. Para além disso, Spivak (1999) teoriza sobre o espaço subalterno como um espaço onde prolifera a identidade na diferença, um espaço autónomo do poder hegemónico mas dentro da sua condição de possibilidade. No fundo, o seu objetivo é suplementar a falha entre as necessidades de representação política e histórica, e as formas de ser que excedem canais institucionais que dão voz ao subalterno (Birla, 2010).

As teorias póscoloniais são, então, o reflexo de uma vontade de mudança estrutural e de reparação histórica que anseia por devolver a agência e a voz àqueles que sempre a tiveram mas que, durante séculos, foram silenciados pela História. Não podemos esquecer, contudo, que a teoria póscolonial deve ser perpetuamente atualizada e reexaminada, para que os erros do passado não se repitam no futuro e, acima de tudo, para que a luta anticolonial não caia nunca em esquecimento na nossa memória coletiva.

### **1.3 Póscolonialismo e racismo**

Tal como o ponto anterior deste texto nos provou, o póscolonialismo tem fortes raízes na luta antirracista que, isocronicamente, motivou e resultou do triunfo da descolonização. O ímpeto do póscolonialismo, posteriormente teorizado por académicos como aqueles a que aludimos na precedente alínea, veio a fomentar uma atitude ativamente antirracista por parte de todos os que foram capazes de ver para além das fábulas colonizadoras. Porém, seria errado afirmar que o racismo cessou de ser uma realidade no mundo póscolonial. Novas e renovadas manifestações de racismo assomam hoje a vida de milhões de indivíduos, todos os dias, em todas as partes do mundo, e o ativismo debate-se com a melhor forma de as combater. Esta estreita e delicada relação entre póscolonialismo e racismo constituirá, então, o nosso objeto de estudo neste fragmento do projeto.

Longe vão os dias em que o racismo era flagrante e desavergonhado. Nos tempos que correm, a maioria das pessoas diz, com convicção, “não ver cor”. No entanto, essas

mesmas pessoas culpam a comunidade Negra por “jogar constantemente a cartada da raça”, por “não ser capaz de esquecer o passado”, por “se queixar demasiado” ou por exigir “desnecessários” e “divisivos” programas baseados na raça, também conhecidos como ação afirmativa (Bonilla-Silva, 2006). Ora, será possível afirmar com uma consciência tranquila que estas pessoas não são, efetivamente, racistas? Eduardo Bonilla-Silva parece achar que não. Segundo o sociólogo, o indivíduo branco construiu uma poderosa teia de explicações – que mais tarde se tornaram justificações – para a desigualdade racial contemporânea, que o exclui de qualquer tipo de responsabilidade pelo estatuto das pessoas “de cor”. Estas explanações emanam de uma ideologia não tão recente que o autor rotula de “*color-blind racism*”. Esta forma de racismo aparece nos anos 60, onde ganha dominância e coerência, e explica a iniquidade racial com base em dinâmicas não raciais (Bonilla-Silva, 2006). O “*color-blind racism*” é sustentado, não por agressões físicas ou verbais explícitas, mas por microagressões diárias, intencionais ou não, cujo alvo pode ser um indivíduo ou um grupo, e que comunicam uma mensagem hostil, insultuosa e derogatória face a esse mesmo alvo (Edwards, 2017). Além disso, as microagressões podem ser separadas em três categorias, conforme o grau de seriedade: microassédio, microinsulto e microinvalidação (Sue *et al.*, 2007). O microassédio concerne à derrogação propositada de um indivíduo, verbal ou não verbal, cujo propósito é magoá-lo deliberadamente. É a forma de agressão mais parecida com o racismo colonial (Sue *et al.*, 2007). O microinsulto é menos cruel, fazendo-se sentir em conversas que transmitem rudeza ou insensibilidade, diminuindo a identidade racial da pessoa em questão (Sue *et al.*, 2007). Já a microinvalidação remete a comunicações que negam, excluem ou depreciam os pensamentos, opiniões, sentimentos e experiências de uma pessoa “de cor” (Sue *et al.*, 2007). A sutileza destes atos faz com que sejam facilmente desvalorizados por aqueles que não os experienciam o que, em sua vez, leva a que o seu efeito cumulativo seja negligenciado e esquecido (Edwards, 2017). O racismo torna-se, assim, aparentemente inexistente. Como descreve Bonilla-Silva (2006):

Compared to Jim Crow racism, the ideology of color-blindness seems like “racism lite.” Instead of relying on name calling (niggers, Spics, Chinks), color-blind racism otherizes softly (“these people are human, too”); instead of proclaiming God

placed minorities in the world in a servile position, it suggests they are behind because they do not work hard enough; instead of viewing interracial marriage as wrong on a straight racial basis, it regards it as “problematic” because of concerns over the children, location, or the extra burden it places on couples. (...) And the beauty of this new ideology is that it aids in the maintenance of white privilege without fanfare, without naming those who it subjects and those who it rewards (p. 3-4)

A noção de racismo aparenta ser mais difícil de definir. Se, por um lado, o escopo do racismo for demasiadamente abrangente, corre-se o risco da perda de significado, o que leva a que este escape à censura e se torne um mero produto do determinismo cultural ou da expressão humana (Miles & Brown, 2003). Por outro lado, se a definição for limitada em demasia – remetendo apenas para uma crença explícita na hierarquia “racial”, por exemplo – então determinados discursos que seriam considerados racistas podem adquirir um certo grau de legitimidade (Miles & Brown, 2003). Este cenário afigura-se tanto mais perigoso quanto mais a extrema direita ganha dinamismo, dado que a maioria dos partidos deste pendor tende a autointitular-se de nacionalista, mas nunca de racista.

O racismo enquanto ideologia tem vindo a ser desacreditado por alguns sociólogos e historiadores, que discorrem sobre a gravidade desta associação. Gilroy (2000) assegura que a implicação do racismo como ideologia distorce a representação dos seres humanos e das relações sociais entre si, principalmente no que toca à “raça”, e debilita qualquer tentativa de criação de uma consciência racial entre as vítimas do racismo, o que, por sua parte, enfraquece a solidariedade racial e a prática antirracista. Para mais, o sociólogo favorece a noção de “raça” como um conceito que delinea uma certa forma de estratificação social e não como um fator biológico ou somático (Gilroy, 2000). Por outro prisma, a ampla maioria dos académicos vê, de facto, o racismo como uma ideologia cuja base se concentra na “raça”. Como já constatámos, esta ideologia foi historicamente concebida e é interdependente da ideologia nacionalista. No momento político atual, deparamo-nos com frequência com um discurso preconceituoso que descarta imigrantes, pessoas em busca de asilo, refugiados e, em geral, minorias religiosas e étnicas, em cuja linguagem se identificam elementos brutalmente

nacionalistas (Miles & Brown, 2003). Assim, o racismo torna-se completamente indissociável do nacionalismo, ambos recíprocos na sua existência e mutuamente alimentados pelo excesso do outro.

O esforço antirracista encontra-se, então, agudamente condicionado pelo nacionalismo e pelo imperialismo cultural que sobreviveu à colonização. Para além do “*color-blind racism*”, a que aludimos previamente, uma outra cultura de racismo veio permear a sociedade contemporânea pós-colonial: o meta racismo (Wilson, 1996). Esta forma elementar de discriminação é amparada por três tendências históricas e económicas particulares, das quais se contam as novas políticas económicas que vêm diminuindo oportunidades e, conseqüentemente, geram medos que reforçam a ansiedade racial; a persistência da discriminação na habitação e no emprego, que tem gerado uma concentração de pobreza negra nas grandes cidades; e, por fim, a intensificação do imaginário, da linguagem e da ideologia racista, que contribuem para um racismo mais burocratizado e racionalizado (Wilson, 1996). Tal como na época da colonização, o capitalismo – agora numa fase bem mais avançada da sua evolução – permanece como o maior promotor do racismo, conglomerando formas de exclusão semelhantes às que vigoravam no passado, como o racismo do bode expiatório, o racismo institucional, o racismo aversivo e o racismo simbólico (Wilson, 1996). O neoliberalismo, em particular – aqui utilizado para definir um conjunto de políticas sociais, económicas, governativas e ideológicas – combina sistemas de lucro desmedido com exploração laboral incessante, o que tem vindo a causar uma redução exponencial do crescimento económico, juntamente com um aumento da pobreza em várias partes do mundo (Bhopal, 2018). Estas medidas são ampliadas por uma mudança na governação racial sustentada por políticas públicas que a ratificam e que em muito têm contribuído para o fosso entre brancos e negros, reforçando a posição do primeiro grupo em detrimento da do segundo (Bhopal, 2018).

Todos os parâmetros supramencionados concorrem para a persistência da discrepância racial. No entanto, dada a suprema relevância do racismo institucional na manutenção de uma sociedade racialmente estratificada, importa tornar claro aquilo que o caracteriza, começando pela teoria da construção racial. A teoria da construção social parte do princípio de que as normas sociais se alteram ao longo do tempo e do lugar,

isto é, através da História e da cultura (Halley *et al.*, 2011). A desigual distribuição económica, assim como a desigual repartição de poder social, reforçam a separação entre grupos distintos e as suas respetivas normas culturais. Por sua vez, as normas mudam em função do tempo e do lugar, ciclicamente influenciadas pelo poder (Halley *et al.*, 2011). Assim, podemos dizer que a “raça” é um conceito socialmente construído, baseado tanto em evidência empírica como em ideologia, tal como notámos acima. Por outro lado, toda a discussão sobre a “raça” é uma discussão acerca de poder, diga-se, o poder que os brancos têm sobre os negros e restantes pessoas “de cor” (Halley *et al.*, 2011). A este poder inerente ao indivíduo branco chamamos “*white privilege*” ou “privilégio branco”. O privilégio branco pode ser descrito como algo que tende a ser invisível, sendo que muitas pessoas nem sequer se reconhecem como pessoalmente detentoras de um certo poder sobre outras, mas que, em última análise, o são (Halley *et al.*, 2011). O conceito de “*whiteness*” refere-se, assim, a uma identidade dominante na qual formas específicas de dominação económica e cultural prevalecem, e está intimamente ligado ao racismo institucional por via de recursos, sistemas e instituições que operam com base em categorizações generalistas de minorias raciais (Bhopal, 2018). Para mais, o privilégio branco manifesta-se através de ações individuais mas, acima de tudo, através de procedimentos estruturais e atores (in)conscientes, que propagam sequelas injustas e desproporcionais para as pessoas “de cor” (Bhopal, 2018).

Em Portugal, a condição de inferioridade que imbui as comunidades racializadas é apenas uma das facetas de um problema consideravelmente mais profundo: a evasão da relação entre “raça”, processos de formação dos Estados-nação e condições pós-coloniais de cidadania na Europa (Araújo e Maeso, 2013). As políticas públicas e o discurso académico têm sido ancorados numa narrativa que projeta a sociedade portuguesa como uma que vive confortável com a diferença, considerando a integração como uma resposta positiva à presença crescente de comunidades étnico-raciais e imigrantes em território nacional (Araújo e Maeso, 2013). Porém, surtos racistas e xenófobos continuam frequentemente a verificar-se, ainda que a ideia de uma sociedade acolhedora, tolerante e pioneira da interculturalidade esteja consagrada em todo e qualquer discurso. A pressão migratória que se tem vindo a intensificar destes os anos ‘90 reifica a divisão entre a sociedade nacional e autóctone, em teoria não

racialmente demarcada, e a sociedade imigrante, racialmente denotada (Araújo e Maeso, 2013). Esta separação tem sido combatida pela CICDR e pela criação de outras organizações especializadas, como o Alto-Comissariado para Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), que culminou numa série de tentativas institucionais do Estado em relação à gestão da diversidade e ao combate ao racismo e à xenofobia. Apesar do relativo sucesso de algumas destas medidas, a continuada defesa da especificidade pós-colonial portuguesa e da suposta diminuta discriminação racial que se exprime no nosso país causa uma inviabilização patente do racismo, que acarreta problemas para a sua reprodução (Araújo e Maeso, 2013). Quer isto dizer que, ao negarmos a existência de uma clara segregação racial no nosso país, facilitamos a disseminação de outras formas – mais reservadas – de discriminação racial, que acabam por passar despercebidas no espectro daquilo que é considerado como uma prática racista e, como tal, se tornam relativamente normalizadas. Para além disso, ideias e práticas políticas racistas e discriminatórias apontam ainda hoje para as comunidades racializadas como um “Outro” que tem de provar constantemente o seu contributo para a sociedade portuguesa, caso contrário não é bem aceite e arrisca a rejeição por parte da sociedade de acolhimento (Araújo e Maeso, 2013).

Em suma, o racismo é causa e efeito de uma estrutura social deficitária, na qual este constitui a regra e não a exceção. A organização política, económica e jurídica da sociedade viabiliza a reprodução sistémica de práticas racistas e permite que as desigualdades por estas ocasionadas se perpetuem indefinidamente (Almeida, 2019). No entanto, o facto do racismo ser estrutural e institucional não nos pode ilibar da culpa individual na prática de atitudes racistas, pelo contrário, torna-nos ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas (Almeida, 2019). Nesse sentido, a luta antirracista não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo, mas com ações assumidamente antirracistas. Não basta ser contra o racismo, é preciso ser-se antirracista. No próximo ponto, trataremos em maior pormenor das complexidades e desafios do ativismo antirracista, bem como das suas origens e manifestações, em Portugal e no mundo.

## 1.4 Origens históricas e sociais do ativismo antirracista internacional

Em *Politics Among Nations*, Hans Morgenthau (1948) define poder como o controlo de um homem sobre as mentes de outros homens. Historicamente, este poder tem sido exercido pelo Homem branco sobre a mente do Homem Negro e o controlo exercido implica que o último – o oprimido – aceite as definições e as descrições históricas do primeiro – o opressor (Ture & Hamilton, 1992). Esta dinâmica de poder é um dos marcos centrais da luta antirracista, que procura ativamente desmantelá-la. A comunidade Negra tem, no período pós-colonial, tentado criar as suas próprias definições, redefinindo e calibrando as suas perceções de si mesma, e quebrando os estereótipos com os quais tem sido associada desde a colonização (Ture & Hamilton, 1992). Contudo, este esforço de renovação e reapropriação de identidade não é algo de novo e tem sido solidificado em vários momentos, desde a emergência do *Civil Rights Movement* à criação do *Black Lives Matter*.

A primeira forma organizada e coletiva de protesto Negro materializou-se no movimento que veio posteriormente a ser conhecido como *Civil Rights Movement* ou Movimento pelos Direitos Cívicos. Enraizado na América dos anos '50, o *Civil Rights Movement* surgiu como fonte de revolta face a um sistema tripartido de dominação que envolvia um controlo económico, político e pessoal das vidas negras, particularmente sentido no sul dos Estados Unidos (Morris, 1984). A repressão económica implicava que a grande maioria dos indivíduos negros concentrasse a sua força laboral nos trabalhos mais mal remunerados e tipicamente considerados mais sujos, enquanto os homens brancos ocupavam cargos de maior poder de decisão, que lhes auferiam um maior estatuto e liberdade (Morris, 1984). Por outro lado, a população negra era consistentemente excluída da participação ativa na esfera política e a ordem era mantida por policiais e oficiais brancos, assim como por júris e juizes que rotineiramente decidiam a favor de indivíduos brancos e violentavam os negros (Wilson, 1996). A juntar a ambas estas formas de perseguição racial, a negação de liberdades pessoais rotineiramente desfrutadas pela população branca veio formar um panorama de segregação que negava qualquer dignidade humana à comunidade Negra e a submetia a uma posição de inferioridade na sociedade (Morris, 1984). A segregação não era, no entanto, apenas um meio de separação entre as “raças”. Comportamentos, formas de

tratamento, relações interpessoais, experiências individuais e até mesmo movimentos físicos eram restringidos por uma legislação rigorosa, implementada por um governo com punho de ferro, que veio a ser conhecida como a lei de *Jim Crow* (Wilson, 1996). No período de *Jim Crow*, o racismo biológico e o sistema tripartido de segregação colaboravam para manter os negros à margem da sociedade, enquanto reforçavam os ideias supremacistas brancos e fomentavam a noção de que, por mais pobres ou pouco formados que estes fossem, estariam sempre acima dos negros (Morris, 1984). O que os adeptos do segregacionismo não estavam à espera era que esta separação alimentasse um forte sentido de comunidade e entreajuda entre o povo Negro, que aos poucos desenvolveu instituições e organismos públicos onde a opressão podia ser livremente discutida e onde a resistência coletiva organizada começou a reunir muitos dos seus apoiantes (Morris, 1984).

Importa lembrar que a resistência “subterrânea”, disfarçada pela plácida aparência de submissão, já espalhava as suas raízes pela comunidade Negra desde os tempos da escravatura e da colonização, gerando visões radicais que se desdobraram em múltiplas ideologias de libertação até ao século XX (Morris, 1999). Boicotes, protestos, manifestações, marchas e movimentos literários despontaram no princípio do século XX e traçaram o caminho para futuros movimentos não violentos em massa que reivindicavam ação urgente no combate ao regime de *Jim Crow* (Morris, 1999). Não obstante estes esforços, o fator mais importante na radicalização das massas foi a morte de Emmett Till, um jovem negro de 14 anos linchado em 1955 em Money, no Mississípi, por ter assobiado a uma mulher branca. A brutalidade deste crime foi um lembrete dos meios a que os brancos estavam dispostos a recorrer para manterem o modo de vida que *Jim Crow* lhes proporcionava, e fez com que os jovens da época se revoltassem contra a impunidade dos assassinos de Emmett Till e contra o racismo cru que permeava o sistema judicial (Morris, 1999). Muitos destes jovens abraçaram o ativismo como fonte de refúgio da sua própria vulnerabilidade e a luta pela justiça tornou-se no seu propósito maior, tendo levado, nos anos que se seguiram, à operacionalização do *Civil Rights Movement*.

Uma das maiores conquistas da militância jovem que se começava a mobilizar face à causa negra foi o resultado dos cinco casos que, em conjunto, ficaram consolidados para

a História sob o título de *Brown v. Board of Education*. Na primavera de 1951, um grupo de jovens do *Moton High School*, na Virgínia, deu início a uma greve que protestava contra o excesso de alunos na escola e outras condições desiguais no ensino. A *National Association for the Advancement of Colored People* (NAACP) desencorajou este protesto, dado que o condado onde a escola estava localizada parecia ser um ambiente demasiado inóspito para desafiar as leis de *Jim Crow* (Klarman, 2007). Ainda assim, os estudantes não se deixaram dissuadir e a associação reuniu os seus melhores advogados para patrocinarem esta batalha jurídica, mas apenas na condição de atacarem diretamente a segregação racial na escola, algo que não estava contido no plano inicial dos alunos queixosos mas que, em última instância, se revelou extremamente frutífero para a causa antirracista nos Estados Unidos (Klarman, 2007). A NAACP estava, então, determinada em fazer cumprir um único objetivo: a dessegregação do ensino, desde o pré-primário ao secundário. Como tal, a associação concentrou esforços hercúleos na persuasão de pais, educadores e meios de comunicação locais para o apoio de um caso que demoraria anos até ser levado ao Supremo Tribunal (Jonas, 2005). Psicólogos, psiquiatras e investigadores desenvolveram e refinaram testes que avaliavam o dano causado às crianças por um sistema de ensino segregacionista. Após a coleta desses dados, compilaram-nos juntamente com outros relativos ao impacto da segregação em diferentes setores, como o imobiliário, a saúde, o emprego e o voto, e estudaram a correlação entre estes e as capacidades de aprendizagem de crianças negras e brancas (Jonas, 2005). Este lento processo provou aquilo que muitos já previam: crianças e jovens “de cor” estavam a ser irremediavelmente prejudicados pelos efeitos da discriminação nas escolas (Jonas, 2005). A 17 de maio de 1954, num dia histórico para a NAACP e para os direitos humanos, o Supremo Tribunal decidiu que a segregação não tinha lugar no espaço escolar e que, portanto, instalações educacionais separadas eram, no seu âmago, desiguais (Tushnet, 1987). Esta vitória representou um enorme avanço na luta pelos direitos civis, mas atestou também a ideia de que a litigação não era, por si só, suficiente para suscitar uma mudança social significativa. O desfecho deste caso incitou os brancos sulistas a tentarem destruir a NAACP, o que fez com que a comunidade Negra procurasse apoiar organizações de protesto que adotassem uma filosofia mais direcionada para a ação direta (Klarman, 2007). A ação direta afigurava-se, mais do que nunca, essencial na promoção da agência negra e da transformação

social que – ainda que talvez não fosse óbvio – viria a acontecer independentemente da decisão do Supremo Tribunal (Klarman, 2007).

Para além da NAACP, outras instituições houve que se empenharam arduamente na defesa dos direitos desta minoria étnica. De entre as mais meritórias, conta-se a igreja. A igreja negra funcionou como centro institucional para o movimento dos direitos civis moderno, aparelhando-o com uma massa organizada de indivíduos, uma liderança composta por homens do clero financeiramente independentes da sociedade branca, uma base financeira institucionalizada que subsidiava os protestos, e um local de encontro onde as pessoas se reuniam para delinear estratégias e táticas, comprometendo-se coletivamente com a causa (Morris, 1984). A sociedade civil tendia a excluir os negros do seu escopo de acolhimento e, nesse sentido, a igreja preenchia uma lacuna na vida pessoal e social destes indivíduos, sendo a única instituição à qual os mesmos recorriam para orientação e satisfação das suas necessidades imediatas (Ghose, 2017).

Como concluímos anteriormente, todo e qualquer movimento social requer uma filosofia orientadora, que deve estar articulada com as necessidades daqueles que estão envolvidos no movimento. A igreja foi, assim, uma das principais promotoras de uma filosofia de resistência não violenta, que articulou com os mandamentos espirituais do Cristianismo, e que, mais tarde, viria a ser ecoada vezes sem conta pelo próprio Martin Luther King Jr. (Ghose, 2017). A mensagem básica de Martin Luther King Jr. enquanto líder cristão, mas também enquanto líder político, rapidamente se espalhou e ecoou na vida cultural e religiosa da comunidade Negra, aproximando-a ainda mais do movimento (Ghose, 2017). A religião passou, então, a estar intimamente ligada ao envolvimento ativo na luta antirracista. Para além disso, a igreja negra mobilizou inúmeros recursos e angariou, em diversos momentos, significativas somas de dinheiro para a causa, que foram canalizadas para outras organizações, como a NAACP, o *Congress of Racial Equality* (CORE) ou a *Southern Christian Leadership Conference* (SCLC) (Ghose, 2017).

A SCLC estava diretamente ligada à NAACP, na medida em que a maioria dos membros que pertencia a uma das associações, também pertencia à outra. Ainda que inicialmente a criação da SCLC tenha constituído uma afronta ao estatuto monopolístico da NAACP

enquanto “a” organização pelos direitos civis negros, eventualmente esse muro ruuiu e ambas as instituições reconheceram que, tendo em conta que o seu objetivo máximo era o mesmo, um trabalho conjunto seria em tudo mais vantajoso do que uma divisão injustificada de redes e membros (Morris, 1984). Por esse motivo, a SCLC E a NAACP tornaram-se extremamente próximas e proeminentes no seio do movimento civil, combinando, respetivamente, a ação direta com a ação legal, o que fez com que as conquistas legais fossem efetivamente reforçadas ao nível da comunidade (Morris, 1984). Embora as tensões e os conflitos tenham persistido ao longo dos anos, as organizações foram capazes de coordenar as suas intenções sem nunca sucumbirem a uma rivalidade potencialmente destrutiva.

A CORE, por sua vez, era uma organização intelectualmente orientada, cujos membros adotavam ideais e princípios pacifistas que, segundo os mesmos, eram a solução para todos os problemas sociais da sociedade, nomeadamente o racismo (Morris, 1984). Tendo sido fundada no norte dos Estados Unidos, esta era uma organização interracial, na qual o número de indivíduos brancos ultrapassava largamente o dos seus contemporâneos negros, o que fazia com que o seu trabalho fosse pouco reconhecido pela comunidade Negra no resto do país (Morris, 1999). O interesse pelo território sulista surgiu quando começaram a ser implementados métodos não violentos de protesto nessa região, que a CORE acreditava ser absolutamente irremediável. Apesar desta crença, a organização aceitou o desafio de tentar reformar o racismo perverso do sul, mas o paternalismo com que abordou a libertação negra fez com que não fosse bem aceite por ativistas, pessoas comuns, e até mesmo pelos membros negros dentro da própria associação (Morris, 1984). Antagonismos e desavenças raciais permearam a CORE durante vários anos e, como tal, é relevante lembrar que os problemas enraizados na sociedade também afetam os atores, associações e movimentos sociais que os tentam mudar, o que significa que o racismo era palpável em muitas destas organizações. Ainda assim – e apesar de ser uma organização secular e, como tal, sem quaisquer ligações à religião – a CORE conseguiu manter-se firme no seu propósito, reunindo um número notável de apoiantes e estabelecendo uma sólida base de investidores que permitiram aumentar a sua influência e fazer com que adquirisse estatuto nacional (Morris, 1984). O apoio de Martin Luther King Jr. e de igrejas indígenas

facilitou as suas atividades no sul americano e ajudou a preparar os sulistas negros para o confronto pacífico com os brancos. Juntamente com a NAACP e a SCLC, a CORE viria a ficar conhecida como uma das maiores propulsoras do *Civil Rights Movement* (Morris, 1984).

O movimento pelos direitos civis moderno foi o nobre responsável pelo desmantelamento do regime e modo de vida de *Jim Crow*. Ao demonstrar que um grupo relativamente incapaz e definitivamente oprimido era capaz de gerar mudança social através de protestos difundidos por toda a nação, o *Civil Rights Movement* mudou a trajetória do ativismo antirracista, que passou a ser dominado por uma massa negra empoderada e segura do seu papel na sociedade, longe das sombras nas quais havia habitado até então. Neste contexto, a ação direta não violenta foi crucial para o sucesso dos variados boicotes e protestos que foram sendo postos em marcha, pois impediu que a estrutura do poder branco atuasse sob a forma de uma destruição massiva e violenta do movimento (Morris, 1999). Ainda que certas oportunidades estruturais tenham facultado uma abertura para a ascensão do *Civil Rights Movement*, foi a agência humana da comunidade Negra e dos seus apoiantes que, no final, derrubou as leis *Jim Crow* e deu origem à constituição do *Civil Rights Act* (Morris, 1999).

A ideia de que a opressão e o sofrimento humanos não são inevitáveis, e de que a ação coletiva pode ter um enorme impacto na reversão dessas condições inspirou outros movimentos ao redor do globo a porem em prática os seus manifestos, algo que foi propiciado pela extensa cobertura que os meios de comunicação social ofereceram a este momento revolucionário da História (Morris, 1999). Assim, os movimentos internacionais de libertação viram-se propulsionados pela coragem e bravura dos ativistas pelos direitos civis e implementaram inúmeras formas de protesto que, não raramente, viriam a dar os seus frutos.

A complexidade dos processos que levou à (parcial) emancipação da comunidade Negra através do ativismo antirracista, bem como os processos de difusão que fizeram com que este se tornasse num fenómeno à escala global serão apropriadamente tratados nos subcapítulos que se seguem.

#### 1.4.1 O ativismo antirracista e a (falta de) emancipação negra

Muito tem sido dito acerca da condição pós-colonial dos cidadãos negros em Portugal, na Europa e no mundo. A crença comum é de que a abolição da escravidão e o fim da colonização – pelo menos nos moldes em que as conhecíamos – conferiram um renovado estatuto de segurança e honra a estas pessoas, agora livres da sujeição à violência e à exploração. O ativismo antirracista parecia ter vencido a sua maior guerra. Como provaremos neste ponto, a experiência diária da grande maioria dos indivíduos negros tem vindo a desmentir esta convicção.

Para que possamos mergulhar a fundo na experiência negra do período pós-emancipação, é crucial introduzir o conceito de *“double consciousness”* ou “dupla consciência”. W. E. B. Du Bois descreve este conceito como sendo referente à subjetividade dos sujeitos racializados (Itzigsohn & Brown, 2020). A teoria da dupla consciência é fundada em três elementos: o véu, a *“twoness”* e a segunda vista. O véu representa a linha de cor que separa o mundo social e que estrutura a subjetividade da modernidade racializada, sendo que este mundo é visto e experienciado de formas inteiramente diferentes conforme o lado da linha em que um indivíduo se encontra (Itzigsohn & Brown, 2020). O véu atua como um espelho que só reflete num sentido e, assim sendo, os indivíduos brancos projetam as suas próprias construções dos seus contemporâneos negros no véu, detendo então o poder de os definir e de os invisibilizar (Itzigsohn & Brown, 2020). A sensação de *“twoness”* diz respeito ao processo de autoformação da pessoa negra, que tem de ter em conta duas visões de dois mundos sociais distintos: o mundo negro e o mundo branco, cada um deles posicionado num lado oposto da linha de cor (Itzigsohn & Brown, 2020). A segunda vista concerne à ideia de que, num mundo em que o sujeito racializado só se consegue ver através da revelação do outro mundo, este tem de lutar constantemente contra a sua própria desumanização (Itzigsohn & Brown, 2020). Porém, esta situação revela-se vantajosa em certos momentos, pois o indivíduo tem uma oportunidade de olhar para o mundo branco e de o perscrutar, neutralizando o efeito do espelho. Nesta conjuntura, a identidade do Homem Negro é formada através de uma linguagem de polaridade que expressa a diferença entre o negro e o branco, e que homogeneíza as suas naturezas alegadamente contraditórias, retirando carácter a cada uma delas (Rutherford, 1990). O

modelo de capitalismo ocidental reforça este abismo racial, na medida em que a sua lógica de reprodução mantém a necessidade de uma sociedade disciplinada e disciplinadora que assegure valores morais tradicionais que, por sua vez, revogam a pluralidade e a diversidade (Rutherford, 1990). Ademais, a pobreza negra a que já aludimos em capítulo prévio é explicada, em grande parte, pela discriminação racial em matérias laborais e habitacionais que persiste no pós-emancipação, assim como pelos processos déspotas e opressivos que ainda dominam o cenário económico atual (Wilson, 1996). Todos estes fatores são causados pelo sistema capitalista avançado em que nos inserimos e que comanda as instituições que regem a nossa vida comum.

O paradigma da exclusão racial torna-se, então, por demais evidente quando percebemos que os mais flagrantes atos de racismo – geralmente protagonizados por um só indivíduo – são usados como fachada para o racismo institucional que infiltra as corporações que governam todos os aspetos da vivência em sociedade (Wilson, 1996). A culpa das condições desumanas que a comunidade Negra ainda se vê forçada a enfrentar é colocada na responsabilidade individual ao invés de estar focada nos verdadeiros responsáveis, isto é, as instituições que beneficiam do racismo que instigam. O paradigma liberal explica esta contradição, equivalendo a discriminação racial aos persistentes padrões estatísticos e práticas institucionais que referimos, e defende que a discriminação pode ocorrer mesmo em casos nos quais não existe um sujeito prejudicado identificável ou a intenção de discriminar (Wilson, 1996). A ação afirmativa é oferecida como solução para este problema crítico, que se impõe, nos dias de hoje, como o maior obstáculo à plena emancipação da comunidade Negra e que o ativismo antirracista procura fazer implementar.

O racismo institucional é mais fortemente sentido em organizações como a Polícia, sendo esta a instituição mais referida, em termos percentuais, por pessoas negras no que toca à origem de maus-tratos em Portugal (Vala, 2021). Também a escola é apontada como lugar de violência por parte deste grupo, cuja perceção acerca das instituições portuguesas é deveras negativa. A associação estereotipada entre criminalidade e descendência ou pertença à comunidade africana é uma das causas desta tensão, que tem sido motivo suficiente para desencadear ações de violência injustificada por parte de agentes policiais em todo o país e que apenas agrava o

problema da “raça” (Vala, 2021). A “questão da raça” tem vindo a intensificar-se desde o 25 de abril de 1975, data que assinalou o princípio da descolonização e, com ela, o regresso à metrópole de milhões de portugueses residentes nas ex-colónias (Cabecinhas, 2002). Novos padrões de imigração dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) para Portugal foram intensificados no pós-descolonização e, particularmente, no período após a adesão de Portugal à UE. Estes crescentes fluxos de imigração levaram à criação do Observatório Europeu do Racismo e da Xenofobia (OERX), do qual Portugal faz parte, bem como do Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), sendo ambos organismos que zelam pela melhoria das condições de vida das comunidades imigrantes e racializadas em Portugal (Cabecinhas, 2002). No entanto, a imigração e as dificuldades atravessadas pelas minorias étnico-raciais no nosso território têm sido pouco estudadas enquanto dimensões de análise autónomas, o que tolhe a produção de um discurso coeso e de uma resposta uniformizada por parte das elites políticas (Cabecinhas, 2002). Ainda assim, as massas ativistas têm investido tempo e recursos no combate às atitudes racistas que aqueles no poder parecem não ver. Os jovens racializados, por exemplo, tendem a envolver-se em ações coletivas diretamente relacionadas com a sua situação e representam uma massa associativa bastante significativa, o que tem coadjuvado o espantoso crescimento de associações de índole antirracista em Portugal nas últimas décadas (Vala, 2021). O tópico do associativismo será estudado em profundidade no terceiro e último capítulo desta investigação, mas a noção de que as gentes comuns e os ativistas têm, nas últimas décadas, colmatado as falhas das organizações políticas é relevante para a construção do ponto que almejamos provar nesta subsecção.

De outra parte, é importante salientar que o ativismo antirracista português tem as suas raízes assentes nos movimentos pela independência das ex-colónias, dado que, à época, instituições como o Centro de Estudos Africanos contribuíram grandemente para a crítica da opressão colonial e racial, e para o avolumamento de um discurso antirracista, ecoado pelas vozes de um sem-número de intelectuais, como Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade e Noémia de Sousa (Alves, Cachado & Cruz, 2014). É de notar que o Centro de Estudos Africanos surgiu no seguimento da fundação da Casa de Estudantes do Império pelo Estado Novo, em 1944, cujo objetivo inicial, do ponto de

vista do regime, foi rapidamente subvertido, visto que nesta, os seus estudantes desviaram o foco da sua atuação coletiva para as preocupações antirracistas e atitudes antisalazaristas que, lentamente, começavam a permear a mentalidade de uma fatia da população portuguesa (Alves, Cachado & Cruz, 2014). Este Centro tornou-se, assim, num dos mais proeminentes núcleos de resistência e de luta pela independência das colónias. Apesar disso, foi apenas nos anos '90 do século XX que Portugal experimentou uma mobilização ativamente racista, motivada pela violência galopante da extrema direita, que perpetrou horrores como os assassinatos de Alcindo Monteiro e de José Carvalho (Alves, Cachado & Cruz, 2014). Estes homicídios chocaram a população portuguesa e levaram à organização da primeira manifestação antirracista em Portugal, que reivindicava justiça para Alcindo Monteiro. A imigração mencionada no parágrafo anterior passa também, desde a década de '90, a ocupar um lugar de destaque nos meios de comunicação social e no discurso político, principalmente à custa do facto de grande parte dos imigrantes residir em bairros informais e degradados (Alves, Cachado & Cruz, 2014). Apesar destas reivindicações, até à data, os afrodescendentes negros em Portugal continuam a habitar sete vezes mais em alojamentos rudimentares ou em bairros degradados e segregados do que os portugueses brancos, e os números de encarceração de pessoas provenientes dos PALOP são 15 vezes superiores aos de indivíduos de nacionalidade portuguesa (Pereira & Crespo, 2022). A despeito dos óbvios sinais de que o racismo continua a transpor diversas esferas da sociedade e a impedir que a comunidade Negra prospere, a maioria da população atribui o racismo ao nazifascismo e não ao colonialismo, ilibando assim o património do regime colonial português de qualquer culpa nas condições atuais de vida destes cidadãos (Araújo & Maeso, 2013). A própria ideia de colonialismo tem sido esvaziada do seu conteúdo e substituída por uma perspetiva triunfalista, que exalta o cosmopolitismo e o universalismo portugueses como os grandes pioneiros da globalização e da interculturalidade (Pereira & Crespo, 2022). Esta falsa noção da realidade, juntamente com a ideia de que vivemos numa sociedade pós-racial, perpetua uma utopia que em nada tem ajudado à concretização dos desígnios dos ativistas antirracistas em Portugal. A mudança incremental requerida pelos indivíduos que por ela lutam tem sido desvalorizada sob o pretexto do pós-racismo, o que impede uma comunicação honesta acerca das falhas do sistema institucional e daquilo que é urgente fazer para as suprir

(Eddo-Lodge, 2017). Aqueles que se encontram estruturalmente desfavorecidos vêem-se constantemente confrontados com críticas de que devem parar de se dividir em pequenos grupos porque, no final de contas, somos todos um, somos todos parte da “raça humana” (Eddo-Lodge, 2017). Este discurso fomenta o mito de que o ativismo é divisivo e traz mais problemas do que aqueles que resolve, algo que historicamente sabemos não ser verdade. Para além disso, a sociedade branca parece ter dificuldades em admitir a sua parte da culpa em toda esta conjuntura e o impasse em relação àquilo que pode fazer para ajudar mantém-se. Embora o cerne do conteúdo das reivindicações antirracistas deva ser deixado a cargo daqueles que realmente sofrem com a violência do racismo, na medida em que o lugar de fala lhes pertence efetivamente e que, como tal, devem ser eles os maiores locutores desta causa, a assistência financeira ou administrativa por parte de outros membros – leia-se indivíduos não racializados – é essencial para um melhor funcionamento dos grupos que fazem este trabalho vital (Eddo-Lodge, 2017). Além disso, qualquer indivíduo branco que reconheça o racismo como um dos distúrbios mais ameaçadores para uma sociedade funcional deve fazer a sua parte para o combater, algo que se pode manifestar em conversas com pessoas próximas, defesa de causas antirracistas em espaços brancos, intervenção ativa em situações de injustiça ou discriminação, entre muitas outras atitudes (Eddo-Lodge, 2017). O privilégio branco deve ser conduzido para fins produtivos e nunca performativos, que permitam ao ativismo antirracista ganhar densidade e ímpeto, libertando-o da responsabilidade de educar uma enorme fatia da população. Apesar de o “problema da raça” tender a pesar sempre mais nos ombros daqueles que estão no fundo da pirâmide social, a verdade é que o racismo se revela, em algumas das suas vertentes, como um problema que é, simultaneamente, causa e efeito do privilégio branco e, nesse sentido, cabe também ao Homem branco assumir o seu papel no esforço coletivo para o resolver (Eddo-Lodge, 2017). Ainda assim, urge salientar a prevalência de múltiplos racismos no território português, que afetam inúmeras comunidades e minorias, não sendo o racismo anti-Negro o único que padece de tratamento, o que significa que a responsabilidade nesta matéria é coletiva e, neste contexto, todos nós temos uma função a cumprir se queremos um país mais unificado e livre. Só assim será possível ultrapassar a miragem da emancipação, tornando-a numa vívida realidade.

Por último, devemos dizer que, a despeito do desprezo suprarreferido da academia pela história das minorias étnicas, a história da escravatura – tradicionalmente vista como objeto de estudo marginal – tem sido recebida com crescente interesse no seio do discurso político e académico, por um lado devido à expansão agudizada dos movimentos sociais e, por outro lado, graças ao esforço promovido por organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) (Araújo & Rodrigues, 2018). Em Portugal, a discussão sobre o legado da escravatura e do colonialismo em termos de cidadania, desigualdades étnico-raciais e formação de identidade nacional tem sido difícil de implementar e ainda mais difícil de legitimar (Araújo e Rodrigues, 2018). A escravatura e a colonização são tidas como processos com relevo no passado, aos quais não se pode fazer menção sem que se suscitem sentimentos de culpa ou autoflagelação que, por sua vez, dão aso a polémicas e acusações (Araújo e Rodrigues, 2013). A memória coletiva não é admirada pela sua capacidade de acordar a consciência do passado, mas antes suprimida e ignorada. A emancipação é dada como garantida, como algo que já se conquistou e que não se voltará a perder. Esta é uma visão deturpada da realidade, que deixa a comunidade Negra abandonada e isolada, travando batalhas que muitos acreditam ser inúteis. Para que tal mude, urge a emergência de um ativismo antirracista focado na História, na educação, na memória e na narrativa (pós)colonial, capaz de implementar práticas de liberdade e descolonização. Só assim será possível a emancipação.

#### **1.4.2 O ativismo antirracista como organização de carácter transnacional**

Tal como elucidado no subcapítulo anterior, o antirracismo ativista será, talvez, a arma mais poderosa na batalha pela libertação negra. Historicamente, este ativismo tem vindo a ser organizado de forma transversal a vários países, comunidades e Estados, num esforço a que chamamos “ativismo transnacional”. Procuraremos, de seguida, estabelecer os valores que orientam este ramo do ativismo, bem como as suas vitórias, perdas e sacrifícios no panorama internacional.

As redes de advocacia transnacional, sejam elas ativistas ou não, definem-se pela interseção de um conjunto de atores pertencentes à sociedade civil, aos Estados e às

organizações internacionais (Keck & Sikkink, 2014). Ao tornarem mais acessível o acesso ao sistema internacional, estas redes permitem que os recursos internacionais passem a estar disponíveis para novos atores, que deles podem fazer uso em caso de complicações internas e lutas sociais (Keck & Sikkink, 2014). Esta flexibilidade entre Estados e cidadãos torna a questão dos direitos humanos – e, dentro destes, do racismo – consideravelmente mais simples de abordar, na medida em que a soberania nacional deixa de deter tanto poder no tratamento e resolução de situações de cariz humanitário. O elemento diferenciador destas redes reside na habilidade de irem mais além nas suas estratégias, ultrapassando a barreira da mudança de políticas para atingirem o patamar da mudança institucional que, não raras vezes, leva à alteração profunda dos princípios basilares das interações internacionais (Keck & Sikkink, 2014). As redes de protesto internacional tendem também a caracterizar-se por modelos de organização inclusivos, que priorizam a diversidade; por tecnologias sociais que facilitam a operação de redes relativamente descentralizadas e que, em geral, explicam as tremendas mudanças na escala do ativismo transnacional nas recentes décadas; e, por fim, pelas capacidades políticas dos membros que as integram – membros esses que comunicam os seus problemas e formam relações políticas efetivas com os alvos dos seus protestos (Bennett, 2005). Estes movimentos pela justiça social, de entre os quais se contam os movimentos antirracistas, são globalmente célebres pelo poder de transformarem problemas complexos em ideias facilmente digeríveis pelas massas, o que por sua vez atrai a atenção das mesmas e encoraja-as a agir e a marcar uma posição (Keck & Sikkink, 2014). Para mais, ao pressionarem os seus alvos a adotarem novas políticas e ao monitorizarem o cumprimento dos padrões internacionais, as redes transnacionais promovem a implementação de normas que alteram a perceção do Estado e dos atores sociais acerca das suas próprias identidades, interesses e preferências, transformando depois as suas posições discursivas e causando, em última instância, uma metamorfose de procedimentos e comportamentos à escala internacional (Keck & Sikkink, 2014).

O ativismo transnacional tem sofrido marcantes transformações no espaço de apenas algumas décadas. Quando surgiu enquanto objeto de estudo, a transnacionalidade dos movimentos sociais enfatizava maioritariamente o papel das Organizações Não Governamentais (ONG) e de outros órgãos igualmente centralizados na construção das

várias redes de ativismo existentes mas, com o avançar da globalização e das próprias ambições do ativismo, a ação direta passou a assumir esse papel de relevo, o que não deixou de causar algumas tensões, muitas delas sentidas ainda hoje (Bennett, 2005). Para que melhor possamos entender este processo de transição entre eras de transnacionalidade importa, antes de mais, esclarecer a estreita relação entre globalização e internacionalização. De acordo com Sidney Tarrow (2005), o novo ativismo transnacional é estruturado através dos conceitos de internacionalização e globalização, que se intercetam e independentizam simultaneamente. O autor vai mais longe, afirmando que a globalização cria novas vítimas e transforma o papel dos Estados, aumentando o volume e a velocidade dos fluxos de capital, bens, informações, ideias, pessoas e forças que ligam os diversos atores entre países. A internacionalização, por outro lado, delimita e cria oportunidades para que os cidadãos participem na ação coletiva, que tanto pode ser direcionada para a resistência à globalização, como para qualquer outro fim (Della Porta & Tarrow, 2005). Assim, a globalização e a internacionalização formam processos distintos que se interligam, mas que não podem ser reduzidos um ao outro. É importante notar que, ao contrário daquilo que muitos ativistas ou intelectuais parecem pensar, a globalização não é, por si só, suficiente para explicar a ação coletiva. Nos últimos anos, as campanhas de protestos com maior taxa de sucesso têm-se focado na luta contra a hegemonia, a ditadura, a revogação dos direitos humanos e da democracia, e não na injustiça económica global (Tarrow, 2005). Para mais, a globalização não deu origem aos movimentos sociais globais. A mudança cognitiva e a mudança relacional são, na realidade, as verdadeiras responsáveis pelo surgimento da transnacionalização da ação coletiva. Quando falamos de mudança cognitiva, estamos a referir-nos aos quadros de ação e táticas que, em virtude do seu sucesso num dado local, parecem ser institucionalizados e replicados noutras partes do globo (Della Porta & Tarrow, 2005). Além disso, a experiência de movimentos nacionais individuais a operarem em contexto internacional faz com que vários atores entrem em contacto com outros semelhantes a si e sejam, então, encorajados a desenvolver um enquadramento mais globalizado das suas mensagens e apelos domésticos (Della Porta & Tarrow, 2005). A mudança relacional, por sua parte, é referente à existência de instituições internacionais que representam alvos “verticais” comuns que, em contrapartida, produzem formas de coligação transnacional “horizontais” através das

redes ativistas que se forjam à sua volta (Della Porta & Tarrow, 2005). Os mecanismos relacionais que brotam desta conjuntura equivalem a uma enorme fonte de mudança, dado que a maior influência que um movimento ativista pode ter é o comportamento do governo que procura defrontar. Posto isto, importa mencionar que o termo “movimentos sociais globais” não pode ser usado para descrever toda e qualquer instância de contenção transnacional, na medida em que a formação de movimentos transnacionais globais está condicionada pela dificuldade de formação de uma identidade coletiva entre pessoas provenientes de diferentes contextos culturais, que raramente se veem e cujas iniciativas não são propriamente apoiadas pelos respetivos governos (Tarrow, 2005). Neste sentido, o componente diferencial do desenvolvimento do ativismo transnacional moderno reside na extraordinária expansão da capacidade que os atores não estatais têm de se organizarem além-fronteiras e de interagirem com Estados e com instituições internacionais (Tarrow, 2005).

Mais do que a globalização, é o internacionalismo que tem vindo a explicar a extravasão da contenda entre fronteiras na última década. Ao canalizar a resistência à globalização, o internacionalismo oferece um ponto focal de oportunidades para a formação de coligações transnacionais, que criam novas ameaças e novas perspetivas para os ativistas (Tarrow, 2005). Sob outra perspetiva, o internacionalismo pode ser visto como um mecanismo de legalização, no sentido em que, à medida que os acordos internacionais se complexificam e o número de atores neles envolvidos aumenta drasticamente, a estrutura legal passa a requerer a criação de painéis e agências internacionais (Tilly & Tarrow, 2015). Estes painéis e agências levam, por seu turno, à criação e cooperação de redes transnacionais de ativismo que identificam os seus interesses mútuos, e daí nascem movimentos e coligações (Tilly & Tarrow, 2015). Os grupos ativistas que se configuram a partir do processo que acabamos de descrever mudam em função da estrutura de oportunidades políticas, do sucesso ou fracasso dos seus programas e da sua eficácia no que toca a reunir apoio de patronos, aliados e bases sociais (Tilly & Tarrow, 2015). Como tal, muito do tempo investido por estes movimentos é canalizado para outros fins que não a reivindicação coletiva, tais como a manutenção da solidariedade organizacional, o recrutamento de membros, a coordenação de disputas internas, etc. Mesmos os grupos antirracistas mais consolidados dedicam uma

grande parte do seu maior recurso – o tempo – à construção, manutenção e reparação das suas organizações (Tarrow, 2005).

Posto isto, podemos afirmar que a transnacionalidade dos movimentos sociais como hoje a conhecemos é um fenómeno extremamente multifacetado. De entre todas as suas propriedades, destacam-se três insígnies processos que vale a pena especificar: a difusão, a domesticação e a externalização (Della Porta & Tarrow, 2005). A difusão refere-se à propagação de ideias, práticas e quadros de ação de um movimento, de um país para outro; a domesticação concerne ao desenrolar, em contexto doméstico, de conflitos que têm origem externa; já a externalização diz respeito ao desafio que se impõe às instituições supranacionais de intervirem em problemas domésticos (Della Porta & Tarrow, 2005). A recente evolução de movimentos focados na “justiça global” sugere, contudo, um quarto processo adicional, a que anteriormente chamamos de “ação transnacional coletiva” (Della Porta & Tarrow, 2005). A ação transnacional coletiva é, por definição, alusiva às campanhas internacionais coordenadas por parte de redes de ativistas contra atores internacionais, outros Estados e instituições internacionais (Della Porta & Tarrow, 2005). Na Europa, esta ação coletiva assume uma forma mais institucionalizada do que noutras regiões do globo onde a atuação é mais vigorosa, ainda que decorra dos processos tradicionais que acima referimos. Na União Europeia, em particular, as ONGs são canais alimentados por estratégias que se dividem essencialmente em dois ramos: recursos mobilizadores e “frames” (Joachim & Locher, 2009). Os recursos mobilizadores correspondem aos veículos coletivos, formais ou informais, através dos quais as pessoas se mobilizam e participam na ação coletiva (Joachim & Locher, 2009). Os “frames”, por sua vez, são empregues pelas ONGs como meios de convencer políticos e público em geral de que os assuntos por estas abordados são relevantes (Joachim & Locher, 2009). No seio da Organização das Nações Unidas, por outro lado, as ONGs são cada vez mais vistas como organizações parceiras, fruto de um processo de aproximação que surgiu com os movimentos de descolonização da década de 70 e foi progredindo com a participação de milhares de ONGs nas conferências globais organizadas pela ONU (Mingst, 2009). A inclusão desta vastidão de ONGs nas conferências globais faz com que haja uma maior consciencialização em relação a determinadas matérias, principalmente quando estas incluem o foco do

trabalho das organizações aí representadas. Todavia, desde o ano 2000, as regras que regem estas reuniões têm-se tornado progressivamente mais restritivas e o acesso paulatinamente mais limitado, o que restringe o impacto das ONGs no cenário internacional (Mingst, 2009). Ainda que estas tenham vindo a envolver-se, desde há vários anos, no desenvolvimento económico e na ajuda humanitária, a resistência é, ainda hoje, palpável. Algumas das ONGs mais estabelecidas receiam ver a sua autoridade diminuída por um influxo de milhares de ONGs menores, ao passo que muitos governos se ressentem por já não deterem uma posição privilegiada à mesa das Nações Unidas (Mingst, 2009). Apesar das ONGs terem sido capazes de expandir o escopo de acesso e oportunidade política dentro da ONU, a tensão entre aqueles que a veem como um mero corpo intergovernamental representativo de Estados e os que a querem ver como um instrumento democrático de representação de pessoas permanecerá indefinidamente (Mingst, 2009). Até lá, as ONGs continuarão a representar o cume desta tensão.

Agora que já estabelecemos os pilares orientadores da transnacionalização dos movimentos sociais, concentrar-nos-emos nas especificidades dos movimentos transnacionais antirracistas e, em particular, do *Black Lives Matter*.

No dia 26 de fevereiro de 2013, o jovem Trayvon Martin, de 17 anos, foi brutalmente assassinado por George Zimmerman, um homem de 28 anos que atuava como vigilante voluntário num bairro suburbano em Sanford, na Flórida (Melo, 2017). Zimmerman carregava consigo uma arma e, apesar de Trayvon se encontrar desarmado e a falar ao telemóvel com a namorada aquando do ataque, Zimmerman – que alvejou o jovem a sangue frio – alegou autodefesa. A absolvição deste indivíduo, tal como a de muitos outros criminosos racialmente motivados, levou a uma onda de protestos sem precedentes, que veio a inaugurar uma nova era de manifestação dentro e fora das fronteiras dos Estados Unidos da América. Enquanto movimento ativista negro, o *Black Lives Matter* (BLM) surgiu através do uso de um *hashtag* com o mesmo nome nas redes sociais, inicialmente utilizada por uma das fundadoras do movimento, Alicia Garza, ao demonstrar a sua revolta por ser uma mulher negra num país cujo sistema judicial parece odiar pessoas iguais a si (Melo, 2017). Em conjunto com Patrisse Cullors – organizadora comunitária da área da reforma prisional – e Opal Tometi – ativista pelos

direitos dos imigrantes – Alicia Garza fundou o movimento *Black Lives Matter*, por forma a afirmar as contribuições das pessoas negras para a sociedade e reiterar o modo como a sua humanidade e vontade de resistência as eleva face à opressão mortífera que enfrentam a cada momento do seu quotidiano (Garza, 2014). Artistas, designers, trabalhadores do setor da cultura e da tecnologia ofereceram-se para expandir o *Black Lives Matter* para lá do domínio das redes sociais, criando uma infraestrutura real de pessoas mobilizadas para o mesmo fim: uma intervenção política e ideológica planificada e metódica de combate a um mundo em que o Homem Negro é sistematicamente e intencionalmente visto como um alvo a abater (Garza, 2014). Os ideias propagandeados pelo BLM imediatamente se materializaram nas ruas sob a forma de protestos, greves e manifestações que atingiram, de forma consciente, a sociedade internacional (Santos, 2022). No entanto, foi apenas em 2020 que o movimento ganhou incontestada tração no cenário internacional, com a tragédia da morte de George Floyd a fazer capas de noticiários em todo o mundo. A 25 de maio de 2020, Floyd, de 46 anos, foi morto às mãos de dois membros do departamento da Polícia de Minneapolis (Moraes & Santos, 2021). Após este agonizante assassinato que abalou milhões de pessoas por todo o mundo, o BLM ganhou novas forças para lutar e a ação direta previamente assumida renasceu, almejando diretamente contra a paralisia política diante da assimetria da justiça racial, que condena negros e iliba brancos independentemente da circunstância (Moraes & Santos, 2021).

Os padrões de difusão e domesticação do movimento *Black Lives Matter* fizeram-se sentir um pouco por toda a parte. Na Europa, e em Portugal inclusive, as pessoas saíram às ruas e marcharam pelo fim da discriminação racial e da violência policial. Na França, Inglaterra e Irlanda foram realizados atos de protesto pacíficos por meio de *sit-ins* e *die-ins* em pontos turísticos famosos (Santos, 2022). Estas manifestações apropriaram-se de slogans como o *#BlackLivesMatter* e replicaram frases de efeito chocantes, como *Stop Killing Black People*, *I Can't Breathe* e *Don't Shoot* (Santos, 2022). Na Alemanha, em apenas dois meses ocorreram 83 protestos com referência explícita ao BLM, que criaram uma visibilidade nunca antes vista para o ativismo negro no país e chamaram atenção para a minoria invisível dos negros alemães (Milman *et al.*, 2021). Em Itália, a campanha do BLM fortaleceu o movimento antirracista e abraçou a inclusão de novos membros,

nomeadamente migrantes de segunda geração e jovens negros italianos (Milman *et al.*, 2021). Na Dinamarca, ainda que a situação seja mais delicada devido à acentuada carga racista que permeia a sociedade, o movimento antirracista ganhou coragem para reivindicar uma política antidiscriminação para o orçamento de 2021 e foi capaz de organizar as suas estratégias e conexões de maneira a, aos poucos começar a moldar o discurso público (Milman *et al.*, 2021). Na Polónia, os protestos foram maioritariamente organizados por uma base descentralizada de indivíduos sem qualquer experiência ativista e a cobertura pelos *media* foi escassa. Porém, os protestos iniciaram um debate sobre o antirracismo e as atitudes dos polacos face a esta fatia da população, o que, no contexto eminentemente discriminatório da Polónia, já é considerado uma vitória (Milman *et al.*, 2021). Fora da Europa, o apoio à campanha antirracista soou um pouco por toda a parte. Na Austrália, por exemplo, a população aborígine aproveitou o sucesso do BLM para gerar o seu próprio movimento em prol dos seus direitos como nativos (Santos, 2020). No Canadá esta mesma popularidade do movimento antirracista justificou a desmistificação da ideia de que é um país perfeitamente progressista, principalmente após Jermaine Carbe, um homem negro de 33 anos, ter sido morto a tiro numa paragem de trânsito em Vancouver (Santos, 2022). No Brasil, o movimento paralelo Vidas Negras Importam atua em parceria com diferentes redes de ativismo transnacional para contestar a marginalização racial no país (Santos, 2022). Todas estas manifestações de revolta denotam claramente a existência de sólidos laços de solidariedade e indignação internacional entre os vários países. Concorrentemente, mostram também que não é possível compreender os processos de difusão e adoção local do *Black Lives Matter* sem que se tenha em consideração a história de anteriores mobilizações antirracistas, os debates preexistentes sobre racismo e migração, o passado colonial do país e a memória coletiva acerca do mesmo (Milman *et al.*, 2021). Apesar de contextos sociais históricos distintos, os descendentes de africanos em todo o mundo enfrentam questões notavelmente semelhantes – desde a gentrificação à deslocação, segregação, apropriação cultural, discriminação laboral e racismo institucionalizado, sem esquecer a presença persistente de barreiras estruturais à educação e paridade económica (Bowen *et al.*, 2017).

No terceiro e último capítulo deste projeto debateremos a percepção dos portugueses acerca da “questão da raça” em Portugal, o impacto do associativismo ativista antirracista na interpretação do racismo pelos cidadãos portugueses, bem como as adversidades e transtornos que impedem o êxito irrestrito deste movimento.



## **2. Metodologia da Investigação**

There is no single reason why people do social research (...) but, at its core, it is done because there is an aspect of our understanding of what goes on in society that is to some extent unresolved.

(Bryman, 2012, p. 5)

### **2.1 Teoria, pesquisa e ética**

O presente subcapítulo debruçar-se-á sobre as potenciais hipóteses e teorias que constituirão o âmago da proposição que delineámos no capítulo introdutório, bem como sobre os métodos de pesquisa nos quais alicerçaremos o nosso esforço de investigação. Um ponto referente às considerações morais e éticas da pesquisa será também apresentado, no qual se incluirá igualmente uma breve explicação acerca das motivações e entraves que provocaram e, simultaneamente, dificultaram o processo de construção desta dissertação. Pretendemos, assim, ser tão explícitos e desambiguados quanto possível na desconstrução dos passos mentais que levaram à concretização física deste projeto.

#### **2.1.1 A teoria indutiva e a teoria dedutiva da investigação**

No ramo das Ciências Sociais, quando falamos em teoria dedutiva, estamos habitualmente a referir-nos à natureza da relação estabelecida entre a teoria e a pesquisa social (Bryman, 2012). Significa isto que, geralmente, o investigador deduz uma ou mais hipóteses daquilo que já se encontra teorizado acerca de um dado assunto, de modo a que possa, numa fase posterior, submeter essas mesmas hipóteses a testes empíricos que as provem. Concomitantemente, o pesquisador deve esforçar-se por traduzir essas hipóteses em entidades passíveis de serem pesquisadas, operacionalizando, assim, os termos com os quais visa trabalhar (Bryman, 2012).

Neste contexto, a noção de teoria indutiva revela-se bastante proveitosa para a exposição da nossa metodologia, na medida em que nos permite explicar devidamente

a forma como as hipóteses que traçamos a partir de uma vasta recolha bibliográfica virão a orientar o próximo estágio deste empreendimento, que concerne à teoria indutiva. Para já, importa clarificar as hipóteses teóricas que definimos como relevantes para a compreensão do fenómeno em estudo. A primeira hipótese atesta que uma das formas de discriminação mais ativamente sentidas em Portugal é justificada por motivos de “cor” ou “raça”. A segunda hipótese prende-se, em certa parte, com a primeira, pois presume que o preconceito racial provém também da etnia do indivíduo racializado e compõe uma enorme fatia dos números referentes à racialização discriminatória em Portugal. A terceira hipótese indaga acerca do peso da cidadania na expressão do racismo, questionando se a posse de cidadania legal é um fator atenuador da marginalização racial. A quarta hipótese parte do princípio de que a nacionalidade do indivíduo racializado em nada altera o racismo sobre ele infligido. Em quinto lugar, lançamos a hipótese de que o passado colonial português é o principal promotor do racismo que se sente atualmente em Portugal. Procuraremos, no seguimento desta questão, compreender, ao certo, de que modo é que o legado colonial se manifesta no quotidiano da população afrodescendente em Portugal e quais as ramificações mais pervasivas dessa mesma herança histórica. Por último, atestamos que o ativismo de cariz antirracista é a melhor forma de dissolver as restrições que inibem a emancipação, por inteiro, da comunidade Negra em Portugal. Todas estas deduções encontram o seu fundamento nas teorias póscoloniais das Relações Internacionais e a sua operacionalização será descrita em maior detalhe no subcapítulo 2.2.

A teoria indutiva distingue-se da teoria dedutiva pela sua génese. Ao contrário da primeira, esta reporta a um mecanismo que permite ao pesquisador inferir as implicações das suas descobertas na teoria utilizada como ponto de referência (Bryman, 2012). Podemos dizer, com invariável grau de certeza, que dela faremos uso, na medida em que o nosso objetivo passará por acrescentar algo de novo à literatura previamente existente acerca da situação colonial portuguesa, do racismo lusotropicalista e do ativismo antirracista praticado em território nacional. Para que tal se realize, colocaremos em prática algumas estratégias de pesquisa, às quais atentaremos no ponto que se segue.

### **2.1.2 As estratégias de pesquisa qualitativa e quantitativa**

A análise qualitativa de dados refere-se, segundo Bryman (2012), a uma relação indutiva estabelecida entre a teoria e a pesquisa, suportada por uma posição epistemológica tomada pelo investigador, que se traduz num entendimento do mundo social baseado na examinação da interpretação que é feita do mundo por parte dos participantes envolvidos no estudo em questão. Além disso, a estratégia qualitativa funda-se numa visão ontológica da sociedade, ou seja, entende as propriedades sociais como produtos da interação entre indivíduos ao invés de as perceber como fenómenos isolados e desconectados daqueles que estão envolvidos na sua construção (Bryman, 2012). Por outro lado, a análise quantitativa entrelaça-se mais vincadamente com a teoria dedutiva, no sentido em que a tendência passa por traçar determinadas hipóteses – deduzidas com base numa teoria inicial – que são, depois, testadas e comprovadas com base em evidência empírica (Bryman, 2012).

Ambas estas abordagens apresentam vantagens e desvantagens em si mesmas, que mais tarde apontaremos. Contudo, o foco deste ponto será iluminar os pontos fortes que surgem da junção das duas numa só estratégia de pesquisa: o método misto. Este método será por nós empregue no desenho desta investigação. Esta decisão surgiu da necessidade de uma operação que enfatizasse o aspeto “numérico” do racismo, isto é, um método que desbravasse as estatísticas e percentagens que perfazem a realidade do cenário português mas que, paralelamente, fosse capaz de realçar a importância da experiência vivida na compreensão de um fenómeno tão cambiante como este. Ainda que alguns autores acreditem que existe uma incompatibilidade epistemológica inultrapassável entre os paradigmas que constituem cada um dos métodos individuais e que, como tal, a pesquisa fundada num método misto é, tecnicamente, impossível, nós cremos que os proveitos retirados da recolha e análise quantitativa e qualitativa de dados, respetivamente, devem ser fundidos de maneira a salientar a sua conexão e a validade da sua junção. Deste modo, e no nosso caso em particular, a confirmação dos resultados obtidos através do estudo de estatísticas oficiais pertinentes para a questão do racismo é complementada e verificada através da codificação e escrutinação de entrevistas conduzidas com membros ativamente envolvidos no movimento antirracista

em Portugal, o que se afigura como um enorme privilégio para a nossa investigação, dado que a torna imensamente mais completa e fiável.

### **2.1.3 As considerações práticas e éticas**

As motivações por detrás da escolha de um tema tão imenso e intrinsecamente obscuro como o anti(racismo) para este projeto de dissertação prendem-se, acima de tudo, com uma vontade de compreender as especificidades abarcadas pelas múltiplas vertentes do complexo antirracista com sede em Portugal, tal como com um desejo de desvender as facetas mais inóspitas do racismo e trazê-las para o centro da discussão sobre esta matéria. Ainda assim, o empenho por nós empregue na resolução desta tarefa nem sempre foi suficiente, por si só, para fazer a investigação vingar. Ao longo da redação da mesma, deparamo-nos com uma multiplicidade de obstáculos, alguns já esperados, outros ligeiramente imprevisíveis. De entre os últimos, contam-se os impasses no contacto com diversas entidades e pessoas individuais para garantir a participação nas entrevistas que pretendíamos levar a cabo, o que acabou por causar dificuldades na marcação das mesmas e, em alguns casos, impossibilitou, de todo, a sua realização. Estes inconvenientes levaram também a alguns atrasos inoportunos no que diz respeito à composição do terceiro capítulo, visto que essa se encontrava limitada pela operacionalização e transcrição das ditas entrevistas. No entanto, todos estes entraves foram ultrapassados com relativa facilidade e o processo de construção de todo este projeto fluíu com sincera tranquilidade.

No que toca às questões éticas da pesquisa, as nossas preocupações passaram, antes de mais, por proteger a identidade dos envolvidos que assim o pretenderam e assegurar a todos eles que o conteúdo das entrevistas conduzidas seria utilizado, única e exclusivamente, em contexto académico e nunca noutro. A questão da invasão da privacidade pode, por vezes, estar ligada à questão do consentimento informado, pelo que quisemos ter a certeza de que todos os participantes se sentiam inteiramente confortáveis com a sua participação neste estudo, materializado na forma de entrevistas. Além disso, certificamo-nos que não haveria qualquer instância na qual os indivíduos entrevistados pudessem sentir-se stressados, ofendidos ou diminuídos, dado

que isso implicaria o mal estar dos participantes, o que não é desejável em nenhum sentido. Cremos, com estes parâmetros em atenção, ter reunido as condições necessárias para a condução de entrevistas seguras, viáveis e iluminadoras.

## **2.2 Desenho da investigação**

Neste segmento do projeto orientaremos a nossa atenção para os detalhes que perfazem a totalidade dos passos tomados em direção ao nosso objetivo final, sendo que essas etapas se compõem de um estudo quantitativo e de um estudo qualitativo de dados, que agora percorreremos com mais afincado pormenor.

### **2.2.1 O estudo de delineamento transversal quantitativo ou análise de estatísticas oficiais**

No ramo das Ciências Sociais, existem inúmeros métodos de tratamento de dados. Esses métodos podem ser divididos em duas vertentes principais: os métodos quantitativos e os métodos qualitativos. Nesta secção, exploraremos o trabalho que fizemos no que concerne ao uso das ferramentas quantitativas ao nosso dispor, mais propriamente materializadas sob a forma de análise de estatísticas oficiais e para-oficiais.

A primeira decisão tomada no decorrer deste processo prendeu-se, então, com a necessidade de definir qual o tipo de análise que mais beneficiaria as nossas intenções de pesquisa e, após profusa ponderação, decidimos que a análise secundária seria a mais frutífera face às metas pretendidas. Por análise secundária entende-se, naturalmente, a análise de dados que não foram por nós coletados e que, porventura, não foram recolhidos com o propósito que nós, em particular, teríamos em mente. No caso, estes dados fazem parte da prolífera coleção estatística armazenada na plataforma digital do *European Social Survey* (ESS) e, especificamente, da ronda relativa aos anos de 2018, 2019 e 2020. O motivo por detrás desta escolha teve que ver com a relevância dos resultados obtidos através destes inquéritos, explicada, acima de tudo, pela proximidade temporal ao momento presente e pela reconhecida legitimidade atribuída ao ESS. Além disso, consideramos que seria de uma dificuldade imensa, quer em termos

de restrições temporais, quer no que toca a recursos financeiros, empreender num projeto individual de apuração destes factos, que seria de todo impossível nas condições em que nos encontramos e que certamente se refletiria na qualidade do trabalho apresentado. Deste modo, a análise secundária afigurou-se como a única escolha lógica. De entre todos os critérios utilizados como meio de avaliação por parte do ESS, aqueles nos quais mais nos concentrámos foram os referentes à discriminação sentida pelos indivíduos entrevistados em função da sua “raça” e da sua etnia, bem como naqueles que reportavam à cidadania dos participantes e ao seu local de nascimento, particularmente, se este se encontrava dentro ou fora de fronteiras portuguesas. Estas informações são essenciais, na medida em que determinam as bases empíricas da nossa investigação, mostrando-nos, com base em valores fidedignos e reais, qual o impacto da discriminação étnico-racial na população portuguesa, seja esta nativa ou não. Em termos práticos, esta averiguação partiu de uma análise fundada em tabelas de contingência que testavam a relação entre duas variáveis qualitativas, respetivamente, a “raça” e a discriminação, a etnia e a discriminação, a posse de cidadania e a discriminação, e, por fim, a nacionalidade e a discriminação. De seguida, foram realizados testes Chi-Square e testes de Pearson que provaram a força e validade destas correlações. Suportados através de referências bibliográficas confiáveis e, a nosso ver, pertinentes, estes dados atuaram como base sólida para a construção do guião de entrevista que, posteriormente, serviu com complemento à dimensão quantitativa da análise, oferecendo-nos uma perspetiva mais globalizante do fenómeno em estudo.

### **2.2.2 O estudo de delineamento transversal qualitativo ou análise de conteúdo de entrevistas semiestruturadas**

Tal como referimos anteriormente, à vertente quantitativa da análise decidimos aliar a análise qualitativa de dados, por crermos firmemente no poder do método misto no que concerne à construção de um projeto de investigação consistente e bem fundamentado. Assim, após concluída a examinação e descrição dos valores recolhidos através das tabelas supramencionadas, envergámos no esboço de um roteiro que nos norteasse no decurso das entrevistas que tencionávamos por em curso. Estas entrevistas foram, como já dissemos, realizadas em conversa com fundadores ou membros de associações

ativistas antirracistas com sede em Portugal que se disponibilizaram, muito abertamente, a participar neste projeto. Ainda que, por motivos diversos e fora do nosso controlo, não tenha havido oportunidade de reunir com algumas das associações que tínhamos em mente, acreditamos que as respostas obtidas por parte daquelas com as quais efetivamente conversámos revelam noções elementares para a compreensão do fenómeno antirracista.

Antes de procedermos para a explanação do processo de conceção do guião de entrevista, importa-nos esclarecer as motivações por detrás da escolha do método de entrevista semiestruturada. Como sabemos, a questão do racismo tem-se revelado um tópico frágil, complexo e múltiplo, o que significa que um estudo absolutamente integral deste fenómeno seria manifestamente impossível no contexto de uma dissertação. Nesse sentido, o objetivo destas entrevistas passou por explorar apenas as ramificações do racismo pertinentes ao nosso objeto de estudo, que pensámos serem melhor desbravadas se investíssemos na progressão da conversa de uma forma mais orgânica, deixando espaço para um diálogo livre que fluísse, quiçá, para questões que nós próprios não tivéssemos considerado e que viessem a enriquecer a nossa visão do fenómeno. As perguntas que definimos inicialmente instigavam interrogações relativas à participação associativa, à militância, à mudança política e social, aos obstáculos à participação, aos entraves ao sucesso das propostas ativistas antirracistas, à perceção da negritude pelos portugueses, às diferenças entre o racismo sentido pela população afrodescendente imigrante e nativa, às influências do legado colonial, à eficácia do ativismo antirracista no desmantelamento das novas formas de racismo, e à emancipação da comunidade Negra. Contudo, as entrevistas seguiram o seu curso de maneira natural e, ao longo das mesmas, foram abordados muitos outros pontos que não havíamos previsto preliminarmente.

Posto isto, as entrevistas foram transcritas manualmente com o auxílio do programa oTranscribe, o que nos permitiu agilizar um processo que, de outro modo, teria sido excessivamente demorado. Tendo finalizado a sua reprodução por escrito, as entrevistas foram, então, finalmente codificadas, mais uma vez de modo manual, ao analisarmos os termos e palavras-chave mais frequentemente repetidos nas respostas a cada questão, que nos proporcionaram a possibilidade de definir os temas fulcrais

dentro de cada interrogação, num processo de codificação manifestamente exaustivo, mas absolutamente necessário para a identificação de padrões que permitem descrever e interpretar o fenómeno em estudo da forma mais precisa possível (Bryman, 2012). Esta análise temática baseou-se numa abordagem dedutiva, o que significa que alguns temas haviam sido previamente retirados da revisão literária e da análise quantitativa anteriormente conduzidas (Bryman, 2012). Concluída a definição geral destes temas, fomos em busca de informação mais detalhada presente no corpo das entrevistas. Nesta etapa, optámos por um método de análise latente, por oposição a uma abordagem semântica, isto é, escolhemos ter atenção ao subtexto e aos pressupostos escondidos por detrás dos dados fornecidos pelos entrevistados (Bryman 2012). Esta escolha partiu da noção de que, no que toca a determinados temas, torna-se mais conveniente e até mesmo útil “ler nas entrelinhas” daquilo que é dito pelos indivíduos com quem tratamos, no sentido de que a interpretação do significado dos textos recolhidos pode ser uma mais-valia para a construção de um argumento sólido, que ultrapasse a superficialidade daquilo que é explicitamente dito (Bryman, 2012). Este exercício levou, posteriormente, à definição dos argumentos que se impunham, acentuadamente, no seio das diversas temáticas às quais aludimos ao longo das entrevistas e que levaram à construção de um só argumento coeso que, por sua vez, deu lugar ao seu próprio subcapítulo no corpo da dissertação. Nesta secção, que acreditamos ser primordial para a edificação do projeto final, são expostas as conclusões retiradas das várias conversas com indivíduos que se deparam, no seu trabalho e no seu quotidiano, com a realidade do anti(racismo).

### **3. A Luta Antirracista em Portugal**

Quando se aborda a questão do racismo, é ainda frequente escutarmos a afirmação de que Portugal é “um país de brandos costumes”. Certas virtudes, como a “simpatia”, a “capacidade de acolhimento” e o “espírito aventureiro”, são frequentemente evocadas para reforçar a ideia de que a sociedade portuguesa é distinta do resto da Europa, pelo menos da Europa Central e do Norte. Como tal, haveria uma especificidade portuguesa face ao racismo: racismo.pt.

(Araújo, 2008, p. 25)

#### **3.1 Ser Negro em Portugal**

Como temos vindo a testemunhar até este ponto, o racismo é um dos males que mais tem atormentado a comunidade afrodescendente em Portugal nas últimas décadas. Mesmo que a própria noção de “afrodescendência” seja difícil de balizar, dada a sua pluralidade de sentidos, podemos afirmar que aparece constantemente vinculada a um grupo ao qual é negada a realização plena dos direitos humanos, um grupo oprimido e ignorado, definido sempre por aqueles que o reprimem e nunca pelos que o compõem. Todavia, a afrodescendência é útil para os ativistas do ponto de vista de um essencialismo estratégico, isto é, permite-lhes desenhar uma coligação social a partir da diversidade de identidades com as quais as pessoas se identificam e que usam para fazer sentido do seu dia a dia (Santos, 2019). Neste sentido, afrodescendente será, daqui em diante, utilizado como um termo positivo, associado a reivindicações consistentes e a um projeto de mudança social firme, que se opõe a outras utilizações derogatórias ou divisoras com as quais frequentemente nos deparamos.

Em anteriores capítulos da investigação comprovámos que o debate acerca da diversidade foi mais lentamente assimilado em Portugal do que em muitos outros países da Europa. Na verdade, foi apenas a partir de 1990 que a agenda política passou a integrar uma preocupação explícita com o melhor modo de gerir essa diversidade, algo que terá sido diretamente influenciado pela integração do país na União Europeia, ainda que outros fatores sociais e históricos possam igualmente ter desempenhado um papel

marcante nesta decisão (Araújo, 2008). Como tal, é de enfatizar que o debate acerca da diversidade e inclusão racial não foi, de todo, motivado por uma reflexão acerca da condição pós-colonial de Portugal, mas antes por uma conjuntura política externa que assim o exigia (Araújo, 2008). Ainda assim, seria de esperar que as atitudes dos portugueses face à presença de comunidades étnicas e raciais díspares no território nacional fosse levada com a naturalidade que advém dos processos de migração, cada vez mais comuns na “aldeia global” em que vivemos. A realidade contradiz este pressuposto. O racismo português continua a passar largamente despercebido por políticas públicas e medidas de cariz social, e o trabalho de reeducação da população tem sido deixado ao encargo de associações como a SOS Racismo ou a Djass, entre tantas outras cuja voz teremos oportunidade de escutar neste capítulo. Por agora, procuraremos apurar a verdadeira extensão do racismo num país que se assume publicamente como tolerante e integrador, mas que, no fundo, padece de divisões fraturantes.

O modelo teórico da “ameaça competitiva” parece, à primeira vista, explicar alguns dos sentimentos de apreensão e receio expressados pelos portugueses em relação às comunidades racializadas em Portugal. A ameaça competitiva baseia-se na lógica de que a incremental presença de pessoas imigrantes num dado recorte geográfico aumenta o medo da competição, por parte dos residentes nativos, face a recursos económicos ou sociais (Gorodzeisky & Semyonov, 2015). Consequentemente, de acordo com este modelo de análise, os indivíduos pertencentes a um estrato social mais desfavorecido apresentam maiores probabilidades de demonstrarem ressentimento face a comunidades imigrantes do que aqueles que se identificam com uma classe social mais alta (Gorodzeisky & Semyonov, 2015). No entanto, as atitudes e comportamentos negativos face a estas pessoas não residem apenas no medo da competição, mas são também fundadas com base em estereótipos raciais. A antipatia racial e as crenças negativas acerca de indivíduos de outras etnias ou nacionalidades estão, não raras vezes, enraizadas num sistema abstrato de valores morais que nos são ensinados, por via de vários meios, desde muito cedo, e que são adquiridos através do processo de socialização (Gorodzeisky & Semyonov, 2015). Contudo, é perfeitamente possível que estas perceções se alterem ao longo da nossa vida pessoal e coletiva. Um estudo focado

na comparação dos resultados coletados pelo *European Social Survey* nas rondas de 2002/2003 e de 2016/2017 mostra que, em Portugal, as atitudes face à imigração e às minorias raciais e étnicas se tornaram significativamente mais positivas durante este período, estando até um pouco acima da média dos restantes países europeus abrangidos pelo inquérito. Tendo em conta os incrementais níveis de imigração e de debate sobre os mesmos que se deram ao longo dos 14 anos que separam estas rondas do ESS, seria expectável que a posição dos portugueses relativamente a este tópico se tivesse tornado mais negativa mas, como atestam Heath e Richards (2019), o público europeu em geral tem-se revelado bastante mais positivo no que diz respeito aos efeitos da imigração nas suas sociedades. Os autores descobriram também que Portugal é um dos países mais generosos no que toca à receção de imigrantes, mas esta generosidade estende-se particularmente a indivíduos provenientes de países com os quais partilha laços históricos proeminentes, assim como uma língua comum. Ainda que a opinião pública portuguesa face à presença de comunidades de diferentes etnias no espaço português tenha vindo a ser desviada num sentido favorável, a receptividade aos imigrantes é definida por uma clara hierarquia: pessoas que pertencem ao grupo racial ou étnico correspondente ao do país de origem são mais bem-vindas do que aquelas que diferem destes parâmetros ou que vêm de países mais pobres. Por outro lado, caso os imigrantes sejam provenientes de países de origem empobrecidos, é preferível que estes sejam países europeus (Heath & Richards, 2019). Para além disso, existem duas dimensões que caracterizam os vários critérios para a imigração: a dimensão adquirida e a dimensão atribuída. A dimensão adquirida pertence a capacidades de trabalho, qualificações, linguagem e compromisso com o modo de vida do país. A dimensão atribuída, por sua vez, concerne à religião e ao ser-se, ou não, branco (Heath & Richards, 2019). Em Portugal, a dimensão adquirida é significativamente mais valorizada do que a sua rival, ainda que, tal como em todos os outros países cristãos, a religião seja extremamente exaltada. Entendemos, então, que o processo de valoração daqueles que diferem de nós é, para os portugueses, um mecanismo complexo de atribuição de virtudes e defeitos que são, não raras vezes, fundados em noções pré-concebidas e erradas acerca destes indivíduos.

As propriedades específicas de uma dada população são também fortes indicadores dos seus comportamentos face às minorias raciais. A idade, o grau de escolaridade e o estatuto económico são três dos principais agentes que motivam estas atitudes (Heath & Richards, 2019). A maior clivagem encontra-se entre os indivíduos mais escolarizados e aqueles com um menor grau de escolaridade: os primeiros tendem a ser mais tolerantes face a outros grupos e, do mesmo modo, têm menos tendência para sucumbir a estereótipos, ao passo que os segundos são mais propícios a assumir um posicionamento racista e xenófobo (Gaber, 2020). Entre jovens e idosos, a diferença é menos abismal mas, ainda assim, imensamente perceptível, com os mais novos a mostrarem-se mais simpaticos para com outras culturas e minorias do que os mais velhos (Heath & Richards, 2019). A classe social e económica determina também, em grande medida, as atitudes racistas. Como seria de prever, os indivíduos desempregados ou de baixo estatuto económico sentem-se mais profundamente afetados pelo medo da competição que mencionamos acima e, como tal, podem reagir negativamente à presença de minorias no seu país se as encararem como uma ameaça à sua fonte de rendimento (Gaber, 2020). Mais uma vez, esta é uma visão errónea da imigração, que replica a linguagem habitualmente utilizada por partidos de extrema direita e cujo propósito final passa por convencer a população de que a entrada de imigrantes no mercado de trabalho nacional implicará a perda de postos de emprego para os portugueses, algo que, como sabemos, não se verifica na realidade.

Se, por um lado, as particularidades individuais de uma pessoa são altamente eficazes na previsão das suas atitudes, por outro, os preditores contextuais são ferramentas de mérito substancial no que toca à análise comportamental de uma sociedade. A percentagem de imigrantes em relação à população nativa, os gastos sociais do Estado com os mesmos e os impostos taxados à população são elementos fulcrais para o sucesso desta dita análise (Gorodzeisky & Semyonov, 2015). Muitas vezes, os fatores contextuais levam a uma quase total eliminação dos efeitos dos fatores individuais, o que significa que o contexto é absolutamente requerido se queremos realmente entender como se formam predisposições racistas (Gaber, 2020).

Antes de prosseguirmos com a nossa interpretação, importa salientar que o racismo é frequentemente direcionado, não a imigrantes ou estrangeiros, mas a cidadãos

portugueses, muitas vezes apenas descendentes de imigrantes africanos ou de retornados das ex-colónias, por exemplo. Ainda assim, os números necessários para ilustrar este fenómeno com precisão são manifestamente insuficientes. Em matérias de saúde, educação, habitação e emprego, são escassos os dados que reportam a magnitude do fenómeno da discriminação racial e das suas devastadoras consequências nessas áreas. As incidências de violência registadas pelas forças policiais são praticamente nulas e agregam a discriminação religiosa e racial numa só categoria, o que dificulta um posterior apuramento dos factos (Peixe *et al.*, 2008). Inúmeras razões podem estar na base desta falta de denúncias: a vergonha das vítimas, a descrença na eficácia dos mecanismos legais, a incapacidade das forças policiais de lidarem com estas ocorrências, a dificuldade em provar a motivação racista de um determinado ato de violência, entre outros (Peixe *et al.*, 2008). De outra parte, a produção académica sobre o racismo em Portugal é exígua e demasiadamente focada nas áreas da Sociologia, da Antropologia e da Psicologia Social, o que significa que muito se perde em termos da multidisciplinaridade que poderia ajudar a iluminar as múltiplas causas por detrás de um fenómeno tão hermético como o racismo (Araújo, 2008). Por conseguinte, no que resta deste subcapítulo perscrutaremos estatisticamente uma compilação de dados fornecidos pelo último inquérito do *European Social Survey* no qual Portugal participou, de modo a apurar, tanto quanto possível, as verdadeiras visões dos portugueses face às comunidades racializadas em Portugal.

Primeiramente, importa reforçar que todos os dados aqui estudados são referentes à última ronda oficialmente publicada pelo ESS na qual Portugal escolheu envolver-se, isto é, a ronda 9, conduzida entre o período de 2018 a 2020. Este inquérito foi aplicado a uma amostra aleatória da população portuguesa, na qual apenas estão incluídos cidadãos com mais de 15 anos. Esta amostra abrange mais de 1500 pessoas e, ainda que aqueles que foram seleccionados para responder ao questionário possam recusar-se a fazê-lo, as regras do ESS ditam que não é permitido substituir esses indivíduos por outros que se mostrem mais disponíveis para falar com os entrevistadores, o que significa que a amostra pode, na realidade, vir a ser inferior a 1500 pessoas. Ademais, não podemos deixar de referir que todas as tabelas aqui apresentadas são da nossa autoria, tendo

como fonte os dados compilados pelos investigadores responsáveis pela concretização dos objetivos do ESS em Portugal.

Um primeiro olhar sob a informação contida na base de dados do ESS revelou-se, de imediato, útil no contexto da nossa investigação. A Tabela 1 aponta para o número de indivíduos pertencentes a um grupo discriminado em Portugal. De entre um total de 1055 respondentes, podemos ver que 985 dizem não pertencer a nenhum grupo habitualmente excluído ou maltratado em Portugal. Note-se que as categorias de discriminação testadas pelo ESS incluem a língua, a cor/“raça”, o grupo étnico, a nacionalidade, a idade, a deficiência, o género, a religião e a sexualidade. Seguindo estas indicações, constatamos que 62 indivíduos se reveem em uma ou mais do que uma destas situações, o que se traduz numa percentagem de 5.9% dos entrevistados. Este valor é, por si só, preocupante. Por outro lado, 93.4% dos participantes assumem viver uma vida livre de discriminação. Os restantes 8 participantes, contudo, escolheram a opção “não sei” quando questionados acerca deste mesmo problema. Esta resposta pode, na nossa opinião, indicar falta de consciência relativamente às várias formas que a discriminação toma, fraca conexão com a realidade social do país ou até mesmo uma relativa despreocupação com esta matéria. A mais evidente descoberta desta tabela reside na confirmação de algo de que já suspeitávamos: a discriminação é, de facto, um problema relativamente pouco abordado em Portugal mas que, no cômputo geral da sociedade, atinge ainda uma significativa percentagem da população, tornando-se, portanto, uma situação que deve ser adereçada por governos e sociedade civil em igual parte.

Tabela 1

*Membros de um grupo discriminado em Portugal*

| <b>Frequência</b> | <b>Percentagem</b> | <b>Percentagem</b> | <b>Percentagem</b> |
|-------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
|                   |                    | <b>Válida</b>      | <b>Cumulativa</b>  |

|                   |      |        |       |        |
|-------------------|------|--------|-------|--------|
| <b>Válido/Sim</b> | 62   | 5.9%   | 5.9%  | 5.9%   |
| <b>Válido/Não</b> | 985  | 93.4%  | 94.1% | 100.0% |
| <b>Não sei</b>    | 8    | .8%    |       |        |
| <b>Total</b>      | 1055 | 100.0% |       |        |

*Nota.* Esta tabela é de autoria própria.

Posto isto, achamos pertinente explorar os contornos particulares dos tipos de discriminação com maior grau de incidência e relevância na nossa análise. Na Tabela 2 estão expostos os valores referentes à discriminação com base em fatores de cor ou “raça”. Ao observarmos os números que constam da tabela, detetamos que, de entre 1055 pessoas, somente 14 se identificam como vítimas de discriminação racial. Isto equivale a um total de 1.3% dos interrogados, em contraste com os 98.7% que acreditam não sofrer de qualquer forma de preconceito com base no seu perfil racial. Para mais, este valor mostra que, de entre os 5.9% da população que dizem fazer parte de um grupo discriminado em Portugal, cerca de 1.3% insere-se numa comunidade racializada. Esta percentagem corresponde a, aproximadamente, um quarto do total dos indivíduos segregados apontados por este estudo, o que nos parece um valor francamente alarmante.

Tabela 2

*Discriminação do grupo de inquiridos: cor ou “raça”*

| <b>Frequência</b> | <b>Percentagem</b> | <b>Percentagem</b> | <b>Percentagem</b> |
|-------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
|                   |                    | <b>Válida</b>      | <b>Cumulativa</b>  |

|                           |      |        |       |        |
|---------------------------|------|--------|-------|--------|
| <b>Válido/Marcado</b>     | 1041 | 98.7%  | 98.7% | 98.7%  |
| <b>Válido/Não Marcado</b> | 14   | 1.3%   | 1.3%  | 100.0% |
| <b>Total</b>              | 1055 | 100.0% |       |        |

*Nota.* Esta tabela é de autoria própria. O termo “marcado”, tal como indicado no formulário de entrevista do ESS\_9, refere-se aos indivíduos que escolheram a opção “não” quando questionados se se sentiam discriminados em função da cor da sua pele. Pelo contrário, o termo “não marcado” foi selecionado pelos indivíduos que escolheram a opção “sim” quando interrogados acerca da mesma questão.

A discriminação racial constitui, sem dúvida, um dos objetos basilares da nossa análise, visto que se impõe como um dos vestígios mais marcantes do projeto colonial empreendido pelos portugueses e, como tal, representa um dos mais robustos obstáculos à emancipação das comunidades racializadas em Portugal. Porém, não podemos descurar o peso que a discriminação étnica assume num contexto pós-colonial e global, no qual a imigração se torna cada vez mais recorrente e a multiculturalidade ocupa cada vez mais espaço no nosso quotidiano. Tendo em conta esta realidade, a tabela que se segue mostra-nos as percentagens relativas à discriminação étnica no conjunto populacional abrangido pela nona ronda do ESS.

Tabela 3

*Discriminação do grupo de inquiridos: grupo étnico*

|  | Frequência | Percentagem | Percentagem<br>Válida | Percentagem<br>Cumulativa |
|--|------------|-------------|-----------------------|---------------------------|
|--|------------|-------------|-----------------------|---------------------------|

|                           |      |        |       |        |
|---------------------------|------|--------|-------|--------|
| <b>Válido/Marcado</b>     | 1053 | 99.8%  | 99.8% | 99.8%  |
| <b>Válido/Não Marcado</b> | 2    | .2%    | .2%   | 100.0% |
| <b>Total</b>              | 1055 | 100.0% |       |        |

*Nota.* Esta tabela é de autoria própria. O termo “marcado”, tal como indicado no formulário de entrevista do ESS\_9, refere-se aos indivíduos que escolheram a opção “não” quando questionados se se sentiam discriminados em função da sua etnia ou do grupo étnico a que pertencem. Pelo contrário, o termo “não marcado” foi selecionado pelos indivíduos que escolheram a opção “sim” quando interrogados acerca da mesma questão.

Os resultados alcançados pela Tabela 3 mostram-nos que a discriminação étnica ronda valores bastante mais baixos do que a discriminação racial. A principal diferença a salientar entre ambas as formas de preconceito reside na fundação da hostilidade dirigida a cada uma delas: a primeira baseia-se na cor de pele ou no fenótipo de um determinado indivíduo, enquanto a segunda se foca maioritariamente nas características socioculturais de uma dada comunidade, como a sua língua ou as suas tradições. De acordo com as informações fornecidas pelos inquiridos, a discriminação racial afeta apenas 0.2% desta amostra da população portuguesa, sendo que 99.8% dessa mesma amostra não reporta qualquer sinal de discriminação que possa ter a sua etnia como fundamento.

Após breve análise, conclui-se que o preconceito racial é experimentado por um segmento não muito alargado, mas também não negligenciável da população portuguesa. Se tivermos em consideração que este inquérito abrange um total de 1550 pessoas, e que estas provêm de todas as zonas do país – e não exclusivamente dos bairros mais impactados pelo racismo – inferimos que a realidade da discriminação

racial no nosso país tem significado, sendo, necessariamente, mais evidente do que estes números fazem parecer quando o seu foco se coloca nos contextos mais impactados pelo racismo. Uma das razões mais proclamadas por aqueles que defendem uma conduta racista para com outros indivíduos reside no facto de, alegadamente, uma vasta percentagem destes indivíduos não possuir cidadania portuguesa e, por conseguinte, não ser verdadeiramente considerada portuguesa. Por outro lado, expressões como “cidadãos de bem” têm sido empregues, tipicamente, por defensores de políticas de extrema direita, que utilizam esta retórica para segregar a população portuguesa, agrupando-a em duas categorias altamente distintas: os bons cidadãos, leia-se, os cidadãos brancos, e os maus cidadãos ou, estereotipicamente falando, os cidadãos racializados. Neste sentido, decidimos cruzar os dados de duas variáveis – a discriminação com base na cor da pele e a posse de cidadania portuguesa – para compreender de que modo estas se interseccionam e qual a sua relevância no contexto português. A Tabela 4 fornece algumas respostas a estas questões.

Tabela 4

*Discriminação do grupo de inquiridos: cidadão do país x cor ou “raça”*

| <b>Cidadão do país</b> | <b>Discriminado com base na cor ou “raça”</b> | <b>Valor relativo (%)</b> | <b>Não discriminado com base na cor ou “raça”</b> | <b>Valor relativo (%)</b> | <b>Total</b> | <b>Total (%)</b> |
|------------------------|-----------------------------------------------|---------------------------|---------------------------------------------------|---------------------------|--------------|------------------|
| Sim                    | 9                                             | 0.9                       | 994                                               | 94.2                      | 1003         | 95.1             |
| Não                    | 5                                             | 0.5                       | 47                                                | 4.4                       | 52           | 4.9              |
| <b>Total</b>           | <b>14</b>                                     | <b>1.4%</b>               | <b>1041</b>                                       | <b>98.6%</b>              | <b>1055</b>  | <b>100%</b>      |

*Nota.* Esta tabela é de autoria própria. O *n* amostral corresponde a 1055 indivíduos e o teste qui-quadrado de Pearson equivale a  $p < 0.001$ , sendo que o grau de liberdade é 1.

Assumindo que o valor *alpha* é de 0.05, isto significa que a correlação entre as variáveis é forte e que podemos, com elevado grau de certeza, rejeitar a hipótese nula.

Com base nas informações fornecidas pela tabela, podemos concluir que a correlação entre a posse de cidadania e a discriminação racial é evidente, algo que se entende de forma mais notória se repararmos que, de entre 1041 indivíduos participantes, 994 são cidadãos portugueses e dizem não experienciar discriminação racial com base na sua cor de pele. Por outro lado, apenas 47 indivíduos que afirmam não sofrer qualquer tipo de preconceito racial no seu quotidiano não possuem cidadania portuguesa.

A reivindicação do estatuto de cidadania por parte de comunidades marginalizadas tende a ser fomentada por motivos de exclusão social, que, como já percebemos, derivam frequentemente da falta de posse desse mesmo estatuto. Contudo, a realidade tem vindo a provar que a grande maioria dos imigrantes ou dos grupos racializados em Portugal já detém – ou encontra-se momentaneamente em vias de obter – o direito à cidadania portuguesa, o que se explica inclusive pela enorme presença de imigrantes de segunda ou terceira geração no nosso país que, efetivamente, nasceram em solo português. Assim sendo, é possível que, no que toca às minorias étnicas e raciais, a questão da cidadania passe mais por uma intensa luta pela igualdade destes indivíduos enquanto cidadãos do que pelo esforço de obtenção de cidadania legal propriamente dito. Em conversa com Marta Pereira, a ativista reporta-nos o seguinte:

Para já, eu acho que o principal confronto é que aquela ideia de "vai para a tua terra ou donde é que tu vens" mostra claramente que o Negro não é português, ou seja, não faz parte da identidade nacional. A visão que nós temos do português é o português branco, ok? Esse é o primeiro entrave porque senão não são cidadãos de pleno direito, de alguma forma. "Ai, vieram de outro sítio qualquer, a gente até vive com eles, mas não são portugueses", lá está, não há aquela relação histórica. É a primeira perceção que eu tenho: que as pessoas acham que eles não nasceram cá e nós temos, obviamente, sempre tivemos, desde muito cedo [indivíduos negros a nascer em Portugal] - claro, lá está, sem os mesmos direitos. (comunicação pessoal, 26 de janeiro, 2023)

Esta desassociação entre “raça” e cidadania mostra-nos que, apesar de serem portadores oficiais de cidadania, a larga maioria dos indivíduos afrodescendentes continua a ser tida como “estrangeira”, isto é, como não pertencente ao tecido nacional português. Esta visão enfraquece a identidade portuguesa que deveria ser inerente a esta comunidade, na medida em que desvaloriza a cidadania destas pessoas e, por conseguinte, faz com que não sejam cidadãos de pleno direito, pois não têm acesso a uma existência livre de discriminação por parte dos seus concidadãos. Quer isto dizer que, mesmo que os indivíduos negros sejam portadores de cidadania, a generalidade da população ainda os vê como ilegais ou como indivíduos que não possuem lugar na nossa sociedade branca.

Segundo nos diz Saloojee (2003), o próprio conceito de cidadania é um veículo de exclusão, pois é ele que determina quem tem acesso a um certo conjunto de direitos, quem beneficia de ser considerado um membro válido de um dado Estado e quem possui o privilégio de gozar de aspetos sociais habitualmente promovidos por um ambiente democrático. No seio desta conjuntura, a inclusão social é erodida e os direitos das minorias permanecem desrespeitados. O autor vai mais longe ao afirmar que a cidadania democrática só se verifica quando se encontram reunidas as seguintes condições: todos os cidadãos têm direito a serem livres de discriminação, a não serem marginalizados, a terem igual acesso ao desenvolvimento dos seus talentos e capacidades, a exercerem os seus direitos e deveres, e a manterem uma relação íntima com a comunidade que os rodeia (Saloojee, 2003). Como tal, os direitos das minorias não podem ser vistos como motores de desgaste da cidadania democrática, mas antes como a acomodação das diferenças, necessária para a promoção da verdadeira igualdade. Numa sociedade cada vez mais cultural, como é o caso da sociedade portuguesa, as comunidades étnico-raciais têm contestado as ideias normativas de identidade, cidadania, coesão e inclusão. De outra parte, as qualidades e atitudes dos cidadãos ditos “nativos” têm sido postas à prova, com o modo como estes veem diferentes formas de identidade nacional, racial, étnica ou religiosa a ser testado diariamente (Vala, Pereira, Costa-Lopes & Deschamps, 2010). Esta dualidade de comportamentos tem acarretado consigo algumas preocupações teóricas e filosóficas referentes à prática da cidadania numa sociedade multicultural, onde os direitos das

minorias ocupam, cada vez mais, um lugar de destaque no discurso comum. A principal inquietação destes académicos prende-se com a capacidade que as minorias étnicas e raciais têm de participarem e influenciarem os mecanismos de poder. A passagem de uma teoria democrática centrada no voto para uma teoria mais centrada na opinião pública tem registado as ótimas repercussões que este novo método pode proporcionar às comunidades minoritárias, no sentido em que lhes permite escapar a um sistema de preferência e interesses predefinidos, no qual estes competem através de mecanismos de agregação ou outros procedimentos de decisão “justa” (Kymlicka & Norman, 2000). A voz, e não o voto, tem passado a ser o meio de empoderamento privilegiado pela sociedade civil, o que propicia o envolvimento de todos os grupos presentes na sociedade, em detrimento da participação única do grupo maioritário (Kymlicka & Norman, 2000). Mesmo que assim seja, em sociedades diversificadas como a nossa, a voz dos cidadãos apenas será suficiente se houver uma conceção sólida da importância das tradições culturais, religiões e línguas presentes nesse mesmo espaço pois, caso contrário, as virtudes cívicas e as práticas a elas associadas continuarão a ser domínio das classes predominantes (Kymlicka & Norman, 2000).

Em seguida, procuraremos testar a hipótese de que a discriminação racial está intimamente ligada, não ao estatuto de cidadão, mas ao país de origem de um indivíduo. No caso, propomos a teoria de que a discriminação racial seria mais fortemente sentida se o indivíduo racializado não tivesse nascido em Portugal. A hipótese nula infere, então, que a discriminação exercida com base em fundamentos raciais não está diretamente relacionada com o facto do indivíduo discriminado ter, ou não, nascido em Portugal. Para ilustrar esta possível correlação, apresentamos a Tabela 5, na qual foram cruzados os valores sobre perceção da discriminação racial com os indivíduos nascidos em Portugal.

Tabela 5

*Discriminação do grupo de inquiridos: nascido no país x cor ou “raça”*

| Nascimento no país | Discriminado com base na cor ou “raça” | Valor relativo (%) | Não discriminado com base na cor ou “raça” | Valor relativo (%) | Total       | Total (%)   |
|--------------------|----------------------------------------|--------------------|--------------------------------------------|--------------------|-------------|-------------|
| Sim                | 4                                      | 0.4                | 920                                        | 87.2               | 924         | 87.6        |
| Não                | 10                                     | 1                  | 121                                        | 11.4               | 131         | 12.4        |
| <b>Total</b>       | <b>14</b>                              | <b>1.4</b>         | <b>1041</b>                                | <b>98.6</b>        | <b>1055</b> | <b>100%</b> |

*Nota.* Esta tabela é de autoria própria. O  $n$  amostral corresponde a 1055 indivíduos e o teste qui-quadrado de Pearson equivale a  $p < 0.001$ , sendo que o grau de liberdade é 1. Assumindo que o valor *alpha* é de 0.05, isto significa que a relação entre as variáveis é forte e que podemos, com elevado grau de certeza, rejeitar a hipótese nula.

Tendo em conta a informação fornecida por esta tabela, podemos assumir que a relação entre o racismo e o país de origem do indivíduo que dele sofre é estreita, mas parcialmente indeterminada, em grande medida devido à impossibilidade de se verificar, de modo absoluto, esta relação sem acesso a dados relativos a toda a população portuguesa. Ainda assim, a tabela mostra-nos que, de entre os 14 indivíduos que declaram ser ou ter sido vítimas de discriminação racial, 10 deles não nasceram em Portugal. Este é, sem dúvida, um valor significativo para a nossa análise, na medida em que apoia a hipótese de que o país de origem pesa consideravelmente nas repercussões que um indivíduo pode vir a ter de enfrentar ao longo do seu percurso de integração na sociedade de acolhimento. Para mais, de entre os 1041 indivíduos que dizem não ser vítimas de preconceito racial, 920 nasceram em solo português, enquanto os restantes 121 afirmam ter nascido em território além-fronteiras. Esta diferença é mais uma indicação de que a correlação entre o grau de racismo sofrido por um determinado

indivíduo pode, de facto, dever-se ao facto de este não ser um cidadão nativo do país onde se encontra e, por outro lado, indica-nos que o local de nascimento pode ser um fator atenuador do racismo sentido por um dado cidadão.

De acordo com a experiência ativista, contudo, o país de origem parece não ser, de todo, relevante para a manifestação do racismo, que discrimina sem olhar a pormenores. Esta perspetiva será estudada com mais atenção no capítulo seguinte. Por enquanto, afigura-se pertinente a exploração dos conceitos de “endogrupo” e “exogrupo”, para que melhor possamos entender o fenómeno explicitado na tabela acima retratada. O primeiro refere-se aos membros de um qualquer grupo ao qual um determinado indivíduo pertence, grupo esse que pode ser religioso, nacional, étnico, entre muitos outros. O segundo termo, por sua vez, remete para os copiosos grupos com os quais o indivíduo não se identifica, também eles variados na sua génese (Vala, Pereira, Costa-Lopes & Deschamps, 2010). A forma como lidamos com os membros dos grupos aos quais pertencemos tende a ser inteiramente distinta do modo como tratamos aqueles que se encontram, por um motivo ou por outro, fora da esfera desse mesmo grupo. Este tratamento diferencial retrata também o grau de intensidade com o qual nos fundimos com a variedade de grupos nos quais nos inserimos, o que explica o facto de diferentes grupos inspirarem em nós diferentes comportamentos e atitudes (Vala, Pereira, Costa-Lopes & Deschamps, 2010). A teoria da identidade social, concebida por Tajfel e Turner (1979), parte deste princípio para descrever o modo como a identidade de uma pessoa decorre, fundamentalmente, da identificação com os grupos aos quais se associa. Em termos gerais, os seres humanos gostam de pensar positivamente acerca dos grupos com os quais se identificam e, visto que a sua autoestima reside, em parte, numa autoidentificação favorável, apresentam tendências para derogarem os exogrupos e exaltarem os ednogrupos (Tajfel & Turner, 1979). Esta tendência é tão mais forte quanto maior for o favoritismo em relação a um grupo. No caso particular de Portugal, esta teoria poderia, porventura, explicar a falta de recetividade em relação à imigração, na medida em que o grupo recetor, ao identificar-se intensamente com o seu país, teria a fonte do seu antagonismo explicada por esta mesma identificação. O conceito de etnocentrismo, dissecado em capítulos prévios, desempenharia aqui um papel fulcral como moderador da relação entre estes dois grupos e as atitudes que os regulam.

Porém, não há registo de estudos científicos que comprovem a associação entre a identificação nacional e a discriminação exogrupal em Portugal. Existem, contudo, estudos direcionados a outros países europeus que reportam que, quando o país é representado como um conjunto de entidades, e não como uma entidade singular, a probabilidade da generalização de atitudes intergrupais negativas é substancialmente reduzida (Billiet, Maddens & Beerten, 2003). Ainda que em Portugal esta multiplicidade de identidades não se verifique de forma tão claramente acentuada, parece ser viável assumir que existe uma dissociação entre a identificação grupal e as atitudes negativas face a imigrantes, em parte fundamentada pelo passado colonial português, que coíbe a expressão de atitudes negativas explícitas face aos ex-colonizados, mas que não repele outras condutas pejorativas mais veladas (Vala, Pereira, Costa-Lopes & Deschamps, 2010). No entanto, já estabelecemos que não são apenas os imigrantes que padecem de sintomas de racismo. O exogrupo pode constituir, por exemplo, indivíduos, não de outra nacionalidade, mas de outra “raça”, como é o caso dos afrodescendentes. Neste contexto, a atribuição de traços estereotípicos define-se como a característica mais demarcada da distintividade intergrupar (Vala, Brito & Lopes, 1999). Agindo como construções sociais funcionais, os estereótipos dividem a população em várias fações e, de acordo com a teoria de Tajfel e Turner, são habitualmente atribuídos, de forma negativa, ao exogrupo. Contudo, dada a indesejabilidade social do preconceito racial, o racismo aparece tipicamente dissimulado na nossa sociedade e a sua expressão mais comum reside, atualmente, na negação de traços positivos, ao invés da atribuição de traços negativos (Vala, Brito & Lopes, 1999). Deste modo, a faceta socialmente intolerada do racismo esconde-se por detrás de um novo tipo de diferenciação do exogrupo, isto é, uma diferenciação nos aspetos positivos, que contradiz a habitual diferenciação em dimensões negativas.

Outros subtis processos de discriminação ocorrem num ambiente de norma antirracista como aquele pelo qual a grande maioria das sociedades europeias se rege atualmente. Um dos mais importantes fenómenos a salientar prende-se com a descrição de um grupo, por parte dos seus membros, como rico em identidade e em valor, com indivíduos diferentes a cumprirem funções variadas (Vala, Brito & Lopes, 1999). Esta descrição do endogrupo contrasta com uma visão uniformizada do exogrupo, tido como

homogêneo e, por conseguinte, menos significativo (Vala, Brito & Lopes, 1999). Mais uma vez se torna óbvia a noção de que as qualidades positivas são mais facilmente conferidas ao grupo ao qual os indivíduos pertencem do que ao seu rival. Esta observação, juntamente com todas as outras tímidas formas de discriminação até aqui destacadas, constitui uma das inúmeras manifestações do racismo que tem vindo a ocupar lugar na sociedade contemporânea, desta vez mais subjugado e discreto mas, ainda assim, sempre dolorosamente presente.

A crença de que o racismo se baseia unicamente em estereótipos raciais tem sido desaprovada por vários académicos que se dedicam a esta matéria. As emoções são, nos dias de hoje, tidas como o mais fiável elemento preditor do preconceito racial. Um estudo conduzido por Vala, Brito e Lopes (1999) acerca da atitude face aos negros com base em estereótipos ou em emoções provou que a desfavorabilidade da atitude face a esta minoria está mais ligada à negação da expressão de emoções positivas do que à atribuição de traços negativos. Para mais, a análise levada a cabo pelos autores concluiu que a variância da atitude face à comunidade Negra aumenta significativamente se se incluir a variável das emoções. Neste caso em particular, a variância passaria de 10% para 21% quando, aos traços estereotípicos, eram acrescentadas as emoções. O trabalho destes autores veio confirmar a suspeita de que as estratégias de mudança ativista têm de se focar menos nos estereótipos associados a certos grupos de pessoas e mais nas emoções evocadas por esses grupos. Além disso, os resultados recolhidos através desta investigação atestam a noção de, quanto mais frequentes as atitudes positivas face aos portugueses, mais raras são as atitudes igualmente positivas face aos afrodescendentes (Vala, Brito & Lopes, 1999). Por conseguinte, a mudança tem de passar também por uma reavaliação emocional do exogrupo e até do próprio endogrupo, que deve ser pensado criticamente. Quer o exogrupo seja relativo às comunidades imigrantes ou aos afrodescendentes de segunda ou terceira geração, o distanciamento dos portugueses face a estes ainda se denota de forma patente e inequívoca na nossa sociedade. Para que esta segregação se dissipe e para que cesse a hierarquização entre cidadãos de um mesmo país, o ativismo antirracista tem de reforçar o seu plano de ação e reformular as suas propostas, atualizando-as de acordo com as necessidades que surgem a cada novo dia. O conhecimento acerca das

representações sociais sobre as quais dissertamos e o reconhecimento do seu peso na formação de relações sociais desiguais deve orientar, de forma incontestável, a atuação ativista antirracista daqui em diante.

### **3.2 Militantismo e associativismo**

Como referimos no ponto precedente, a educação e formação acerca do antirracismo em Portugal tem sido, fundamentalmente, promovida por associações de índole ativista, que se têm multiplicado nas suas tarefas de modo a sustentar os vários ramos de atuação que a situação atual da comunidade afrodescendente no nosso país requer. Almejaremos, agora, a compreender as motivações destas associações e daqueles que a elas unem esforços, para que possamos alcançar uma perspetiva realmente abrangente de tudo aquilo que o associativismo e o militantismo antirracista fazem pelo melhoramento das condições de vida afrodescendente no espaço português.

Como já referimos, o processo de descolonização em massa que se insurgiu no período imediatamente após a Revolução dos Cravos foi protagonizado maioritariamente por indivíduos que foram popularmente apelidados de “retornados”. Os restantes membros deste fluxo migratório eram, todavia, luso-angolanos, isto é, pessoas de descendência angolana que possuíam cidadania portuguesa (Sardinha, 2009). Na segunda onda de migração para Portugal, potenciada pelo clima de guerra civil que se vivia em Angola, a vasta maioria dos indivíduos não carregava consigo qualquer tipo de documentação (Sardinha, 2009). Jovens, desqualificados, com poucos ou nenhuns recursos, estes imigrantes não tinham nada que os ligasse ao país de acolhimento. Foi aqui que as associações de imigrantes começaram a mostrar a sua utilidade, que continua a fazer-se valer até hoje. Apesar do esforço de integração promovido por estas organizações – cujas propriedades detalharemos mais adiante – os luso-angolanos, juntamente com aqueles que chegaram a Portugal na segunda vaga migratória, continuam a ser um dos grupos mais desfavorecidos e que mais dificuldades experiencia no panorama geral das comunidades minoritárias no nosso país. Renegados em bairros sociais onde a pobreza e a iliteracia abundam, e nos quais as expectativas são moldadas por um ambiente em que a falta de oportunidades para mobilidade ascendente impera, estes indivíduos

vêm-se restringidos por um conjunto de adversidades que, sozinhos, não são capazes de ultrapassar (Sardinha, 2009). A acrescentar a esses obstáculos temos, naturalmente, o abominável peso do racismo e da discriminação, que assomam todas as fações da vida destas pessoas e que as impedem de prosperar. Contudo, os “novos” luso-africanos, isto é, as novas gerações afrodescendentes, têm sido capazes de se inserir muito mais eficazmente na sociedade portuguesa do que as gerações anteriores, fruto de um estatuto social privilegiado em relação ao do seus pais (Contador, 1998). Esta geração, agora imensamente envolvida em processos associativos e movimentos sociais que problematizam a questão negra e imigrante em Portugal, tem um imenso potencial de mudança dentro de si, na medida em que, ao reinterpretarem as suas referências identitárias, sociais e étnicas no contexto da sociedade portuguesa atual despoletam um novo espaço policultural, no seio do qual a emancipação começa a parecer possível (Contador, 1998).

Até aos dias de hoje, o associativismo tem demonstrado ser a melhor via de mobilização e articulação de reivindicações que visem pressionar o governo a criar ou melhorar ações públicas de apoio às minorias raciais (Santos & Vasconcelos, 2019). Apesar de o movimento associativo em Portugal reportar a meados do século XIX, os movimentos que aqui pretendemos estudar inserem-se numa nova onda de ativismo que os teóricos apelidam de Novos Movimentos Sociais (NMS). As teorias dos Novos Movimentos Sociais ditam que, ao contrário do se verificava no passado, particularmente no seio de partidos políticos e sindicatos, as atuais mobilizações não têm uma base social demarcada. Pelo contrário, os atores destas mobilizações são agora sujeitos considerados marginais em relação aos padrões de normalidade sociocultural (Alonso, 2009). Isto significa que os protagonistas dos NMS podem vir de qualquer grupo minoritário da sociedade, sendo que aquilo que os une é uma atitude de oposição face ao *status quo* (Alonso, 2009). O paradigma da modernidade ilustrado por Giddens parece explicar este fenómeno. Giddens (2001) demonstra que, num mundo marcado por acentuados processos de inovação e mudança tecnológica – que influenciam significativamente as relações sociais, criando tensões, conflitos e ruturas – os indivíduos são chamados a controlar mais deliberadamente os seus destinos, o que proporciona a construção de projetos de vida que, por sua vez, podem consubstanciar-

se em formas de ação coletiva. Os novos movimentos sociais são, então, agentes de pressão social voltados para a persuasão da sociedade civil. Neste sentido, as associações – antirracistas ou de qualquer outro cariz – atuam como aparelhos da sociedade civil, transpondo para o espaço público múltiplos problemas que os indivíduos experienciam na sua esfera privada e reformulando-os em problemas sociais que, posteriormente, serão objeto de discussão pública, motivada, em larga escala, pelos meios de comunicação social (Santos & Vasconcelos, 2019). Como resposta a estas demandas, o Estado pode ou não proporcionar determinados recursos às organizações para cumprirem os seus propósitos. Ao mesmo tempo que a ação coletiva se politiza, o Estado cria também uma estrutura jurídica na qual procura incorporar as solicitações da população afrodescendente e tenta abarcar, no seu aparato institucional, os sujeitos políticos organizados (Santos & Vasconcelos, 2019). Assim, o associativismo e o militantismo correspondem a mecanismos emergentes da sociedade civil que, concorrentemente, geram oportunidades e facilitam a coesão social, portando os princípios de regulação emanados pelo Estado e dando também origem a novas formas de regulação (Alonso, 2009). Importa notar que, em Portugal, a liberdade de associação tem-se traduzido, nas últimas décadas, numa avalanche associativa que permite exercitar a democracia participativa na defesa dos direitos consagrados a certos segmentos da população, tal como é o caso da minoria afrodescendente. O extensivo número de associações ativistas afrodescendentes e a criação do Alto Comissariado para as Migrações (ACM), bem como dos organismos a ele adjacentes, provam a seriedade com que se trata o tema da integração dos afrodescendentes portugueses. Ainda assim, a posição das comunidades racializadas em Portugal está longe de ser ideal, com a violência, a pobreza, a dificuldade no acesso a emprego e habitação, e a difamação nos meios de comunicação social a agravarem uma situação já de si tumultuosa.

Tal como mencionamos no princípio deste ponto, uma recente vaga de militantismo jovem tem vindo a percorrer o país, e muitos acreditam que esta poderá ser a salvação para a condição das minorias negras em Portugal. Apesar da falta de consenso na literatura acerca do conceito de “militância negra”, podemos, resumidamente, considerar que esta remete para o aglomerado de atitudes que se centram na rejeição do papel tradicional, passivo e subordinado do Negro na sociedade, bem como nas

reclamações por mais controlo sob a vida Negra (Abeles, 1976). Como tal, falar de militância é, necessariamente, falar de reformas ou revoluções profundas no sistema social. Assim, de entre as suas várias requisições, estes jovens agora radicalizados e consciencializados lutam pelo reconhecimento, por parte do Estado português, da existência de pessoas negras portuguesas no seu território. Exige-se que este reconhecimento seja feito a partir de dados censitários étnico-sociais, ou seja, censos que distingam, positivamente, a população por etnia (Santos & Vasconcelos, 2019). Esta categorização populacional foi proibida após o fim do império colonial, época em que era utilizada para fins claramente discriminatórios (Jardim & Silva, 2019). Nos nossos dias, este tipo de classificação de dados permitiria saber, ao certo, quantos portugueses negros existem em Portugal e, por conseguinte, formular estatísticas que poderiam vir a dar lugar a novas estratégias de integração social. Marta Pereira, membro voluntário do SOS Racismo desde 1996, considera que a implementação da recolha de dados censitários étnico-raciais é não só imperativa na construção de medidas de afirmação positiva, mas também essencial para que se possa conhecer a fundo a realidade com a qual convivemos, de modo a que possamos atuar sobre ela com base em valores exatos e não somente no nosso conhecimento empírico, inevitavelmente falacioso (comunicação pessoal, 26 de janeiro, 2023). Sem um retrato fiel da sociedade, o avanço político e social torna-se confrangido por aquilo que desconhecemos. Danilo Cardoso, fundador e coordenador do Grupo EducAR – uma plataforma de educadores antirracistas com sede em Lisboa – diz-nos, a propósito desta matéria:

É uma coisa altamente problemática quando o INE diz que vai fazer – que vai montar – um grupo para fazer e para estruturar uma coleta de censos étnico-raciais e decide vetar a questão do censo, e passa para as escolas, que são os espaços mais conservadores para fazer isso. Então e a professora que acha que aquilo é vermelho, aquilo é amarelo, aquilo é preto? Ela vai categorizar da forma que ela está habituada a categorizar. (comunicação pessoal, 23 de janeiro, 2023)

No que toca às escolas, Danilo – professor de História de formação e de profissão – atesta igualmente a magnitude da importância de uma reformulação urgente dos currículos escolares referentes a esta disciplina que, tal como mencionado no primeiro capítulo, tem vindo a ser contestada pela parcialidade das suas narrativas. Danilo

acredita que o legado colonial é perpetuado através das escolas, não apenas na medida em que estas reproduzem as desigualdades, mas através dos próprios ensinamentos propagados dentro dos limites do seu espaço físico e intelectual. O educador antirracista considera que, ainda que não haja uma estrutura ótima para se discutir a questão do antirracismo dentro das escolas, os jovens beneficiam profusamente da imensidão de corpos e bagagens presentes, em particular, na escola pública, e crê que isso os torna mais recetivos à diferença e mais suscetíveis à interseccionalidade enquanto forma de ativismo (comunicação pessoal, 23 de janeiro, 2023).

Posto isto, vale notar que o militantismo está intimamente conectado ao associativismo, na medida em que a orientação ativista, que enfatiza o confronto com o opressor, é extremamente estimulante para o progressivo processo de obtenção dos direitos do grupo militante (Abeles, 1976). A militância não se encontra constrangida por meios ou fins, mas pode ser agrupada em duas formas de atuação básicas: a militância que se move em direção ao opressor e a militância que se move contra o opressor. A primeira enfatiza a integração, as táticas não violentas e a obtenção de direitos civis, enquanto a segunda implica uma maior ambivalência e, em certas circunstâncias, até mesmo alguma hostilidade face à sociedade de acolhimento e àqueles que a compõem (Abeles, 1976). O conceito de *“relative deprivation”*, intimamente ligado aos estudos sobre a militância, foi, durante várias décadas, tido como o principal motivador da ação coletiva pois, de acordo com a Psicologia, este termo explica o comportamento social ao postular um estado social subjetivo que molda emoções e atitudes (Smith *et al.*, 2015). A noção de *“relative deprivation”* refere-se à comparação feita, por um determinado grupo, em relação a outros grupos. Esta comparação pode ocorrer em diferentes fases temporais e, na maioria dos casos, faz com que o primeiro grupo acredite que não possui aquilo que merece, fomentando sentimentos de raiva e ressentimento que culminam na ação coletiva (Smith *et al.*, 2015). Porém, este descontentamento, por si só, não é de todo suficiente para explicar a mobilização ativista e muito menos o militantismo, dado que é perfeitamente possível que um indivíduo considere que a sua situação pessoal é fruto, não de uma falha social, mas da sua própria conduta (Abeles, 1976). Mesmo que isso não se verifique, não há um fator único que justifique a participação num determinado tipo de militantismo ou de movimento associativo: esta decisão surge sempre de uma

complexa combinação de predisposições. Para mais, os movimentos associativos podem ou não ser militantes e a militância pode assumir variadíssimos formatos. Assim sendo, a privação relativa pode ajudar a explicar o surgimento de movimentos sociais, mas não pode explicar a forma que estes tomam na sua organização (Smith *et al.*, 2015).

Ao longo dos últimos anos, vários estudos têm reforçado a ideia de que o envolvimento e conhecimento político dos jovens é deveras limitado e que o seu grau de confiança nos líderes e instituições políticas tradicionais é igualmente reduzido (Jardim & Silva, 2022). No entanto, são predominantemente jovens militantes que se encontram na linha da frente da nova onda de associativismo que temos vindo a debater, muitos deles oriundos de bairros periféricos das grandes cidades, com vivências geralmente marcadas pela participação ativa dos próprios pais e familiares nas associações de apoio local (Santos & Vasconcelos, 2019). Assim, vemos que o que mudou entre os jovens não foi o interesse em participar na vida política, mas antes a forma como o fazem. Hoje em dia, os ativistas mais novos procuram fazer parte de canais de participação menos convencionais, menos hierarquizados e menos institucionalizados (Jardim & Silva, 2022). Consequentemente, o envolvimento em movimentos sociais, associações, programas de voluntariado e ONGs tem aumentado significativamente, com o foco na comunidade a ganhar um lugar de destaque na lista de preocupações destes jovens (Jardim & Silva, 2022). Ekman e Amna (2017) intitulam estas renovadas formas de participação política de “participação latente”, por oposição à “participação manifesta”, que remete para um comportamento político mais formal e que é utilizada quando se pretende a obtenção direta de mudanças sociais observáveis e significativas. A participação latente é uma expressão do envolvimento cívico dos cidadãos que se afasta da noção de que toda a atividade política tem de ser diretamente direcionada para a influência das pessoas que estão no poder (Ekman e Amna, 2017). Ao mesmo tempo, as autoras discernem participação individual de participação coletiva, para enfatizar a noção de que, na sociedade pós-moderna, as identidades coletivas têm vindo a ser substituídas por variadas identidades individuais. Estas últimas, por sua vez, explicam a transferência de peso dos canais tradicionais de participação política para outros mais contemporâneos como os acima mencionados (Ekman e Amna, 2017). Contudo, a necessidade de proteger a identidade negra e de pautar pela reconstrução da narrativa

histórica afrodescendente tem vindo a desviar, parcialmente, a atenção das identidades individuais para uma identidade coletiva comum (Santos & Vasconcelos, 2019). Esta identificação com um elemento cultural único constitui um dos traços mais elementares das novas classes de associativismo e militantismo que, em vez de o mascarar ou disfarçar, encaram o racismo como um elemento definidor do quotidiano das relações interpessoais em Portugal e unem forças para o desmantelar (Santos & Vasconcelos, 2019). Lúcia Furtado, presidente da FEMAFRO – Associação de Mulheres Negras Africanas e Afrodescendentes em Portugal – relembra-nos, contudo, que as associações de índole antirracista recebem escassos (ou até mesmo nulos) apoios por parte do Estado, contrariamente àquilo que se vê retratado nos meios de comunicação social e que reflete a realidade de fundações de renome que em nada se assemelham à massa coletiva do associativismo em Portugal. Lúcia aponta também para a necessidade de nos debruçarmos atentamente sobre a demografia que constitui, na sua maioria, o corpo destas associações, dizendo: “muitas vezes, as pessoas que mais querem participar [no movimento associativo ativista] são as que mais sofrem” (comunicação pessoal, 2 de fevereiro, 2023). A ativista salienta, em particular, o papel da mulher negra numa estrutura societal de tal modo patriarcal e racista que a remete para o fundo da pirâmide e que a impede de se comprometer com este ramo do ativismo:

Pensemos nas mulheres negras: têm toda uma série de problemáticas, mas falamos de uma camada de uma classe social mais baixa, que sai para trabalhar às cinco da manhã e volta às onze da noite, trabalha fins de semana. Como é que podemos esperar que essas pessoas vão-se envolver nas causas sociais quando mal têm tempo para sentar e comer, mal têm dinheiro para as necessidades básicas? Essa questão é muito complicada. Normalmente, as pessoas que estão envolvidas acabam por ser pessoas que têm tempo, que têm alguma disponibilidade financeira e são privilegiadas em vários aspetos para poderem exercer estas atividades. (comunicação pessoal, 2 de fevereiro, 2023)

O mau funcionamento do elevador social, a falta de tempo, de disponibilidade financeira, de recursos económicos e de investimento governamental são apenas alguns dos muitos obstáculos que toldam o desenvolvimento do movimento associativista antirracista negro no nosso país. No próximo subcapítulo exploraremos estas questões

e procuraremos desvendar as barreiras invisíveis que continuam impedir que o ativismo Negro seja bem sucedido em Portugal.

### **3.3 Ativismo como experiência vivida**

O ativismo antirracista, enquanto experiência individual e coletiva, é um fenómeno altamente heterogéneo, sendo que a multiplicidade de vozes e corpos que o compõem constitui um dos pontos mais interessantes da nossa investigação. Assim, a análise temática de entrevistas foi tida como quadro de referência para a compreensão das camadas que formam o núcleo do ativismo Negro e as suas preocupações. Nos subcapítulos que precederam esta secção do projeto, alguns excertos dessas entrevistas foram utilizados para ilustrar ou contradizer os casos estudados por via de uma análise quantitativa. No entanto, neste ponto tocaremos em temas mais um pouco mais específicos, que deslindámos no decorrer da examinação das transcrições das conversas com os nossos entrevistados.

O primeiro tema a salientar foi referido por todos os ativistas com que conversámos e diz respeito à questão suprema da educação como motor de avanços e recuos. Todos os indivíduos, a um ponto ou outro na conversa, falaram – manifestamente desapontados – sobre o modo como os currículos escolares promovem, desde cedo, uma conceção lusotropicalista e profundamente eurocêntrica da época colonial portuguesa. A porta-voz do SOS Racismo, Marta Pereira, diz-nos, em tom de franca decepção:

Se a escola permite que se leia um livro do... já não sei se é do sétimo ano... que diz "então Portugal trazia nas naus tapeçarias, especiarias e negros". O Negro é uma mercadoria, então. E é assim? É assim que se conta a História? Não é. Conta-se a história sem se contar a História. (comunicação pessoal, 26 de janeiro, 2023)

Lúcia Furtado acrescenta a esta reflexão, mencionando o seguinte:

Se falarmos em população portuguesa branca, a população tem ainda uma ideia muito ilusória sobre o que é que foi o período colonial, também podemos entrar e falar sobre a questão de como a História é ensinada nas escolas... Não

conseguem, ainda, ter uma visão muito real sobre o que é ser negro, sobre as dificuldades, e isso é todo um processo complicado que tem a ver com a educação. (comunicação pessoal, 2 de fevereiro, 2023)

Danilo Cardoso reforça ainda esta noção, ao referir:

Quanto ao legado colonial, eu acho importante a gente perceber que ele mora no HGP [História e Geografia de Portugal] da escola básica. Ali no HGP há lavagem cerebral de todo o país, para exatamente aprender sobre o império que não existe, aí toma frustração, né, pegou na adolescência, é frustração total. Não existe nada disso que falaram. Então eu acho que essa é uma questão do HGP como legado, como estrutura e pilar que vai falar que, por exemplo... tem parágrafos nos livrinhos de HGP que os portugueses chegaram lá, amigavelmente, para negociar algumas coisas, tipo... e está. E essa subtileza é que vai fazer com que as pessoas não vejam cores. (comunicação pessoal, 23 de janeiro, 2023)

É crucial notar que todas estas declarações correspondem a perguntas inteiramente diferentes. A primeira resposta foi dada no contexto de uma questão acerca dos entraves estruturais ao sucesso das propostas antirracistas em Portugal. A segunda, por sua vez, foi utilizada como explicação para a forma como os portugueses experienciam, ainda hoje, a negritude e tudo aquilo que esta acarreta. Já a terceira alegação concerne à temática do *“color-blind racism”* e, em particular, ao impacto do passado da colonização na propagação atual desta nova modalidade de racismo. O facto deste tema ter sido tão prontamente levantado e tão rapidamente problematizado por todos os ativistas interrogados indica que, em matéria de educação, Portugal se encontra num problemático impasse entre currículos desatualizados e professores pouco (in)formados. Como tal, o futuro da comunidade afrodescendente é, a cada dia que passa, colocado em risco, dado que as gerações vindouras não parecem estar a ser instruídas de modo a terem em conta a realidade do país onde estão a crescer e a necessidade de reparação histórica que os erros de um tempo passado impõem no presente. Quando questionada acerca da possibilidade da emancipação Negra em Portugal, a representante do SOS Racismo responde:

Eu acho que a educação é o grande motor disto tudo e nós estamos a perder gerações. A partir do momento em que nós não focamos as questões na escola, estamos a perder uma geração. A minha geração já está perdida, a geração seguinte perdida está porque continuamos a não discutir... Nós vamos às escolas, mas vamos à escola hoje e se calhar só daqui por um ano é que voltamos àquela escola porque, lá está, não temos recursos. Nós pomos lá a semente, mas se depois as pessoas vão para casa ouvir disparates, com o vizinho do lado vão ouvir disparates, a nossa intervenção não faz nada. Isto tem de ser uma mudança que vem de dentro. (comunicação pessoal, 26 de janeiro, 2023)

Danilo complementa esta análise, incluindo aqui ainda o problema de um orgulho nacional desmedido e de uma memória histórica desajustada daquilo que realmente aconteceu como catalisadores para a negação em que a sociedade portuguesa se mantém. Fala-nos o educador antirracista:

(...) Então como conviver ou como sobreviver nesse contexto onde a gente uma História mal digerida, de ambas as partes, as pessoas precisam conversar, fazer as pazes, mas isso não vai acontecer e isso não vai acontecer porque as estruturas não vão permitir que isso aconteça. Eu acho que... eu até concordo que Portugal tem aberto as portas da Europa para o mundo, mas agora seria a hora de ser humilde e aprender com esse mundo que ele descobriu, digamos assim. E orgulho é uma coisa muito forte aqui, sabe? Se a gente voltar lá no HGP, as pessoas são formadas para terem esse orgulho de plástico, então é tudo muito complicado (...). Eu vou só falar uma coisa que é muito delicada e que nos chama também muito a atenção: essa História recente, ela se faz das guerras coloniais, lutas de libertação, heróis, heroínas. Eu costumo falar que, para a gente no Brasil, isso não existe, esse imaginário... o herói era o Pelé, o jogador de futebol. O herói é meu pai, o herói é minha mãe, né, tipo, a gente não tem essa liderança. (...) Estou falando isso porque fica os portugueses com esse orgulho dos heróis do mar e fica esses herdeiros dos PALOPs com essas suas referências. (comunicação pessoal, 23 de janeiro, 2023)

Lúcia contribui para este quadro, dizendo:

[Os portugueses] ainda veem o período colonial como os "*good old days*", em que vivíamos lá todos... "não, a minha família tinha uns empregados, eram como filhos" (...). Claro que deve ter havido gente no período colonial que se relacionou com pessoas negras, mas isso não representava a maioria, e o modo como as pessoas negras se relacionavam com essas pessoas brancas tinha alguns motivos muito específicos. (comunicação pessoal, 2 de fevereiro, 2023)

Marta, por seu lado, desabafa acerca do tema, ao mencionar o seguinte:

Vai doer? Vai, claro. E por isso é que não se discute, porque dói, põe-se o dedo na ferida. Eu convivi com uma pessoa, com um ex-combatente, e estas pessoas nunca foram tratadas, nunca foram ouvidas, estas pessoas nunca expiaram os seus males. Tem que haver aqui uma catarse, mesmo de nós próprios enquanto portugueses: o que é que é ser português? Tem que haver aqui uma catarse e isto tem que ser uma discussão global e por isso é que é difícil, porque têm que estar as organizações da sociedade civil, as estâncias governativas, todas as instituições de poder... e temos que discutir isto coletivamente. (comunicação pessoal, 26 de janeiro, 2023)

O orgulho nacional hipócrita que permeia a mente de uma larga fatia da população portuguesa assume-se, nos dias de hoje, como um dos maiores impedimentos ao avanço social e à superação das barreiras que se erguem entre as diversas comunidades que habitam o espaço português. Ademais, a pessoalização da branquitude – explorada em maior detalhe no subcapítulo que se segue – tem causado entraves a um diálogo honesto entre estes vários grupos. A propósito desta questão, Marta Pereira lamenta que os portugueses não sejam capazes de extrapolar a questão do racismo para o palco da responsabilidade coletiva e que se sintam constantemente ofendidos quando o seu próprio privilégio – derivado da sua branquitude – lhes é apontado (comunicação pessoal, 26 de janeiro, 2023). A ativista considera que o mais apropriado a fazer nesta situação seria reconhecer que todos provenimos de uma sociedade onde o racismo se encontra culturalmente estabelecido e, como tal, todos temos a capacidade de ser racistas. Partindo deste pressuposto, todos deveríamos refletir sobre o preconceito que temos enraizado dentro de nós e agir sobre ele (comunicação pessoal, 26 de janeiro,

2023). Lúcia Furtado vai mais longe, dizendo que o facto de os portugueses se sentirem tão magoados por acusações de racismo aumenta o aparecimento e o sucesso de partidos de extrema direita, que proliferam quando a comunidade Negra se tenta afirmar, seja de que forma for (comunicação pessoal, 2 de fevereiro, 2023).

Outro dos pontos recorrentemente mencionado pelos nossos entrevistados foi a *guetização* da comunidade afrodescendente. Seja por meio da exclusão habitacional, seja pela discriminação no mercado de trabalho, a comunidade afrodescendente tem, historicamente, sido renegada pelos portugueses e afastada para as margens da sociedade. A acrescentar a este cenário de segregação, o próprio imaginário e linguagem associados a esta fação da população fazem com que a sociedade a perceciona como uma comunidade absolutamente distinta e, não raras vezes, mais fraca. No que toca a este assunto, o líder do Grupo EducAR, Danilo, diz-nos o seguinte:

Por exemplo, só... vou só reduzir à máxima do "bairro social": quando é que as pessoas vão parar de chamar bairro social de "bairro social" se todo o bairro é social? As pessoas continuam se referindo ao bairro social como um espaço – que não faz o menor sentido – mas fez e faz durante todo esse tempo, porque as pessoas inserem nesses termos uma carga que já contempla todo um imaginário. (comunicação pessoal, 23 de janeiro, 2023)

O SOS Racismo posiciona-se de modo semelhante no que concerne ao tema da marginalização. Marta reflete sobre esta questão ao explorar a noção de pirâmide social e o lugar que os corpos negros nela ocupam:

(...) Tudo o que discrimina e exclui socialmente as pessoas está interligado, portanto eu costumo olhar para isto como uma pirâmide: no fundo da pirâmide está eventualmente a mulher negra, imigrante e pobre, não é, tem aqui quatro fatores que a discriminam mais do que qualquer outra pessoa, e no topo está o homem branco cisgénero e rico, portanto todas estas camadas que se vão intercalando – a questão de classe, tudo isto – tudo isto obviamente está interligado e nós não podemos achar que o racismo é um fenómeno isolado, porque não é, são questões de poder, são questões políticas de manutenção de poder e de privilégio. (comunicação pessoal, 26 de janeiro, 2023)

Ainda no seguimento deste comentário, a presidente da FEMAFRO confessa:

É muito fácil olhar para os bairros e dizer "olha, esses miúdos estão todos aí sentados", mas vem tudo de uma série de políticas públicas que os confina a esses territórios nas periferias e, basicamente, não fomentou outras formas de estar. (comunicação pessoal, 2 de fevereiro, 2023)

Toda esta temática da segregação da comunidade afrodescendente acaba por remeter, no fundo, para algo apontado pela ativista do SOS Racismo no ponto anterior. Ao abordar a problemática da organização da pirâmide social e do impacto que essa estrutura tem nas vidas Negras, Marta toca num ponto sensível, não só para o ativismo, mas para a vida em sociedade: a interseccionalidade. Por interseccionalidade referimo-nos, aqui, à dependência e conexão entre vários movimentos sociais que lutam por causas diferentes mas, ainda assim, comuns. O antirracismo tem, historicamente, criado raízes noutros movimentos, promovendo-os e defendendo-os, enquanto simultaneamente se aprofunda através do envolvimento com outras comunidades discriminadas. Danilo Cardoso chama a atenção para o papel dos jovens no que diz respeito à expansão da interseccionalidade, pois, segundo o educador, as novas gerações estão significativamente mais equipadas para lidarem com os novos desafios que vão sendo impostos ao ativismo, e fazem-no com incrível facilidade. Danilo revela, surpreendido, que “é muito difícil discutir a questão racial com a questão de género e essa galera nova está fazendo tudo isso e ainda costurando com o clima, aquecimento global...”. (comunicação pessoal, 23 de janeiro, 2023). Lúcia refere ainda a importância de uma base jovem nos movimentos sociais, mencionando:

(...) Os jovens negros de 2023 são completamente diferentes dos jovens negros de 1990, têm outras preocupações, têm outros acessos e temos sempre que adaptar. Por isso é que é sempre importante ter uma base muito jovem nos movimentos sociais, porque nós vamos envelhecendo, vamos ganhando certos vícios, há certas coisas que para nós é mais difícil ver ou perceber porque não vivemos isso e nunca iremos viver. Então, é muito importante os movimentos sociais terem uma base jovem, os jovens são sempre os que dão mais gás aos movimentos sociais, são eles que encontram novas formas de estar, novas

formas de fazer ativismo, nos alertam para certas questões que às vezes acabam por nos passar ao lado... (comunicação social, 2 de fevereiro, 2023)

Quer isto dizer que, no futuro, o mais provável é que as costuras do ativismo antirracista se unam às costuras de outras causas, porventura ainda subexploradas, visto que a tendência globalizante do mundo assim o proporcionará. De acordo com Marta Pereira, é de todo impossível falar-se de antirracismo em Portugal sem que se aluda à comunidade cigana, por exemplo, e a tudo aquilo por que esta tem passado nas últimas décadas. A ativista destaca a iniciativa “Não Engolimos Sapos” como um dos momentos mais orgulhosos do seu percurso ativista, dado que foi uma atividade conduzida em conjunto com organismos informais, isto é, coletivos de jovens de etnia cigana que vieram de todos os pontos do país para lutarem pelos seus direitos (comunicação pessoal, 26 de janeiro, 2023). Esta iniciativa vem confirmar exatamente a premissa de que os jovens estão cada vez mais preparados para lidar com os desafios que o clima político atual lhes impõem e que o fazem com um grau de dignidade e de força de vontade verdadeiramente implacáveis.

No seio da conjuntura que temos vindo a descrever, falar sobre a atitude dos meios de comunicação social parece-nos premente, na medida em que estes têm sido responsáveis por uma imagem progressivamente desfigurada da comunidade afrodescendente, pintando-a numa luz pouco favorecedora que em nada beneficia a causa antirracista. Danilo alude, inclusive, à equiparação entre o sistema educacional e a programação televisiva no que diz respeito à propagação de ideias distorcidas sobre o passado colonial português, ideias essas que informam a generalidade da população e que contribuem para a criação de um imaginário glorioso acerca dos Descobrimentos e, por outro lado, de um imaginário menos resplandecente acerca da negritude em Portugal (comunicação pessoal, 23 de janeiro, 2023). Face a esta inadequação dos media, o ativista propõe a seguinte solução:

(...) O que eu acredito para Portugal seriam iniciativas revolucionárias num país pequeno, uma coisa no país todo, uma campanha na televisão pública toda, para todo o mundo assistir, para todo o mundo acompanhar, para virar assunto no café, sabe? Não ficar discutindo CHEGA *versus* Mamadou e Joacine, isso é cruel,

minha gente! É um partido, várias pessoas anónimas contra duas pessoas, mas passa um programa na televisão para todo o mundo conversar amanhã no café. As pessoas vão ter que se posicionar, argumentar, vão ter que fazer esse serviço, né? (comunicação pessoal, 23 de janeiro, 2023)

Ainda nesta linha de raciocínio, Marta faz referência à importância magna de programas televisivos em horário *prime time* que tragam alguma lucidez sobre o tópico do antirracismo de uma forma facilmente acessível e compreensível para a generalidade do público, sem qualquer tipo de condescendência ou estupidificação do assunto, mas ainda assim adequados para a absorção pelas massas (comunicação pessoal, 26 de janeiro, 2023). A representante da FEMAFRO, Lúcia Furtado, discute ainda a problemática do financiamento no ativismo antirracista, salientando, uma vez mais, a imagem que os *media* fazem passar em relação ao assunto:

(...) As associações têm muito poucos recursos, ao contrário do que às vezes se vê nos *media*, que dizem que vivem à custa do Estado. O Estado, infelizmente, não dá dinheiro nenhum às associações. As pessoas confundem, veem uma fundação ou algo assim às vezes a aparecer nas notícias, com histórias... mas essas grandes não representam a massa geral do associativismo, que é feito, na maioria das vezes, com dinheiro dos sócios, das pessoas que estão envolvidas (...). (comunicação pessoal, 2 de fevereiro, 2023)

Acrescenta Marta Pereira:

Paralelamente, desde que nós existimos, as fontes de financiamento simplesmente não existem. O SOS sobrevive das quotas, da quotização dos sócios, de donativos – que, felizmente, é uma boa percentagem do dinheiro que vamos recebendo, porque as pessoas acham que é uma causa que devem apoiar e contribuem, seja com o que for, não nos interessa, não é, mas... pronto, e há aqui uma parte da sociedade que acha que isso é importante. (comunicação pessoal, 26 de janeiro, 2023)

Danilo vai de encontro a esta perspetiva, ao dizer:

Eu acho que o obstáculo, o financiamento como obstáculo, foi, é e será. A gente só vai discutir isso se a gente tiver estrutura financeira para reconhecer o trabalho dessas pessoas, né, porque também tem uma coisa meio jesuítica aí, achar que o antirracismo é o contrário, é uma questão de missão... (comunicação pessoal, 23 de janeiro, 2023)

Esta visão socialmente aceite do ativismo como missão, bem como a falta de remuneração daqueles que nele investem tanto tempo da sua vida, faz com que a participação ativista enfrente cada vez mais obstáculos aparentemente intransponíveis, principalmente para as camadas mais desfavorecidas da sociedade. Tal como sublinha Lúcia, o ativismo só é possível para quem possui uma atividade profissional adequadamente remunerada e dispõe de bastante tempo livre. Concomitantemente, a ativista considera necessário um certo grau de privilégio para que alguém se possa envolver inteiramente numa associação de cariz ativista, pois a maioria dos indivíduos pertencentes às classes mais baixas da sociedade não têm qualquer possibilidade de o fazer, o que leva a que o seu lugar de fala seja, não raras vezes, ocupado por outros corpos (comunicação pessoal, 2 de fevereiro, 2023).

Até agora, atentámos nas questões basilares que permeiam a mente dos ativistas antirracistas cujo trabalho se foca no território português, almejando explorar as suas principais preocupações de forma honesta e fiel à realidade. No capítulo que se segue, exploraremos a temática do lugar de fala em maior detalhe, tentando compreender até que ponto é que a população branca tem lugar no ativismo antirracista e quais os limites deste envolvimento.

### **3.4 Branquitude e antirracismo**

Como temos vindo a constatar até aqui, o ativismo antirracista em Portugal tem, desde há várias décadas, vindo a ser condicionado por inúmeros fatores de ordem externa e, mais frequentemente ainda, interna, que o impedem de prosperar na sua plenitude. Para além de dificuldades na organização no interior das associações, na obtenção de apoios por parte do Estado ou na mobilização de massas, a causa antirracista sofre com

a paralização da população branca face a esta problemática. Ainda que muitos de nós sejam capazes de admitir que vivem num país racista, poucos são aqueles que se identificam como tal, o que confrange a possibilidade de um debate aberto e honesto sobre questões de raça, estereótipos, preconceitos e emoções, certamente necessário para o progresso social.

A ideia de branquitude – ou “*whiteness*” – à qual já fizemos referência anteriormente opõe-se à noção de negritude por meio de uma dualidade que se reporta, não só aos aspetos físicos que caracterizam um determinado grupo, mas também à ideia de “ser poder” e de “estar no poder” (Cardoso, 2011). Quer isto dizer que, apesar da branquitude se reconstruir perpetuamente, devido à influência de escala local e global que recebe a todo o momento, “ela permanece sinónimo de privilégios simbólicos, subjetivos e materiais palpáveis que colaboram para a reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e do racismo” (Cardoso, 2011, p. 81). A branquitude pressupõe que o indivíduo branco não se vê como um ser racializado, o que significa que não tem uma identidade racial marcada, resguardando-se sob um “manto de invisibilidade” imaginário que faz com que ser branco se torne o padrão normativo daquilo que é ser-se humano (Cardoso, 2011). Partindo desta teoria, será possível assumir que a branquitude tem lugar na luta antirracista? Carreira (2018) defende que não só é possível, como é fundamental que isso aconteça. A autora considera que a construção de uma sociedade efetivamente democrática exige que sejamos sujeitos de conhecimento recíproco, isto é, indivíduos que se reconhecem a si mesmos e aos outros como sujeitos de dignidade e direitos. Segundo este ponto de vista, ser-se branco e antirracista passa por reconhecer essa interdependência e enfrentar as conversas ou ideias desconfortáveis acerca do nosso próprio privilégio, refletindo sobre a forma como a branquitude se constrói na sociedade (Carreira, 2018). É urgente desconstruir a noção de que somos seres que representam a universalidade da dignidade humana descorporificada, aceitando, ao mesmo tempo, que fomos educados para nos vermos como tal (Carreira, 2018). Não deve ser imputada, ao povo branco, uma culpa imobilizadora, mas a sua responsabilidade no contexto antirracista não pode passar impune. Como tal, é preciso estimular essa responsabilidade por via do desenvolvimento de autorreflexões coletivas e ações efetivas de combate ao racismo (Eddo-Logde, 2017).

Naturalmente, este processo só pode ocorrer em parceria com a comunidade afrodescendente e com os movimentos sociais, legitimando sempre o lugar destes como protagonistas políticos e históricos desta luta (Carreira, 2018). É, portanto, indispensável manter um equilíbrio saudável entre o divergente papel de negros e brancos no ativismo antirracista. Por um lado, os corpos brancos na luta importam enquanto sujeitos e parceiros políticos, mas nunca enquanto expropriadores dessa luta (Cardoso, 2011). Por outro lado, não podemos cair na ilusão confortável de achar que apenas os sujeitos racializados têm algo a dizer sobre a melhor forma de enfrentar o racismo e a desigualdade racial (Carreira, 2018). Esta é uma conceção errada e facilitista do ativismo que, infelizmente, parece predominar no contexto social português, atrasando o progresso do esforço antirracista e impondo barreiras à sua propagação.

Em suma, a luta antirracista não vencerá até que nos propunhamos a assumir responsabilidade por ações passadas e compromisso com ações futuras. Só assim poderá o antirracismo vingar.



## Considerações Finais

No capítulo introdutório deste trabalho de pesquisa fomos confrontados com copiosas noções acerca daquilo que poderia, ou não, constituir o núcleo do ativismo antirracista e, simultaneamente, a realidade do racismo em Portugal. Após um longo esforço de investigação, vimo-nos face a face com as respostas que pretendíamos obter desde o início. No texto que se segue, apresentaremos esses resultados de modo esquemático e condizente com as proposições que mencionámos no princípio desta investigação.

A nossa questão primeira prendia-se com a ideia de que uma das formas de discriminação mais intensamente manifestadas em Portugal tinha que ver com motivações racistas. Ao analisarmos atentamente os dados fornecidos pela plataforma ESS, correspondentes às atitudes dos portugueses em matérias de “raça”, religião, sexualidade, entre muitas outras possíveis formas de segregação, concluímos que, de facto, a racialização é um problema pervasivo em Portugal, e os valores que o comprovam são verdadeiramente preocupantes. A acrescentar a este cenário, deduzimos que a etnia do indivíduo racializado teria, provavelmente, um impacto significativo na discriminação por este sofrida. Uma vez mais, estudámos os números fornecidos pelos inquéritos conduzidos através do *European Social Survey* e apercebemo-nos de que, ainda que a discriminação étnica se verifique, de facto, em Portugal, esta não se encontra diretamente relacionada com a discriminação racial e os dois vetores não se interseccionam da maneira que havíamos inicialmente pensado. Posteriormente, decidimos considerar a posse de cidadania legal como um fator apaziguador da violência racial, utilizando novamente o ESS como quadro de referência. Aqui, descobrimos que há realmente uma relação de conexão entre estes dois pontos, pelo menos em termos teóricos. Em conversa com os ativistas entrevistados, a opinião obtida foi ligeiramente divergente desta premissa. Todos eles consideraram que a cidadania em nada contribui para a diminuição da discriminação, na medida em que os indivíduos que promovem estas práticas racistas não sabem se a pessoa que pretendem atingir com ditas práticas possui ou não documentação legal, pelo que isso não é motivo para que deixem de o fazer. Ademais, de acordo com várias fontes, uma larga fatia da população afrodescendente é nativa de Portugal e, mesmo que não o seja, possui documentação legal, que pode ou não estar validada, mas que não os isenta, ainda

assim, da segregação impingida pela restante população portuguesa, leia-se, a população branca. Ainda no seguimento deste raciocínio, optámos por testar a hipótese de que a nacionalidade da pessoa discriminada condiciona o racismo por ela sofrido. Em termos teóricos, a correlação é evidente. A percentagem de indivíduos nascidos fora de Portugal que experienciam racismo no seu dia a dia é, de acordo com o ESS, manifestamente superior àqueles que, sendo nativos, o sentem também no seu quotidiano. Contudo, a teoria e a prática parecem novamente não estar em concordância plena. Segundo os ativistas, a nacionalidade não interfere com a discriminação, no sentido em que, tal como acontecia com a cidadania, o perpetrador da violência racial não tem como saber, com toda a certeza, se o indivíduo sobre o qual a está a infligir é, ou não, português de origem. Percebemos, então, após uma análise estatística, que o racismo é invariavelmente motivado por razões muitas vezes aleatórias, que pouco ou nada têm que ver com os fatores tradicionalmente apontados pela sociedade, mas antes com questões de identidade pertinentes ao indivíduo que o perpetua, socialmente cultivadas.

Posta esta exploração quantitativa do panorama do racismo em Portugal, cujos resultados não foram inteiramente elucidativos, decidimos que a melhor via de ação passaria por enveredar por uma vertente do racismo mais historicamente orientada, desbravando os inúmeros problemas estruturais que o promovem e, ao mesmo tempo, considerando as melhores soluções possíveis para os ultrapassar. À questão “será o passado colonial português o maior propulsor do racismo em Portugal?”, todos os indivíduos que entrevistámos responderam afirmativamente. Ainda assim, a noção de “passado colonial” parecia-nos excessivamente vaga, pelo que optámos por aprofundá-la e, no decurso desse processo, deparámo-nos com variadíssimas expressões desse colonialismo latente, que se manifestam no quotidiano das comunidades afrodescendentes, dificultando-o gravemente. De entre estas barreiras, contam-se, nomeadamente, a estruturação e o conteúdo dos currículos escolares, particularmente aqueles que dizem respeito à disciplina de História, por transmitirem ideais de um passado glorioso e ignorarem as atrocidades cometidas nas colónias portuguesas; o “*color-blind racism*” enquanto nova modalidade do racismo que promove a ideia de que, hoje em dia, as pessoas não distinguem cores, levando, assim, à erosão de toda a

História da escravatura e da colonização, bem como do modo como esses eventos alteraram permanentemente a forma como percebemos a “raça”; o orgulho nacional excessivamente inflacionado, que faz com que os portugueses sejam incapazes de ter discussões abertas sobre a trágica realidade do seu passado; a pessoalização da branquitude, que leva a que estes problemas não possam ser abordados como uma questão estrutural que permeia toda a sociedade; a *guetização* da comunidade afrodescendente, que leva à sua progressiva segregação em todas as esferas da vida pública; a utilização de uma linguagem – e de um imaginário a ela associado – que desgrada, desvaloriza e minimiza a negritude; a atitude frequentemente desfavorável dos meios de comunicação social face à comunidade Negra, perpetuando estereótipos falaciosos e alimentando o ódio racista; entre tantos outros muros que se erguem à emancipação da comunidade afrodescendente no nosso país.

Após esta densa exploração do panorama racial em Portugal, impôs-se a derradeira indagação: seria o ativismo antirracista suficiente para garantir a emancipação da comunidade Negra no nosso país? Este aparenta ser um tópico sensível no seio do núcleo ativista português. Os nossos entrevistados creem que este processo de emancipação será extremamente demorado e atribulado, para além de condicionado por fatores externos de difícil controlo, para não mencionar que implicaria a libertação de outras comunidades racializadas em Portugal, o que acresce à dificuldade deste empreendimento. Ainda assim, os ativistas acreditam na possibilidade de um futuro cada vez mais livre de preconceito, onde a comunidade afrodescendente possa habitar em paz, na plena posse dos seus direitos enquanto cidadãos portugueses.

Em retrospectiva, esta investigação provou-nos errados existirem alguns pressupostos errados em algumas das nossas ponderações iniciais, mas também que seriam corretas as leituras efetuadas em muitos outros momentos da pesquisa. O conhecimento adquirido através das múltiplas vias utilizadas provou-se valiosíssimo no que toca ao enriquecimento do conhecimento acerca da matéria do ativismo antirracista e será, certamente, fonte de novas inquirições no futuro, que nos levarão a um estudo cada vez mais empenhado acerca de uma questão que se torna, a cada dia que passa, progressivamente mais pertinente.

## Referências Bibliográficas

- Abeles, R. P. (1976). Relative Deprivation, Rising Expectations, and Black Militancy. *Journal of Social Issues*, 32(2), 119-137. <https://spssi.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1540-4560.1976.tb02498.x>
- Afzal-Khan, F., & Seshadri-Crooks, K. (2000). *The Pre-Occupation of Postcolonial Studies*. Duke University Press.
- Agier, M. (2015). Do refúgio nasce o gueto: antropologia urbana e política dos espaços precários. In P. Birman, M. P. Leite, C. Machado, & S. S. Carneiro (Eds.), *Dispositivos urbanos e tramas dos viventes: ordens e resistências* (pp. 33-53). Editora FGV. <http://www.ilhagrandehumanidades.com.br/sites/default/files/13%202015%20Dispositivos%20urbanos%20diagramacao%20v3.pdf>
- Albuquerque, R. (2010). Participação cívica e trajetórias associativas de descendentes de imigrantes em Portugal. *Migrações*, 6, 104-117. <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/183863/Migr6.pdf/720cf411-74ee-418d-b0ee-13836c80bb82>
- Almeida, Silvio (2019). *Racismo Estrutural*. Pólen.
- Alonso, A. (2009). As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, 76, 49-86. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>
- Alves, A. R., Cachado, R., & Cruz, A. (2014). Antirracismo. *Antirracismo*, 1599-1606. [https://eg.uc.pt/bitstream/10316/95648/1/Antirracismo\\_1599-1606.pdf](https://eg.uc.pt/bitstream/10316/95648/1/Antirracismo_1599-1606.pdf)
- Amin, Samir (1989). *El eurocentrismo: Crítica de una ideología*. Siglo Veintiuno Editores.
- Anderson, B. (2008). *Comunidades Imaginadas*. Companhia das Letras.
- Araújo, M. (2008). Racismo.pt?. *Somos Diferentes, Somos Iguais*, 25-49. <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/42649/1/racismo.pt.pdf>

- Araújo, M., & Maeso, S. (2010). Explorando o Eurocentrismo nos manuais escolares de História portugueses. *Estudos de Sociologia*, 15(28), 239-270.  
<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/2559>
- Araújo, M., & Maeso, S. (2013). A quadratura do círculo: (anti)racismo, imigração e a(s) política(s) de integração em Portugal nos anos 2000. *Centro de Estudos Sociais*, 407, 1-37. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/32560>
- Araújo, M., & Rodrigues, A. (2018). História e memória em movimento: escravatura, educação e (anti)racismo em Portugal. *Revista História Hoje*, 7(14), 107-132.  
<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/87016>
- Bennett, W. L. (2005). Social Movements beyond Borders: Organization, Communication, and Political Capacity in Two Eras of Transnational Activism. In D. Della Porta & T. Sidney (Eds.), *Transnational Protest and Global Activism* (pp. 203-226). Rowman and Littlefield Publishers, Inc.
- Bhabha, H. K. (1994). *The Location of Culture*. Routledge.
- Bhopal, K. (2018). *White privilege: The myth of a post-racial society*. Policy Press.
- Billiet, J., Maddens, B., & Beerten, R. (2003). National identity and attitude towards foreigners in a multinational state: a replication. *Political Psychology*, 24, 241-257.
- Birla, R. (2010). Post Colonial Studies: Now That's History. In Morris, R. (Ed.), *Can the subaltern speak? Reflections on the history of an idea* (pp. 87-99). Columbia University Press.
- Blaut, J. M. (1992). 1492: The Debate on Colonialism, Eurocentrism and History. Africa World Press, Inc.
- Bonilla-Silva, E. (2006). *Racism Without Racists: Color-Blind Racism and the Persistence of Racial Inequality in the United States*. Rowman & Littlefield Publishers, Inc.

Bowen, L., Legros, A., Paschel, T., Mattos, G., Cruz, K., & Hooker, J. (2017). A Hemispheric Approach to Contemporary Black Activism. *NACLA Report on the Americas*, 49(1), 25-35. <http://dx.doi.org/10.1080/10714839.2017.1298240>

Bryman, A. (2012). *Social Research Methods*. Oxford University Press.

Cabecinhas, R. (2002). *Racismo e Etnicidade em Portugal: Uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias* [Tese de Doutoramento, Universidade do Minho]. ProQuest Dissertations Publishing. [http://repositorium.uminho.pt/bitstream/1822/25/1/TESE\\_RC\\_FINAL.pdf](http://repositorium.uminho.pt/bitstream/1822/25/1/TESE_RC_FINAL.pdf)

Cardoso, L. (2011). O branco-objeto: o movimento negro situando a branquitude. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, 13(1), 81-93. [file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/18706-Texto%20do%20artigo-77898-1-10-20110711%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/18706-Texto%20do%20artigo-77898-1-10-20110711%20(1).pdf)

Carneiro, M. (2021, 21 de novembro). Violência policial racista continua a matar em Portugal. *Esquerda*. <https://www.esquerda.net/dossier/violencia-policial-racista-continua-matar-em-portugal/78034>

Carreira, D. (2018). O lugar dos sujeitos brancos na luta antirracista. *Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos*, 15(28), 127-137. <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-denise-carreira.pdf>

Castelo, C. (1998). *O modo português de estar no mundo: O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa: 1933-1961*. Edições Afrontamento.

Childs, P., & Williams, P. (2013). *An Introduction to Post-Colonial Theory*. Routledge.

Chowdhry, G., & Nair, S. (2004). *Power, Postcolonialism and International Relations: Reading race, gender and class*. Routledge.

Comissão para a Igualdade Contra a discriminação Racial (2022). *O que se entende por discriminação racial?* Consultado a 20 de setembro de 2022. <https://www.cicdr.pt/inicio>

Della Porta, D., & Tarrow, S. (2005). Transnational Processes and Social Activism: An Introduction. In D. Della Porta & S. Tarrow (Eds.), *Transnational Protest and Global Activism* (pp. 1-19). Rowman and Littlefield Publishers, Inc.

Eddo-Lodge, R. (2017). *Why I'm No Longer Talking To White People About Race*. Bloomsbury.

Edwards, J. F. (2017). Color-blind racial attitudes: Microaggressions in the context of racism and White privilege. *Administrative Issues Journal*, 7(1), 5-18. <https://de.swosu.edu/aij/vol7/iss1/2>

Ekman, J., & Amna, E. (2017). Political Participation and Civic Engagement: Towards a New Tipology. *Human Affairs*, 22, 283-300. <https://10.2478/s13374-012-0024-1>

European Social Survey European Research Infrastructure (2021). ESS9 - integrated file, edition 3.1 [Data set]. Sikt. Norwegian Agency for Shared Services in Education and Research. [https://doi.org/10.21338/ESS9E03\\_1](https://doi.org/10.21338/ESS9E03_1)

European Union Agency for Fundamental Rights (2018). *Ser Negro na União Europeia: Segundo Inquérito sobre Minorias e Discriminação na União Europeia* [Being Black in the European Union: Second European Union Minorities and Discrimination Survey]. Serviço das Publicações da União Europeia. <https://fra.europa.eu/pt/publication/2021/ser-negro-na-uniao-europeia-segundo-inquerito-sobre-minorias-e-discriminacao-na>

Gaber, E. (2020). Identical Twins or Just Cousins? Racism, Negative Attitudes Towards Immigrants and Immigration, and Their Predictors. *Basic Research Program Working Papers*, 93, 1-28. [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3622510](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3622510)

Garza, A. (2014, 7 de outubro). A Herstory of the #BlackLivesMatter Movement by Alicia Garza. *The Feminist Wire*. <https://thefeministwire.com/2014/10/blacklivesmatter-2/>

Ghose, S. K. (2017). The Role of the Black Church in the American Civil Rights Movement. *UITS Journal*, 5(1), 58-68. <https://uits.edu.bd/wp-content/uploads/2019/06/05-The-Role-of-the-Black-Church-in-the-58-68.pdf>

Giddens, A. (2001). *Modernidade e Identidade Pessoal*. Celta Editora.

Gilroy, P. (2000). *Between Camps: Nations, Cultures, and the Allure of Race*. Penguin Books.

Goldberg, D. T. (2009). *The Threat of Race: Reflections on Racial Neoliberalism*. Blackwell Publishers.

Gorodzeisky, A., & Semyonov, M. (2015). Not Only Competitive Threat But Also Racial Prejudice: Sources of Anti-Immigrant Attitudes in European Societies. *International Journal of Public Opinion Research*, 1-24. <https://doi:10.1093/ijpor/edv024>

Halley, J., Eshleman, A., & Vijaya, R. M. (2011). *Seeing White: An introduction to white privilege and race*. Rowman and Littlefield Publishers, Inc.

Heath, A., & Richards, L. (2019). How do Europeans differ in their attitudes to immigration?: Findings from the European Social Survey 2002/03 – 2016/17. *OECD Social, Employment and Migration Working Papers*, 222, 1-41. [https://read.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/how-do-europeans-differ-in-their-attitudes-to-immigration\\_0adf9e55-en#page1](https://read.oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/how-do-europeans-differ-in-their-attitudes-to-immigration_0adf9e55-en#page1)

Itzigsohn, J., & Brown, K. L. (2020). *The Sociology of W. E. B. Du Bois: Racialized Modernity and the Global Color Line*. New York University Press.

Jackson, R., & Sorensen, G. (2007). *Introdução às Relações Internacionais: teorias e abordagens*. Editora Zahar.

Jardim, C., & Silva, S. (2019). A participação de jovens afrodescendentes em associações de imigrantes em Portugal: repercussões no envolvimento escolar. *Migrações*, 16, 97-116.

<https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/183863/RM+%2316+CAROLINA+JARDIM.pdf/e9a86fa6-cc21-405b-9385-bfb4f832e2d5>

Jardim, C., & Silva, S. (2022). Formas de participação de jovens com origem migrante em associações em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 98, 51-70. <https://10.7458/SPP20229820020>

Joachim, J., & Locher, B. (2009). Transnational Activism in the EU and the UN. In J. Joachim, & B. Locher (Eds.), *Transnational Activism in the UN and the EU: a comparative study* (pp. 3-18). Routledge.

Johnson, C. (2007). *Revolutionaries to Race Leaders: Black Power and the Making of African American Policies*. University of Minnesota Press.

Jonas, G. (2005). *Freedom's Sword: The NAACP and the Struggle Against Racism in America, 1909-1969*. Routledge.

Keck, M. E., & Sikkink, K. (2014). *Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics*. Cornell University Press.

Klarman, M. J. (2007). *Brown v. Board of Education and the Civil Rights Movement*. Oxford University Press.

Kymlicka, W., & Norman, W. (2000). Citizenship in Culturally Diverse Societies: Issues, Contexts, Concepts. In W. Kymlicka & W. Norman (Eds.), *Citizenship in Divided Societies* (pp. 1-42). Oxford Press.

Macpherson, W. (1999). *The Stephen Lawrence Inquiry*. The Stationery Office.  
[https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment\\_data/file/277111/4262.pdf](https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/277111/4262.pdf)

Madrugá, L. A. (2020). Relações Internacionais e o Eurocentrismo: A crítica do pensamento colonial e o bem viver como alternativa. *Interfaces Científicas*, 8(3), 173-188. <https://doi.org/10.17564/2316-3801.2020v8n3p173-188>

Melo, T. (2017). *Black Lives Matter: Um movimento social anti-racismo sob a perspectiva da teoria construtivista do ativismo transnacional* [Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Universidade da Amazônia]. Academia.edu. [\(PDF\) Black Lives Matter: Um Movimento Social Anti-racismo sob a Perspectiva da Teoria Construtivista do Ativismo Transnacional | Tássia de Melo - Academia.edu](#)

Miles, R., & Brown, M. (2003). *Racism: Second Edition*. Routledge.

Mingst, K. (2009). Civil Society Organizations in the United Nations. In J. Joachim & B. Locher (Eds.), *Transnational Activism in the UN and the EU: a comparative study* (pp. 21-28). Routledge.

Moore-Gilbert, B. (1997). *Postcolonial Theory: Contexts, Practices, Politics*. Verso.

Moraes, T., & Santos, R. (2021). “Eu preciso respirar” – George Floyd, Black Lives Matter e o enxame de buscas na web. In Rocha, W. (Ed.), *Racismo e Antirracismo: reflexões, caminhos e desafios* (pp. 203-215). Editora Bagai.

Morgenthau, H. J. (1948). *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. Alfred A. Knof, Inc.

Morris, A. D. (1984). *The Origins of the Civil Rights Movement: Black People Organizing for Change*. The Free Press.

Morris, A. D. (1999). A Retrospective on the Civil Rights Movement: Political and Intellectual Landmarks. *Annu. Rev. Sociol.*, 25, 517-539.

Milman, N., Folashade, A., Della Porta, D., Doerr, N., Kocyba, P., Lavizzari, A., Reiter, H., Płucienniczak, P., Sommer, M., Steinhilper, E., & Zajak, S. (2021). Black Lives Matter in Europe Transnational Diffusion, Local Translation and Resonance of Anti-Racist Protest in Germany, Italy, Denmark and Poland. *DeZIM Research Notes* +, 6(21), 1-45. [https://www.rassismusmonitor.de/fileadmin/user\\_upload/NaDiRa/Pdfs/DeZIM\\_Research\\_Notes\\_06\\_-\\_Black\\_Lives\\_Matter\\_in\\_Europe.pdf](https://www.rassismusmonitor.de/fileadmin/user_upload/NaDiRa/Pdfs/DeZIM_Research_Notes_06_-_Black_Lives_Matter_in_Europe.pdf)

Nogueira, J., & Messari, N. (2005). *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e debates*. Editora Campus.

Pecequillo, S. C. (2004). *Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões*. Editora Vozes.

Peixe, B., Rosário, E., Silva, E., Soares, P., Kumar, R., Ralha, T., & Santos, T. (2008). O Racismo e Xenofobia em Portugal (2000-2007). *Centro de Investigação em Ciências Sociais e Humanas*, 1-51.

[https://www.amnistia.pt/wp-content/uploads/2017/06/Estudo\\_Racismo\\_Portugal.pdf](https://www.amnistia.pt/wp-content/uploads/2017/06/Estudo_Racismo_Portugal.pdf)

Pereira, A. A., & Crespo, F. N. (2022). Há negros portugueses? Disputa por sentidos à história e cultura em Portugal. *Linhas Críticas*, 28, 2-17. <https://doi.org/10.26512/lc28202242667>

Putnam, R. D. (2000). *Bowling Alone: The Colapse and Revival of American Community*. Simon and Schuster.

Raposo, O., Alves, A., Varela, P., & Roldão, C. (2019). Negro Drama: racismo, segregação e violência policial nas periferias de Lisboa. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 5-28. <https://journals.openedition.org/rccs/8937#tocto1n3>

Rutherford, J. (1990). A Place Called Home: Identity and the Cultural Politics of Difference. In Rutherford, J. (Ed.), *Identity: Community, Culture, Difference* (pp. 9-27). Laurence and Wishart Limited.

Said, E. (2003). *Orientalism*. Penguin Books.

Saloojee, A. (2003). Social Inclusion, Anti-Racism and Democratic Citizenship. *Working Paper Series*, 1-40. [https://www.laidlawfdn.org/assets/wpsosi\\_2003\\_jan\\_social-inclusion-anti-racism.pdf](https://www.laidlawfdn.org/assets/wpsosi_2003_jan_social-inclusion-anti-racism.pdf)

Santos, A. C., & Vasconcelos, P. (2019). O ativismo negro em Portugal: dinâmicas e reivindicações. *Migrações*, 16, 80-96. <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/183863/RM+%2316+TIAGO+SANTOS.pdf/88594a1b-a159-4dc2-8470-f81ba1a2eafa>

Santos, T. (2019). Um retrato social do racismo para com os afrodescendentes em Portugal. *Migrações*, 16, 54-77. <https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/183863/RM+%2316+TIAGO+SANTOS.pdf/88594a1b-a159-4dc2-8470-f81ba1a2eafa>

Santos, N. F., & Pimenta, P. (2021, 21 de março). Cerca de 100 manifestantes protestaram em Lisboa contra “pandemia” de racismo. *Público*.

<https://www.publico.pt/2021/03/21/sociedade/noticia/cerca-100-manifestantes-protestaram-lisboa-pandemia-racismo-1955354>

Santos, E. (2022). Raça, violência e relações internacionais: o impacto transnacional do movimento Black Lives Matter (2013-2016). *Estudios de la Paz y el Conflicto, Revista Latinoamericana*, 3(5), 184-200. <https://doi.org/10.5377/rlpc.v3i5.11428>

Sardinha, J. (2009). *Immigrant Associations, Integration and Identity: Angolan, Brazilian and Eastern European Communities in Portugal* [Tese de Doutoramento, Universidade de Amsterdão]. IMISCOE Dissertations. <https://www.imiscoe.org/docman-books/371-immigrant-associations-integration-and-identity-angolan-brazilian-and-eastern-european-communities-in-portugal/file>

Smith, H. J., Pettigrew, T. F., Pipping, G. M., & Bialosiewick, S. (2015). A Meta-Analytic Critique of Relative Deprivation. *Social Justice Research*, 28(1), 1-81. <https://doi.10.1007/s11211-014-0231-5>

Spivak, G. C. (1999). *A Critique of Postcolonial Reason: Toward a History of the Vanishing Present*. Harvard University Press.

Sue, D. W., Capodilupo, C. M., Torino, G. M., Bucceri, J. M., Holder, A. M. B., Nadal, K. L., & Esquilin, M. (2007). Racial microaggressions in everyday life: implications for clinical practice. *American Psychologist*, 62, 271-286. <https://doi.10.1037/0003066x.62.4.271>

Tajfel, H., & Turner, J. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. Austin & S. Worchel (Eds.), *The Social Psychology of Intergroup Relationships* (pp. 33-47). Brooks/Cole.

Tarrow, S. (2005). *The New Transnational Activism*. Cambridge University Press.

Tilly, C., & Tarrow, S. (2015). *Contentious Politics*. Oxford University Press.

Ture, K., & Hamilton, C. V. (1992). *Black Power: The Politics of Liberation in America*. Vintage Books.

Tushnet, M. V. (1987). *The NAACP: Legal Strategy Against Segregated Education, 1925-1950*. The University of North Carolina Press.

Vala, J., Brito, R., & Lopes, D. (1999). *Expressões dos Racismos em Portugal*. Imprensa de Ciências Sociais.

Vala, J., Pereira, C., Costa-Lopes, R., & Deschamps, J-C. (2010). Atitudes face à imigração e identidade nacional. In J. M. Sobral & J. Vala (Orgs.), *Identidade Nacional, Inclusão e Exclusão Social* (pp. 191-210). Imprensa de Ciências Sociais.

Wallerstein, I. (1997). Eurocentrism and its avatars: the dilemmas of social science. *New Left Review*, 226, 93-107.  
<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0038022919970102?journalCode=sob>  
[a](#)

Wilson, C. A. (1996). *Racism: From Slavery to Advanced Capitalism*. Sage Publications, Inc.

## **Anexos**

### **Anexo 1**

#### INÍCIO DA ENTREVISTA

E = Entrevistador

P1 = Participante

**E: A primeira pergunta é muito simples. Gostaria só de pedir que se apresentasse, muito brevemente.**

P1: OK, então vamos lá. Eu sou o Danilo Cardoso, sou professor de História. Fiz minha licenciatura no Brasil, dei aula durante 12/13 anos no Brasil antes de vir para cá. Antes de vir para cá também fiz um mestrado em Sociologia da Educação. No caso, vivi um duas cidades diferentes: a minha, que é Recife, e São Paulo, antes de vir para cá, e aqui eu trabalhei em outras áreas, mas não deixei de pensar em educação. Foi assim que surgiu a EducAR, foi assim que eu comecei a me relacionar com pessoas de outros grupos – das Artes, da Academia, do Ativismo – e hoje a gente tenta discutir a educação antirracista de uma forma ainda um pouco esquisita para Portugal, mas exatamente porque questiona várias coisas de uma vez, então tem sido um desafio. Nem todas as pessoas do EducAR são professores, nem todas são académicas, nem todas são brasileiras, nem todas são portuguesas, então é um grupo bem diversificado, tanto nos corpos como nas bagagens desses corpos. E eu acho que é isso... eu estou aqui desde 2015, minha pesquisa de doutorado aqui começa considerando essa data também – 2015 – no caso, estou fazendo doutoramento em Antropologia, aqui num programa que é a Escrita Nova, e trabalho com educação antirracista.

**E: Ótimo, perfeito. Bem, como eu referi, a minha dissertação gira toda em volta da questão do ativismo antirracista. Nesse sentido, e de acordo com o que o Danilo**

**acabou de dizer, qual foi a sua primeira experiência – mesmo que não tenha sido em Portugal – relacionada com o ativismo antirracista? Poderia falar um bocadinho sobre ela e sobre as motivações que o levaram a envolver-se com este ramo particular do ativismo?**

P1: OK. Muito boa pergunta, muito boa pergunta... porque ela é muito complicada de responder e a resposta dela tem um monte de coisa dentro, mas muito boa pergunta. O que me motivou, quando eu comecei a ter atenção por esse tema... ele não era esse tema. Então, como eu sou professor de História, eu entrei na universidade, na licenciatura, em 2002, um ano antes do Lula assumir como Presidente em 2003 e aprovar a lei que hoje, nesse mês, completa 20 anos, que é a lei que obriga o ensino de história e cultura africana nas escolas. Então eu faço a minha licenciatura em paralelo a essa lei e com essa lei surgem várias questões e várias produções e várias problemáticas, e eu vou acompanhando todo esse processo, dentro de sala de aula. Ou seja, até então, eu estava discutindo História e estava discutindo racismo, não estava discutindo antirracismo, que não tinha esse vocabulário ainda, nem era uma aula ativista, era apenas uma aula de História. Como professor isso me pegou muito no seguinte ponto: eu comecei a dar aula na educação pública e fui, depois, fazer a maior parte da minha carreira em escola particular, em São Paulo. Isso de público e privado é bem complicado discutir, porque tem escola pública que é boa, tem escola particular que é ruim, então não queria definir dessa maneira – pública e privada – mas é exatamente nesse momento, quando eu vou começar a dar aula em escolas particulares, e em escolas particulares grandes e pequenas (ou médias), que eu vou pensar tipo "e agora, como é que eu vou dar aula de História? Tipo, eu vou dar aula de acordo com o valor da hora/aula da escola: se me pagarem mais eu vou dar uma aula melhor, se não me pagarem nada, como na rede pública, eu vou dar uma aula menor...". Aí eu fui tentar encontrar esse equilíbrio para mim, para eu ficar tranquilo e com a consciência tranquila, e foi mais ou menos nesse processo de dar a mesma aula em dois lugares diferentes que isso, né, aos olhos de quem está fora da sala de aula pode parecer ativismo, mas isso para mim ainda não é ativismo e nem é antirracismo. Quando eu chego aqui em Portugal é que eu vou estudar a História de Portugal melhor, né, vou tentar conhecer a realidade melhor de Portugal e esse tema entra numas ondas, numas

modas aí. Então, foi difícil encontrar um casamento entre a minha ideia de História, de ativismo, de antirracismo, com a realidade portuguesa porque estávamos em tempos diferentes. Mas, mais ou menos, foi nesse processo de docente, na prática docente, tipo texto sempre com uma questão. Não sei se responde...

**E: Responde perfeitamente, obrigada. Eu queria-lhe perguntar se, desde esse primeiro momento, o Danilo já terá tido muitas outras experiências nessa área, que podem ter a ver com participação online, militância, voluntariado, ativismo nas suas variadíssimas formas, e se haveria alguma dessas experiências que o tenha marcado de maneira mais proeminente, diga-se, bem como perguntar se poderia falar um bocadinho sobre elas.**

P1: Essas atividades, é isso?

**E: Sim, no fundo o ativismo acaba por ser bastante difícil de definir e a participação política em si pode assumir variadíssimas formas e portanto, nesse sentido, gostaria de saber se houve alguma experiência – que, lá está, pode passar por questões de voluntariado, pode passar por participação em manifestações, por aulas, por formações seja do que for – que o possa ter marcado mais.**

P1: 'Tá, aqui em Portugal, certo?

**E: Sim, aqui em Portugal, de preferência.**

P1: Então, é... eu acho que, nessa questão aí, há um paradoxo, né, porquê? Eu sempre fui professor, eu nunca fui ativista. Eu sempre estava trabalhando dentro de sala de aula e fora da sala de aula eu era um cidadão, então não tinha - eu tenho umas certas questões com o ativismo, né, o termo, que não é a maioria que pensa dessa maneira, mas está tudo bem - então eu não tinha essa ideia antes, eu vou ter aqui, então, por exemplo, eu começo a participar de manifestações de rua, mas aqui. Eu começo a

participar de algumas atividades de associações periféricas, né, negras, imigrantes aqui e, ao mesmo passo que o formato dessas manifestações, ele... eu questiono ele, eu reconheço que as pessoas que mais sabem sobre os assuntos são elas. Eu não sei se dá para entender, por exemplo, eu prefiro escutar um imigrante ou uma pessoa de um bairro do que escutar um acadêmico aqui falando do tema, para mim é mais rico. Entretanto, na luta, eu acho tudo muito pacífico, é um ativismo muito civilizado, né, o que deixa tudo isso estagnado. Você tem várias questões e vários questionamentos e você não tem o conflito, né, seja ele violento ou não violento, mas não há o conflito, não há o diálogo, a gente fica discutindo esses assuntos com as mesmas pessoas. Agora é que o Estado está tentando construir um posicionamento sobre o assunto, mas até então é tudo muito solto e é uma sabedoria que se perde, porque é uma educação informal, né, uma manifestação, um protesto, ali você aprende só com a experiência, não tem como.

**E: Ou seja, consideraria, por exemplo, que essas formas de participação, como as manifestações, seriam formas eficazes de participação e de potencial mudança política ou seria preciso ir mais além?**

P1: Você poderia só repetir a questão? Desculpa.

**E: Sim, sem problema. Queria saber - como o Danilo referiu que, por exemplo, as manifestações e os vários protestos que fazemos, por vezes, não têm conflito suficiente (conflito no bom sentido da palavra) – se estes seriam, então, ainda assim, ainda com as suas falhas, formas válidas e eficazes de mudança política e mudança social também? Na questão do antirracismo, claro.**

P1: Bem, para não dizer que sou eu que estou falando isso, eu acredito nessas outras formas de protesto. Até existem pedagogos, por exemplo, o Amílcar Cabral, que defendem essas outras violências, exatamente para entrar em conflito com a violência estrutural. O que é que vai acabar com a violência estrutural? O diálogo, né, então, eu

acho que existem outras maneiras, não só uma, não só uma forma, então aqui eu acho engraçado porque, além de não haver uma unidade nessa luta, você tem os mesmos formatos assim bastante tradicionais de reivindicação.

**E: Certo. As pessoas referem muitas vezes que a participação política, a participação ativista, a participação que vise alterar alguma coisa na sociedade se depara com inúmeros obstáculos – obstáculos estes que se podem definir em termos de financiamento, de recursos, obstáculos que podem ter a ver com a própria discriminação em si. Neste percurso que descreveu, e a partir do momento em que chegou cá a Portugal, tem-se deparado com alguns obstáculos, seja no seio da associação, ou no seio da sua participação pessoal?**

P1: Você tem obstáculos em tudo aqui. E falo com uma certa segurança, não só pela minha experiência imigrante, mas por questionar exatamente algumas dinâmicas de vários campos. Assim, vou dar um exemplo que é... foi por meio desse exemplo que a gente reivindicou isso quando o Plano Nacional estava aberto para consulta pública. Por exemplo, pensa-se muito em formar, formações antirracistas, né, tem isso no plano, tem isso nas recomendações antirracistas, mas não fala como é que isso vai acontecer, o que é essa educação antirracista, quem vai participar dessa educação antirracista e, dentro de Portugal, a gente só tem uma estância que legitima todas as formações do país, que é a Universidade do Minho, e ela usa quais critérios para legitimar seus formadores? Os académicos. Ou seja, a gente vai ter que formar - desculpa a redundância - formar os formadores antirracistas só por meio de Academia? Será que o antirracismo, essa competência, digamos assim, que é outro desafio que a gente vem discutindo de ser uma competência, já que as pessoas estão mais sintonizadas com essas ideias das competências, é uma forma de considerar, tanto o antirracismo como a competência, o que também seria redundante porque, para a gente, esse antirracismo está muito ligado à cidadania, que chega até a dialogar com o ativismo, mas os três são a mesma coisa, se a gente for aproximar aqui. Então, é a reivindicação é exatamente criar outros parâmetros para se formar esses formadores antirracistas. Se você for usar a mesma régua para discutir um assunto completamente diferente e quer propor outras coisas,

tem que ser com outros critérios, tem que ser outra estância que legitime isso, né, então existe esse problema muito grande, esses entraves burocráticos nessas instituições legitimadoras, né, o próprio acesso à Universidade, a própria representatividade dentro da Universidade, o assistencialismo que existe nos projetos de - que esse nome é tenebroso - intervenção comunitária. Não sei, tipo, é tudo tão complicado. Por exemplo, só... vou só reduzir à máxima do "bairro social": quando é que as pessoas vão parar de chamar bairro social de "bairro social" se todo o bairro é social? As pessoas continuam se referindo ao bairro social como um espaço – que não faz o menor sentido – mas fez e faz durante todo esse tempo, porque as pessoas inserem nesses termos uma carga que já contempla todo um imaginário, né, então eu acredito que, em todos os trâmites, se a gente for pensar na Lei da Nacionalidade, que mudou bastante nos últimos anos, mas ainda não é o que deveria ser, então da Lei da Nacionalidade até essas legitimações académicas só há dificuldade. O que a gente percebe que o plano vem fazer é exatamente fazer muito pouco, para dizer que está fazendo, porque existe uma cobrança também nesse plano. A Década Internacional dos Afrodescendentes vai acabar para o ano que vem e Portugal não fez praticamente nada, então o plano vai surgir, a nosso ver enquanto grupo, tanto para suavizar a tensão, né, porque em 2020 a gente teve um ano absurdamente tenso, desde o Giovanni até ao Bruno Candé, então é depois que vai surgir as recomendações antirracistas, depois que vai surgir o plano. É tipo um "calma, calma que a gente vai resolver isso", é um calma que ainda não... isso foi em 2020, a gente está em 2023. E, pelos vistos, esse plano vai ser a mesma coisa, é uma produção de manual, mas não se sabe quem vão ser os formadores desse manual. Tem a questão do censo via escola, tipo é uma coisa altamente problemática quando o INE diz que vai fazer, montar um grupo para fazer, para estruturar uma coleta de censos étnico-raciais e decide votar a questão do censo e passa para as escolas, que são os espaços mais conservadores para fazer isso. Então e as professoras que acham que aquilo é preto, aquilo é amarelo, aquilo é vermelho? Ela vai categorizar da forma que ela está habituada a categorizar. Tirando as culpas dos professores, porque é uma categoria que também é muito sobrecarregada, não tem formação suficiente... a culpa não é deles, eles não são super heróis. Tem que ser exatamente o contrário, que isso é uma coisa interessante que eu pensei em Portugal: é da rua para dentro da escola, não

é de dentro da escola para a rua, senão a gente vai passar anos aqui. Tem que ser de fora para dentro.

**E: É verdade. Eu não sei se a minha próxima pergunta não poderá ser um bocadinho repetitiva mas, em termos de desafios mais estruturais – mais sociais, diga-se – quais são os maiores entraves ao sucesso da educação antirracista em Portugal? Na sua opinião, claro. Ou seja, não tanto em termos académicos, mas mais em termos do modo como a sociedade está estruturada, talvez, em termos de um racismo mais estrutural.**

P1: Eu não sei.. vamos lá. Eu acho que o obstáculo, o financiamento como obstáculo, foi, é e será. A gente só vai discutir isso se a gente tiver estrutura financeira para reconhecer o trabalho dessas pessoas, né, porque também tem uma coisa meio jesuítica aí, achar que o antirracismo é o contrário, é uma questão de missão... Esse termo existe exatamente porque essa escola está dando certo, já não está dando cabo, a própria História também... Então, voltando para a questão dos obstáculos, espere aí que eu estou pensando... Uma coisa que eu não queria deixar de falar, para essa questão, é que é importante a gente saber que há diferentes educações antirracistas, certo? Ela também vai ser heterogênea como tudo é, então, por exemplo, os descendentes de PALOPs, eles vão ter um caminho para discutir, a gente que é do Brasil tem outra, né, então, já existe, dentro dessa educação antirracista portuguesa, vários tipos de educação antirracista. Então, isso era uma questão. Os obstáculos, eles existem ou eles podem ser criados, por exemplo: essas associações periféricas, elas fazem a educação antirracista, que é o dia a dia delas, né, a forma de socializar, conviver, se proteger, se ajudar... e, muitas vezes, não permitem a participação de pessoas de fora. Assim como na Academia, muita gente discute isso, muitos brancos discutem isso sem saber nem o que é que está falando. Ou seja, dois grupos que resolvem dialogar com seus pares, né, com seus iguais, todo o mundo vai concordar e ficar feliz. Ou seja, a gente não vai ter um espaço onde as pessoas discordem, busquem uma moderação comum, então evita-se muito esse conflito, esse desagradável, esse desconforto, né, que é o, no fundo, o pedagógico. Se você não consegue discutir, se você não consegue se comover, digamos

assim, sentir o quão necessário é discutir esse tema, por exemplo, fica tudo parecendo um evento, que aí é outro problema. Ele é imposto e ele entra nessa moda os ativistas, de um *mainstream* ativista, que é como se fosse um lado B do capital, as dinâmicas são as mesmas, né, tipo tem as hierarquias, tem as regularidades, tem as dinâmicas, tem as trocas, então acaba não rimando com transformação, com consciencialização, com revolução. Então esses obstáculos, eu acredito que eles não são só os estruturais: eles também são criados em decorrência desse estrutural e, às vezes, muitas vezes muitas pessoas estão achando que estão indo ao contrário da estrutura mas não, está indo de encontro, assim, só está complexificando ainda mais a estrutura. Não sei se ajudou aí não, hein...

**E: Não, está ótimo. Eu queria-lhe perguntar também de que modo é que, fazendo parte de uma associação que trata, acima de tudo, do antirracismo, o Danilo acha que...**

P1: Deixa só fazer uma observação antes para não esquecer: a gente não é uma associação.

**E: Certo. Eu estava a usar o termo muito livremente.**

P1: Não, é, mas muita gente acha que é, né, a gente meio que se parece com um formato, mas a gente não é, a gente não é um coletivo formalizado, não tem responsabilidades burocráticas, por isso... isso é o que é o mais bacana e o mais difícil. Mas pode continuar...

**E: OK. Desculpe o erro. Mas, no seu entender, e aqui a título mais pessoal, de que modo é que acha que a maioria dos portugueses – e porque temos de falar sempre na maioria – entende o conceito e a realidade da negritude, da presença da comunidade Negra em Portugal? Seja ela imigrante ou nativa, diga-se.**

P1: Olhe, vamos lá, eu vou colocar o pé no chão porque não consigo falar sem ele. Eu não consigo falar por Portugal todo, não consigo, eu vivo em Lisboa, que já é altamente complexo... acredito que Portugal todo não seja um homogéneo, né. Eu acho que a gente também desconhece – a gente, pensando aqui em Portugal – a gente desconhece o que se passa no próprio país, é um país pequeno mas ele é meio vazio, então eu acho que existem problemas... eu acho que existe muita construção de problemas também, até porque, no campo prático, é pouca prática. Estou tentando aí salvar um pouquinho Portugal. Isso é uma coisa... A outra coisa eu acho que é um passado histórico muito recente e muito doloroso, mal digerido e que faz parte do quotidiano das pessoas, né, todo mundo, eu acho, por exemplo, eu acho muito engraçado quando se diz que Portugal é o lugar mais... o país mais pacífico do mundo! Mas é tanta violência, sim, quotidiana, silenciosa, traumática, que eu fico dizendo "ai meu Deus, esse povo do turismo não sabe o que é pacífico, né", mas tudo bem, vindo do Brasil eu também reconsidero. Mas pensando nessa questão do... esqueci de novo, me ajuda...

**E: Quer que repita a pergunta, se for mais fácil?**

P1: Não, eu queria voltar a falar desse passado... ah, lembrei. Então eu acho que seria preciso Portugal fazer esse exercício de ver quem ele é: a recolha dos dados seria uma forma, né, a própria disposição de se discutir esse assunto... é um assunto muito fresco, muito complicado, muito traumático, e que muitas vezes não sabe ser abordado, né, sempre fica, ou fica coisa "preto contra branco" ou fica uma coisa "antes de '75 e depois de '75", né, então... são problemas complexos e o mais intrigante de Portugal é que há essa transposição do cenário colonial depois de '75, que é o mais louco de tudo. Vocês obviamente que já têm negros aqui circulando há muito tempo, mas depois de '75 vem muito mais. E pensando, por exemplo, na fotografia do mercado de trabalho, todos aqueles postos que estão lá em baixo vão ser preenchidos por esses corpos negros, né, sejam africanos ou nascidos aqui em Portugal. Ou seja, você tem uma estrutura colonial, pensando assim na organização dos corpos. Pega os imigrantes, faz a mesma coisa, coloca eles exatamente em alguns lugares, não é para todo o lugar que imigrante pode ir. "Imigrante é aqui, oh, você vem do Bangladesh, então para cá, oh", então a gente já

tem lugares definidos e isso é que é problemático. Outra coisa: a gente está aí vendo todo o mundo acompanhando esse aumento dos preços, a bolha imobiliária... isso aqui é uma panela de pressão, né. É pacífico mas é tudo muito violento. Os imigrantes sabem o que é trabalhar na restauração para pagar uma renda ... e só. E não sobra. Então eu acho que é preciso ter espaço para falar dessas coisas, é preciso as pessoas se conhecerem, se reconhecerem, e isso leva tempo. Por isso que seria tão importante que a escola fizesse esse serviço de promover a igualdade, por exemplo. Mas – e isso não é uma novidade – a escola está aí para reproduzir as desigualdades. Então, seria importante que os equipamentos culturais discutissem isso, no meio da comunicação. Eu acho que, com isso, o bom do EducAR é exatamente a gente conseguir discutir essas coisas em vários campos, sabe? É um lugar que a gente construiu para conseguir enxergar esse Portugal, então vê a escola, vê a universidade, vê os meios de comunicação, vê o mercado de trabalho, a gente vê as associações que estão trabalhando lá na periferia. O mais interessante, eu acho, com a EducAR, é ser um coletivo não formalizado que consegue conversar e discutir, sugerir, quer seja eu, que faço um doutoramento, quer seja uma colega que não tem formação académica mas tem outras sabedorias, então eu acho que é mais por aí. Eu acho que existe um problema de silêncio, o silêncio aqui é uma questão louca. Quer ver outra questão que a gente também discute muito? A questão da saúde mental, ansiedade e depressão que, numa geografia da Europa, a Península Ibérica e Portugal estão lá na frente, né, todo o mundo completamente descompassado por sérios motivos que têm a ver com esse passado colonial, que têm a ver com essas frustrações, que têm a ver com as transformações dos últimos anos... um país de velhos, né, então... é um assunto que só dá para discutir se tiverem vários, só ele não dá.

**E: Claro. Eu queria-lhe também perguntar – visto que estávamos há bocadinho a falar sobre a questão dos imigrantes *versus* afrodescendentes nativos ou nascidos em Portugal – se acha que o racismo é mais fortemente sentido pela população imigrante negra do que por aqueles que já nascem em Portugal? Acha que há alguma distinção na forma de tratamento?**

P1: Não, eu acho que não há diferença de tratamento nenhuma, até porque o racista, nesse caso branco ou não, ele não sabe quem é que nasceu aqui ou não. É uma questão que a gente também vem discutindo bastante, que é essa dissociação entre africano, escravo e negro. É muito difícil dissociar essas três coisas porque já está enraizado. Vê um africano, "ah, descendente de escravo", né, ou vê um negro e pensa... já constrói um imaginário associado a essas coisas. Tem até muito interessante aquele programa que a RTP fez, esqueci o nome, que centram pessoas que se julgam, aí elas vão se conhecer, jantar, não sei o quê lá... E aí, esse exercício aqui que é interessante, por exemplo, é um programa de televisão mas deveria ser uma coisa que a gente sempre discute com outros que as pessoas acham que é besteira, as pessoas precisam conviver com outras pessoas, não é? Não adianta você postar no Instagram e continuar convivendo com o povo, né... Então é essa convivência, é nessa convivência que moram as possibilidades de transformação ou revolução ou o que seja.

**E: A próxima questão já acaba por ir de encontro àquilo de que o Danilo estava a falar. Eu queria perguntar-lhe de que modo terá o legado colonial influenciado o racismo presentemente sentido no quotidiano português? Nesta questão, o que eu pretendia abordar até seria mais a ideia do "*color-blind racism*", a ideia de que somos todos iguais, de que não vemos cor, o que acaba por ser mais uma erosão da História.**

P1: É um, a gente chama no Brasil, de "queima estágio". É estar num patamar de discussão e a gente não passou... é "queima fase", que é estar num grau acima sem passar pelo anterior. Eu só queria chamar a atenção para duas coisas, me ajuda: a segunda é HGP (História e Geografia de Portugal). A primeira coisa é um duelo de discurso e até de *performance*, que a gente também precisa ter cuidado nesse antirracismo de agora. Por exemplo, eu não estou querendo passar pano para essa galera, não, eu não estou tentando defender essa galera, mas como eu convivo nessas atividades, você conhece as pessoas, escuta a forma de falar, né, eu consigo entender a justificação do "não vejo cores". Mas eu também consigo entender a pessoa que, de facto, não vê cores, porque ela teve outro tipo... então eu acho que existe, nessa luta por tolerância, muita intolerância e, convenientemente, isso tudo se organizando para

render mais, mais um monte de coisa, se for para reorganizar tudo e avançarmos tem que haver várias discussões. A questão de HGP: você falou aqui na questão anterior, tinha alguma coisa sobre o legado colonial e tudo mais...

**E: Era no sentido de, se estas novas formas de racismo – nomeadamente este racismo daltónico ou o que seja – se poderiam porventura ter sido influenciadas pelo facto de nós termos um passado colonial tão recente, ou seja nós não queremos pensar nestas memórias, nós não queremos pensar naquilo que aconteceu, por isso vamos por isto para trás das costas e agora não vemos cor, o que obviamente é só uma nova forma de racismo, nada mudou, nada está resolvido.**

P1: Ah. Quanto ao legado colonial, eu acho importante a gente perceber que ele mora no HGP da escola básica. Ali no HGP há lavagem cerebral de todo o país, para exatamente aprender sobre o império que não existe, aí toma frustração, né, pegou na adolescência, é frustração total. Não existe nada disso que falaram. Então eu acho que essa é uma questão do HGP como legado, como estrutura e pilar que vai falar que, por exemplo... tem parágrafos nos livrinhos de HGP que os portugueses chegaram lá, amigavelmente, para negociar algumas coisas, tipo... e está. E essa subtilidade é que vai fazer com que as pessoas não vejam cores. Eu acho que aí é que está esse perigo. Apesar que é nessa juventude - como sempre foi, a juventude sempre dá esse respiro - que estão as atenções, né, para novas discussões, mesmo a gente não tendo estrutura nenhuma para discutir isso dentro da escola pública aqui, a gente tem algumas... a gente tem vários corpos diferentes dentro das escolas, a gente tem que saber lidar com aquilo. Aquilo ali, mesmo não dando certo, vai dar em alguma coisa, porque vai gerar uma convivência, vai gerar tudo, então eu acho que, por exemplo, a juventude, ela consegue muito mais articular a interseccionalidade do que a galera mais velha. É muito difícil discutir a questão racial com a questão de género e essa galera nova está fazendo tudo isso e ainda costurando com o clima, aquecimento global... é preciso ter atenção que vai chegar uma hora que essa galera mais nova, que é subestimada aí por causa das tecnologias também, ela vai dar alguma, construir alguma coisa, né. Então era isso

quanto à questão dos mais novos. Apesar de todos os obstáculos, só essa galera vai conseguir encontrar novas respostas.

**E: Concordo plenamente. Apesar do Grupo EducAR não ser uma associação no sentido burocrático e legal da palavra, considera que organizações, grupos e coletivos de cariz antirracista têm sido uma ferramenta eficaz de combate a estas novas formas de racismo e que podem continuar a sê-lo no futuro?**

P1: Sim, é a sua pesquisa e a minha pesquisa em questão. Lógico, é só essa galera que consegue propor coisas. Por exemplo, eu falo que o EducAR não é uma associação formalizada e talvez seja também por isso que a gente não consegue ir muito além das coisas aqui, porque a gente faz mais coisas do que uma associação que recebe fundos. Isso causa um desconforto muito grande porque, para fazer essas coisas, você não precisa de nenhuma fortuna também. Então, quando se direciona financiamento, junto com todas as dinâmicas que sempre existiram de clubinhos, oligarquias e tudo mais, isso não vai gerar tanta transformação, não vai ter tanto impacto. Eu acho que o que vem acontecendo é exatamente que essas associações e coletivos informais vêm fazendo um trabalho de consciencialização, de mobilização um tanto rápido, de uma forma muito difusa e incontrolável, a maioria – aí chamo a atenção não só para o EducAR mas para todos os coletivos – por mulheres negras que, mesmo com toda a sobrecarga de serem mulheres negras, conseguem ainda liderar várias iniciativas nesse sentido. O Estado está tendo que acompanhar o movimento. Tem uma coisa que eu pensei agora que é muito engraçada: o Estado está tendo que acompanhar o movimento e o movimento está tendo que acompanhar, eu diria... eu vou falar uma palavra mas não é nada relacionado à questão recente mas, por exemplo, as pessoas dos campos das Artes aqui, eu acho que elas são as mais preparadas para discutir essas questões revolucionárias. Eu estou falando desses três campos porque eu trabalho com esses três campos: Artes, Ativismo e Academia. Então eu acho que o Estado está tendo que correr atrás do movimento e o movimento está tentando correr atrás da galera das Artes, para tentar, de alguma forma, relacionar tudo isso. Tentando responder à tua questão de

uma forma mais precisa: só isso. Eu não vou te responder, eu vou te indicar um negócio para ler, posso?

**E: Com certeza, agradeço.**

P1: Tem um livro bem pequenininho, bem querido, de uma intelectual que foi muito importante na política do Brasil, no governo não só do Lula e da Dilma também, que fez parte desse processo todo que eu acompanhei e por acaso fez, ou doutoramento ou *pós-doc* com o Boaventura, que é a Nilma Lino Gomes. Ela foi ministra do governo e ela tem um livro chamado *Movimento Negro Educador*. Ele é muito bom porque ele vai exatamente falar dessa educação que acontece no meio da rua, falar o óbvio. O mais difícil para a gente hoje em dia é meio que falar o óbvio, então acho que ela ajuda a entender como é que esse movimento, essas associações, porque é tudo muito complicado. No doutorado eu também estou trabalhando com a educação antirracista e eu peguei o SOS Racismo, peguei outra associação e o EducAR, e outros coletivos aqui de Lisboa. É muito louco porque aí você tem coletivos mais importantes, menos importantes, com hierarquias, aí você fala com quem, pede licença a quem, vai para onde... é como se eu estivesse entrando numa repartição pública, a dinâmica é a mesma, enfim. Essa mesma questão a gente também discute muito que é esse decolonial, "ai vamos destruir todas as colonialidades". Gente, a gente vive em função delas aqui em Portugal, as lógicas são todas coloniais, a gente conserva tudo muito enraizado. Não sei se eu respondi, vamos para a última.

**E: Vamos para a última. Eu queria perguntar, por fim, se o Danilo acha que a emancipação negra – emancipação aqui no sentido, enfim, de uma vida livre de discriminação e preconceito – será, algum dia, ou poderá vir a ser uma realidade em Portugal?**

P1: Sem previsão, assim, sem previsão. O mundo pegando fogo, apocalipse, como que eu vou responder a uma coisa dessa? Não, olha, é porque se a gente falar da

emancipação negra, a gente está esquecendo da emancipação... pensando na tríade portuguesa, né, considerando os ciganos também, né, e isso é outra questão para a gente, que fica sempre o racismo anti negro. A gente esquece outros, que até é o que a gente veio despertando para não ficar sempre discutindo o mesmo, sabendo porque enfatizamos tanto nisso mas não esquecendo os outros. Ou seja, fica difícil de responder porque é como se os direitos dos negros fossem salvar Portugal. Ficaria uma coisa meio... uma vingança, né, não sei... eu só acho que a forma de se fazer o racismo estrutural e as formas de se fazer antirracismo em Portugal, elas não são democráticas. Arrisco, hein... Vamos voltar lá aos valores de abril. Eu acho que esqueceram a parte da revolução na revolução, então é preciso falar sobre isso. É muito engraçado, por exemplo, eu falar com pessoas cravistas, porque eles conseguem comungar a Revolução dos Cravos e as Grandes Navegações de uma forma brilhante. Então é tudo muito complicado aqui nessas costuras históricas. Eu acho que é esse exercício da democracia mesmo... No fim das contas, o que pega talvez não seja o racismo ou o antirracismo, seja o salazarismo também, porque não é com essa Revolução de Abril, com todo o respeito, que se construiu a democracia. Se a gente tem todos esses problemas ligados ao racial aqui dentro desse país é porque não tem como, não tem. E aí é que fica uma paisagem incompleta. Por isso eu acho que as pessoas se fazem – com todo o respeito aos loucos, não sendo capacitista – de loucas, porque você não pode nem levar muito a sério, porque senão você não consegue sobreviver, vai ficar tudo muito doloroso e impossível de sobreviver. E se fazer de louco também não vai adiantar muita coisa, então como conviver ou como sobreviver nesse contexto onde a gente tem uma História mal digerida, de ambas as partes, as pessoas precisam conversar, fazer as pazes, mas isso não vai acontecer e isso não vai acontecer porque as estruturas não vão permitir que isso aconteça. Eu acho que... eu até concordo que Portugal tem aberto as portas da Europa para o mundo, mas agora seria a hora de ser humilde e aprender com esse mundo que ele descobriu, digamos assim. E orgulho é uma coisa muito forte aqui, sabe? Se a gente voltar lá no HGP, as pessoas são formadas para terem esse orgulho de plástico, então é tudo muito complicado, por isso que eu também... eu vou só falar uma coisa que é muito delicada e que nos chama também muito a atenção: essa História recente, ela se faz das guerras coloniais, lutas de libertação, heróis, heroínas. Eu costumo falar que, para a gente no Brasil, isso não existe, esse imaginário... o herói era o Pelé, o jogador de

futebol. O herói é meu pai, o herói é minha mãe, né, tipo, a gente não tem essa liderança. Essa distância... a gente também teve duas ditaduras militares, uma independência que foi uma canetada, a gente não teve uma luta de libertação como nos PALOPs, então não acredito em super heróis. Estou falando isso porque fica os portugueses com esse orgulho dos heróis do mar e fica esses herdeiros dos PALOPs com essas suas referências. Foi agora 50 anos do assassinato do Cabral, mas o Cabral, as outras lideranças todas, Agostinho Neto, etc, ainda está muito fresco, então aí você entra com a linguagem de mercado, por exemplo: liderança. Pronto, acabou com tudo. Lá no Brasil o Paulo Freire tem uma grande relevância no país todo, não só no mundo mas no país todo, e tem muito essa questão da autonomia, da sobrevivência, da criatividade. Você tem que produzir as respostas. Eu acho que, culturalmente, por uma série de fatores, a gente vai por outros caminhos e, querendo responder mas sem ter como, isso tudo só vai se resolver com o tempo. O bacana seria, o que eu acredito para Portugal seriam iniciativas revolucionárias num país pequeno, uma coisa no país todo, uma campanha na televisão pública toda, para todo o mundo assistir, para todo o mundo acompanhar, para virar assunto no café, sabe? Não ficar discutindo CHEGA *versus* Mamadou e Joacine, isso é cruel, minha gente! É um partido, várias pessoas anónimas contra duas pessoas, mas passa um programa na televisão para todo o mundo conversar amanhã no café. As pessoas vão ter que se posicionar, argumentar, vão ter que fazer esse serviço, né? Fica muito o bem contra o mal. E é esse negócio, o bem nunca vence porque o mal é terrível.

**E: Infelizmente é a verdade. Penso, então, que chegamos ao fim. Não sei se o Danilo tem alguma questão a colocar ou algo a acrescentar...**

P1: Eu queria que você... você fez o convite para mim, eu entendi, mas eu partilhei lá no grupo. As pessoas não apareceram porque a dinâmica é muito complicada, a gente não tem... é isso que é engraçado, a gente mora numa comunidade mas não mora todo mundo no mesmo lugar. É complicado mas é o bom também, é o gostoso. Então que eu queria te falar é só que eu estou na frente desde o começo porque tive a iniciativa de nomear, organizar as pessoas, organizar um monte de coisas, chamar gente, mas se não

fosse uma maioria de mulheres eu não conseguia fazer nada disso. Sempre fico eu na frente, pela questão da coordenação mesmo e porque isto é uma atividade minha que eu abraço e da qual eu sou o motorzinho, mas sem essas outras mulheres... a gente já tem o costume de falar que não é só essa questão do racismo, mas vem sendo necessário também falar da questão dos feminismos e combater a fobia LGBT, e estamos nesse trio. É nesses três pontos que a gente concorda.

**E: É mesmo isso, é preciso intervir em todas as frentes. Danilo, mais uma vez muito obrigada pela participação e pela disponibilidade, damos assim por encerrada esta entrevista.**

P1: Obrigado pela paciência e pelo convite. Se precisar de alguma coisa você fala, né, nessa reta final, se eu puder ajudar em alguma coisa não tem problema nenhum, é só falar.

**E: Muito obrigada mesmo, a sua colaboração foi preciosíssima, obrigada, Danilo.**

P1: Obrigada eu, qualquer coisa você fala.

**E: Assim farei. Mais uma vez obrigada.**

FIM DA ENTREVISTA

## **Anexo 2**

### INÍCIO DA ENTREVISTA

E = Entrevistador

P2 = Participante

**E: Se podemos começar, eu gostaria só de começar pedindo-lhe que se apresentasse, por favor.**

P2: Hmm... não há muito para dizer. Eu sou ativista do... sou a Marta Pereira, sou ativista da associação SOS Racismo desde 1996, portanto já há bastante tempo... A minha profissão – estou numa área completamente distinta – sou designer industrial de formação e de profissão, estou a exercer a meio tempo (vou a uma entrevista amanhã, vamos ver como é que corre), está muito complicado, é uma área difícil... com 20 anos de experiência é complicado, portanto eu já excedi a idade, digamos assim, portanto sou um bocado velha para trabalhar nesta área, mas pronto, vamos ver. Portanto a minha vida está assim um bocadinho no limbo, mas pronto, a minha participação, o meu ativismo não esmorece, continuo a dar o meu melhor em prol da luta contra o racismo e a discriminação.

**E: A Marta referiu que está envolvida com o SOS Racismo desde 1996. Foi esse o seu primeiro envolvimento com o movimento ativista?**

P2: Sim. Eu conhecia pessoas que já estavam no movimento, achei que era um tema que não era discutido, aliás, continua a não ser, não é? Pelo menos de uma forma séria e global e abrangente... portanto achei que fazia todo o sentido e a minha envolvência – tal como qualquer outro, tendo em conta que somos todos voluntários e que todos nós temos uma profissão, trabalhamos em áreas distintas e damos do nosso tempo livre à

associação, portanto é óbvio que o nosso trabalho se reflete um bocadinho em função da disponibilidade dos recursos que vamos tendo e o próprio envolvimento das pessoas vai mudando – até ao início do ano 2000 foi um bocadinho periclitante porque não havia um núcleo ativo aqui no Porto. Foi com a vinda de dois ativistas de Lisboa para cá que as coisas começaram a mudar um bocadinho, começamos a reunir, eventualmente a arranjar um espaço-sede, portanto as coisas a partir daí mudaram. Eu diria que nos últimos 20 anos a coisa aqui no Porto se compôs, foi compondo e, de facto, neste momento é um núcleo que está ativo e nunca mais parou. Somos mais ou menos 10 pessoas, umas mais ativas do que outras, mas pronto, o núcleo compõe-se mais ou menos por 10 pessoas. Mas sim, foi a minha primeira... o meu primeiro contacto com o ativismo, que é ativismo político, essencialmente, é essa a nossa vertente de trabalho. Sim, até porque tinha pessoas próximas ligadas a partidos políticos, pronto, houve ali alguma aproximação e para mim fez, na altura, todo o sentido e continua a fazer, aliás, porque eu acho que é algo que não é, de facto, não é discutido. Continua a ser um bocadinho tabu, portanto... foi o primeiro contacto. Claro que me fui envolvendo – através do SOS Racismo – vou-me envolvendo noutras lutas porque, evidentemente, as questões interseccionam-se, portanto não podemos falar de racismo sem falarmos em capitalismo, sem falarmos na discriminação de género, na questão da habitação... tudo o que discrimina e exclui socialmente as pessoas está interligado, portanto eu costumo olhar para isto como uma pirâmide: no fundo da pirâmide está eventualmente a mulher negra, imigrante e pobre, não é, tem aqui quatro fatores que a discriminam mais do que qualquer outra pessoa, e no topo está o homem branco cisgénero e rico, portanto todas estas camadas que se vão intercalando – a questão de classe, tudo isto – tudo isto obviamente está interligado e nós não podemos achar que o racismo é um fenómeno isolado, porque não é, são questões de poder, são questões políticas de manutenção de poder e de privilégio, portanto não podemos ver as coisas preto no branco e, de facto, nós vamo-nos, de alguma forma, envolvendo com outras lutas, evidentemente, sempre que é possível.

**E: Claro. De acordo até com o que a Marta estava a dizer, desde esse primeiro momento certamente já teve experiências noutros ramos desta área do ativismo.**

**Queira-lhe perguntar se poderia descrever algumas delas que porventura tenham sido mais significativas, quer seja participação em manifestações ou participação online, militância, voluntariado...?**

P2: Sim, eu diria que a minha participação mais... que durou mais no tempo foi a minha participação na organização da Marcha LGBTQIA+ aqui do Porto. Nós, neste momento, posso dizer que não estamos em pleno na organização. Na altura nós até fazíamos as reuniões na nossa sede, pronto, e eu estive durante três anos, depois estive... até porque nós tentamos fazer ou ter alguma rotatividade nestas funções, ou seja, para que todas as pessoas que participam no SOS tenham esta experiência de participar com outros núcleos, de fazer determinadas atividades, nomeadamente as administrativas. De alguma forma temos esta possibilidade de ir experimentando várias funções e tarefas dentro da associação. Eu estive cerca, na altura, de três anos com a organização da Marcha. Foi muito interessante porque há muita discussão, há pouco consenso, aliás, que é o que acontece também dentro do próprio SOS, nós discutimos imenso tudo e raramente é consensual, portanto há posições diversas e vale o que vale, a democracia aqui impera, portanto depois a maioria... se for preciso tomar uma decisão, é a maioria que vence. Era um bocadinho ali o que se passava durante a organização das Marchas, durante as reuniões às vezes era complicado, "quem é que incluímos, quem é que não excluimos", portanto discussões, não só a nível político mas a nível de funcionamento. Havia ali eventualmente alguma questão de ego, diria eu, entre algumas pessoas, o que é normal, acho que faz parte da condição humana, portanto às vezes afastávamo-nos um bocadinho das questões políticas e personalizávamos um bocadinho mais as discussões, mas fazia parte, e aliás, isso é um processo, eu diria, de aprendizagem, porque estamos um bocadinho fora da nossa zona de conforto – eu não estou a discutir racismo, estou a discutir outras coisas – e é sempre interessante perceber os diferentes pontos de vista e como nós próprios nos posicionamos enquanto associação perante estes desafios. Eu diria que esse foi, se calhar, o que mais me marcou porque perdurou no tempo durante aqueles três anos. Foi bastante intenso. Entretanto nós vamos fazendo alguns projetos, sempre que arranjamos financiamento tentamos desenvolver alguma atividade que, para nós, faça sentido, e eu estive a gerir um projeto, que é o "Não Engolimos Sapos", muito interessante, com a comunidade cigana. O projeto correu

bem, estava muito bem estruturado, fui eu e uma colega que lideramos um bocadinho o processo e depois ela teve de se ausentar, fiquei eu um bocadinho com a gestão. Foi difícil porque eu trabalhava oito horas por dia, portanto gerir um projeto e durante o dia ter de contactar entidades e... foi algo que não voltarei a fazer nessa circunstância, como é evidente, mas, apesar de tudo, eu acho que correu bastante bem. E por isso é que os projetos – na minha perspetiva – os projetos financiados são importantes por isso, porque eu acho que há aqui alguma perversidade nos projetos financiados, que é... isto é uma constante procura e o financiamento tem uma linha de tempo. Nós lidamos com problemas que perduram, portanto se eu arranjo um financiamento de 1 de janeiro a 31 de dezembro, a 31 de dezembro o problema não desaparece, mas o dinheiro desaparece e nós temos de arranjar forma de continuar a trabalhar, por isso isto também é um bocadinho perverso. E eu tenho assim um bocadinho "*mixed feelings*" acerca da questão dos financiamentos, mas é uma posição um bocado minha e, apesar de tudo, eu acho que há sempre vantagens. Isto para dizer que este trabalho nos aproximou de comunidades que não conhecíamos, até porque o projeto dava-nos possibilidade de trabalhar com organismos informais, ou seja, as comunidades ciganas, neste caso, jovens, de diferentes pontos do país organizaram-se em associações informais, portanto não eram associações formadas... porque isto depois é um problema, não é, a formalização, toda a burocracia associada impede, muitas vezes, que se faça este trabalho. O projeto permitiu isso, portanto, houve jovens que se organizaram propositadamente para trabalhar connosco e foi super interessante porque foram eles que decidiram tudo. Nós simplesmente orientamos o processo, tivemos uma ação de formação, um fim de semana que foi super intenso – "o que é que queremos fazer, que abordagem é que queremos ter" – e foi um projeto muito, nesse ponto de vista, muito positivo, porque eles e elas sentiram que tomaram ali um bocadinho as rédeas do processo e teve uma abordagem, eu diria, muito positiva. A ideia era ir ao comércio local, discutir com – discutir de um ponto de vista positivo sempre – com o comerciante e tentar convencê-lo a remover o sapo da loja. Em troca dávamos um dístico para por na porta – "aberto à inclusão, fechado ao preconceito" – com a imagem do sapo, nós tínhamos uma imagem própria, tínhamos t-shirts, portanto eles iam vestidos, eram uma equipa de rapazes e raparigas das comunidades ciganas locais e iam com uma t-shirt, com um desdobrável também criado por nós a explicar o que é

que se passava, e a ideia era um bocadinho eles próprios terem esta interação positiva com a comunidade maioritária, neste caso, com os comerciantes. Eu diria que o projeto correu bem. Teve, obviamente, alguns percalços, nós não tínhamos todas as ferramentas para fazer o trabalho pleno, falhou-nos ali um bocadinho a avaliação final... mas correu muito bem, o fundo que nos – era financiado exclusivamente com fundos nacionais, portanto, não era financiamento europeu – e correu muito bem. Eu diria que, na altura, houve muita participação das entidades locais, das Câmaras, e houve alguma vontade de dar visibilidade. É óbvio que foi – é sempre – pontual. Nós gostaríamos, evidentemente, de... o nosso plano era criar um mapa, a nível nacional, das lojas, tipo "lojas inclusivas", as lojas que tiraram os sapos, e podíamos sinalizar isso e divulgar isto: "este comerciante teve a atitude de fazer estas coisas". Alguns sapos até foram partidos durante o processo. Isto correu muito bem, isto é sempre uma questão de *timing*. Nós quando iniciamos o projeto, a Leonor Teles ganhou o – acho que foi o Urso de Ouro, em Berlim – precisamente com um documentário sobre os sapos: é que ela faz isso, ela entra nas lojas a sambar com o sapo e parte o sapo quando sai da loja. O documentário é muito interessante, ela é filha de pai cigano e de mãe não cigana, portanto ela tem muita preocupação com estas temáticas e na altura o documentário ganhou o prémio – Urso de Ouro, se não estou em erro – e pronto, também foi noticiado, foi super importante e foi o *timing* perfeito. A partir daí nós iniciamos o nosso projeto e eu diria que teve esse impacto junto da comunicação social. Nós tivemos a comunicação a vir falar connosco, depois do projeto acabar tivemos a BBC e a Al Jazeera a falar connosco, porque queriam perceber a questão dos sapos porque lá fora isto não acontece, é uma coisa muito nossa, portanto a curiosidade aguçou um bocadinho todo o processo. Eu diria que também foi uma coia onde eu me envolvi bastante e também foi um bocadinho o motor para algumas associações ciganas ganharem alguma coragem, diria, porque se sentiram um bocadinho empoderadas por isto... e nós vamos mantendo contacto com esses grupos informais, com algumas pessoas, algumas delas já estavam ligadas a outras associações, diga-se, portanto... isto é importante para ganhar, para fazer este trabalho de rede, que muitas vezes nos falta. Nós não temos recursos humanos e não abordamos um tema de uma forma consistente, às vezes é difícil. Este trabalho vai sendo feito mas é muito pontual, não é feito de uma forma contínua, portanto isto permite-nos aproximar de outras organizações, eventualmente

de outras organizações até governamentais, porque vamos, lá está, ganhando alguma confiança com, por exemplo, autarquias. Eu diria que isso é o lado positivo dos projetos financiados. Fomos tendo outros, agora temos a MICAR – a Mostra Internacional de Cinema Anti Racista – que é organizada aqui pelo núcleo do Porto e isso consome-nos muito tempo. Nós estamos o ano inteiro a trabalhar para três dias, que este ano vão ser no Cinema da Batalha, que foi agora renovado, e há toda uma expectativa, mesmo em relação ao espaço e tudo, portanto já... e acho que já vamos atrasados. Nós fazemos tudo, fazemos a programação, fazemos a seleção dos filmes, o tema, depois pronto, todo o trabalho que isso implica, convidar pessoas, por aí fora... Eu diria que também, para mim – mas isto é um trabalho exclusivo do SOS, aqui não temos parcerias... é óbvio que vamos também criando algumas redes de contacto com distribuidoras, com produtoras, portanto isto vai ser a décima edição já, portanto à medida que o tempo passa também vamos criando aqui algumas redes de contacto, porque também é importante.

**E: Eu queria-lhe perguntar: a Marta considera que essas formas de ativismo que descreveu, como por exemplo essas associações mais informais, esse tipo de iniciativas mais "de rua" têm sido formas eficazes de mudança política e mudança social?**

P2: Eu acho que sim, aliás, não tenho dúvida nenhuma. Eu acho que a grande vantagem das redes sociais é essa. Aliás, uma das maiores manifestações antirracistas do país – um bocado no rescaldo do que aconteceu nos Estados Unidos com o assassinato do George Floyd – tivemos a Cláudia Simões aqui, que também foi atacada por um agente da autoridade, tivemos alguns acontecimentos que despoletaram um bocadinho esta sensação de que era preciso fazer alguma coisa. Temos pena que tenha que tenha de ter acontecido um caso muito mau para as pessoas fazerem alguma coisa mas, apesar de tudo, foi uma organização, foi tudo orgânico, foi através das redes sociais que se convocaram as pessoas, depois essas pessoas começaram a perceber que havia esta vontade, começaram a contactar outras organizações – aí sim, ONGs, nomeadamente o SOS – e foi a maior manifestação antirracista em Portugal, desde sempre. E não foi

organizada por nenhuma das associações antirracistas nem... nós andamos nisto há 32 anos, portanto, é muito tempo, e isto mostra... a greve climática estudantil, eles mexem-se muito através das redes sociais e de contactos de e-mail e nós também lá estamos... questões da habitação, tudo hoje é feito com comunicados, e isto obviamente tem um impacto: abaixo assinados, por exemplo, se nós reunirmos não-sei-quantas mil assinaturas a questão pode ser discutida no Parlamento. Depois as pessoas começam a perceber que há formas alternativas e que não têm que recorrer às associações já existentes para fazerem alguma coisa. E esse sempre foi o nosso objetivo, ou seja, eu sou branca, não é? Que moral tenho eu? Pronto, é um assunto que me preocupa porque acho que todos nós temos que ter esta preocupação. Eu vivo numa sociedade. Se eu acho que a sociedade não é justa, tenho que lutar para que ela seja. Para mim é lógico, não consigo deixar de fazer o que faço enquanto não viver numa sociedade em que a outra pessoa, só porque tem uma cor de pele ou uma origem diferente da minha, não tem as mesmas condições que eu tenho de vida, não tem o mesmo acesso, quando o elevador social não funciona. Por causa da escola ou podemos aqui abordar outras questões... Portanto, todas estas estratégias de – que não necessariamente ir para a rua, podem ser a nível, lá está, de pressão legislativa, a nível de um número suficiente de assinaturas – e eu acho que as pessoas quando começam a perceber que este formalismo às vezes atrapalha em vez de ajudar. Portanto, estes movimentos que surgem de uma forma mais orgânica e com isso também não quero dizer que sejam desorganizados, antes pelo contrário, as coisas discutem-se na mesma mas de outra forma, pronto, não há reuniões formais nem atas, há outra forma de avançar com ações. E manifestações, sim, nós tentamos estar – eu, pelo menos, tento estar – em todas elas. Ainda temos agora na greve de 8 de março, lá está, não estamos formalmente, mas estamos mais ou menos a acompanhar o que se vai fazendo e dia 8 de março estamos na rua para a greve feminista. Também o fazemos, lá está, da forma que vamos podendo fazer. Agora, não nos imiscuímos de participar e sempre que nos convocam nós obviamente que gostamos de estar presentes e isto é o lado positivo, que é que há muita coisa a acontecer e nós não estamos na liderança, não é, e isso é bom, porque acho que são as comunidades ciganas que têm que defender... têm que se defender e têm que, de uma forma ativa... com o ativismo político que nós também fazemos, serem eles a fazer. Eles têm que dominar a luta porque é muito mais... faz muito mais sentido – são

eles que sentem na pele, a discriminação, portanto quem melhor do que eles para saber falar sobre ela? Eu não tenho que advogar agora pelas comunidades ciganas todas, eu sou branca, nunca sofri discriminação na pele, só por ser mulher, mais do que isso... Portanto, acho que esse é o caminho e sempre que nós vemos estas coisas a acontecer achamos que é, para nós é uma vitória, evidentemente, porque não somos nós, são eles enquanto movimento que se estão a organizar e as redes sociais, sim, toda esta nova forma de comunicação veio ajudar imenso. Eles são super ativos no Facebook, pronto, nós vamos seguindo com atenção o que se vai fazendo, criam grupos de trabalho, criam tanta coisa, campanhas de sensibilização, há tanta coisa a ser feita.

**E: As pessoas referem, por vezes, que o seu interesse em participar em ações de cariz ativista – sejam de que índole forem – se depara com diversos obstáculos, seja financiamento, sejam recursos, seja falta de tempo, enfim, mil e uma razões. Tem sentido alguns obstáculos à sua participação política ao longo deste percurso, a nível pessoal ou associativo?**

P2: A nível pessoal não, aliás, quer dizer, em não-sei-quantos anos de ativismo alguma coisa mudou? Mudou muito pouco. Se eu pensar nisso, se eu fizer aqui um balanço, uma retrospectiva do trabalho que eu tenho feito no SOS, eu amanhã já não estava aqui, já tinha desistido, não é? Porque não há consequências, eu não vejo mudanças estruturais na sociedade, não as vejo, evidentemente não vejo, porque isto é um problema estrutural, é... o racismo alguma vez vai deixar de existir? Eu convictamente acho que não. Isto de uma forma fria e se calhar um bocadinho pessimista, que eu não sou a pessoa mais otimista à face da Terra, diria que não, até porque as coisas estão interligadas: enquanto tivermos o sistema que temos, nomeadamente o sistema capitalista, estas desigualdades vão persistir, portanto são estruturais, estão culturalmente embebidas já quase no nosso código genético. É uma luta inglória? É, esta é David *versus* Golias. Aqui obviamente que os obstáculos são imensos porque vivemos aqui numa espécie de... num estado paradoxal, porque é assim, o governo e as entidades públicas, e até a União Europeia, reconhecem que há um problema de discriminação na Europa e em Portugal. Reconhecem, financiam programas - há um programa, há um

plano de integração para as comunidades ciganas há 10 anos e vai ser prolongado porque as medidas não alcançaram os objetivos que estavam previstos, portanto vai ser alargado não-sei-quantos anos – e eu vou estando atenta aos relatórios que vão saindo. Há um plano nacional de combate contra o racismo e a discriminação, do Governo português, com uma série de medidas que, enfim, não deixam de ser boas intenções, não é, enquanto a gente não vir as coisas a acontecer são boas intenções: está no papel, vale o que vale. Portanto reconhece-se, a nível governativo, que o problema existe, o problema é que nós não queremos agarrar o boi pelos cornos, como se costuma dizer. A sociedade continua a não querer discutir as coisas de uma forma séria e enquanto isto não acontecer não vai mudar absolutamente nada. Há aqui um misto de decepção, raiva, não sei, há milhentos adjetivos que eu posso aqui aplicar. Paralelamente, desde que nós existimos, as fontes de financiamento simplesmente não existem. O SOS sobrevive das quotas, da quotização dos sócios, de donativos – que, felizmente, é uma boa percentagem do dinheiro que vamos recebendo, porque as pessoas acham que é uma causa que devem apoiar e contribuem, seja com o que for, não nos interessa, não é, mas... pronto, e há aqui uma parte da sociedade que acha que isso é importante. Portanto produzimos livros, temos publicações próprias, isso também nos dá algum retorno – é preciso investir primeiro para depois ter esse retorno, mas vamos conseguindo fazê-lo – e depois com estas atividades paralelas mais de índole cultural, digamos assim, também vamos conseguindo financiamento. A MICAR vai ter, pelo segundo ano, o financiamento da Câmara do Porto, que nunca teve. O que a Câmara fazia era ceder o espaço do Rivoli, o que, em si só, é importante, porque se nós tivéssemos que alugar o pequeno auditório do Rivoli nunca teríamos feito a MICAR porque só o aluguer do espaço é caríssimo. Esta parceria temos obviamente que agradecer à Câmara do Porto, mas há um retorno. Nós somos dos poucos ciclos de cinema que conseguiam encher o pequeno auditório no Rivoli, a verdade é essa, portanto é óbvio que a Câmara tem um retorno e depois dá sempre aquela sensação de que "ai, nos até somos amiguinhos da [incompreensível], nós participamos, damos o lugar", como é evidente, não é, não é por altruísmo ou porque... não é, é porque também lhes convém, como é evidente, nós temos noção disso e também temos que o aproveitar, a lorpice aqui já acabou há muito tempo. Também temos que saber usar do sistema porque, de facto, nós estamos no sistema. Embora lutemos contra ele,

infelizmente nada se faz sem dinheiro, e nós temos que perceber que o trabalho também dá frutos e o reconhecimento que a MICAR é um fenómeno cultural na cidade porque é a única mostra antirracista que existe e onde se discutem as coisas a sério, quer dizer, essa visibilidade permite obviamente que consigamos fazer a mostra sem recursos próprios, ou seja, o financiamento cobre as despesas. Temos de estar sempre a por o dinheiro do SOS, portanto isto é sempre um problema, é o eterno problema, é como é que nos financiamos as atividades, como é que nós fazemos isto e aquilo e aquilo... Eu pego no meu carro (agora não que tive que vender o meu carro porque, enfim, não é, a vida não está fácil) mas pegamos em nós próprios e pagamos um bilhete de comboio e vamos fazer uma atividade numa escola e pronto, e é assim, a associação paga se puder, se não puder, não paga e não é uma questão. Nós damos do nosso tempo e se for preciso damos do nosso dinheiro, porque é assim. Agora, se eu acho que isto é correto? Não, não acho de todo. Eu acho que eu também cheguei a uma altura da minha vida que eu acho que as coisas para serem sustentáveis a todos os níveis tem que haver aqui alguma forma de sustentabilidade financeira que não seja andarmos sempre "ó pai, ó pai, ó pai", não há dinheiro para nada, não é? E aqui há diferentes perspetivas, e realmente começarmos a pensar mais seriamente em linhas de financiamento, pronto, tem um bocadinho este efeito de "pescadinha de rabo na boca", não é, porque acaba e depois arranjar este projeto, e depois andamos sempre nisto... e isto também queima recursos humanos. Enquanto as pessoas lá estão a trabalhar para... porque os projetos são cada vez mais exigentes, a todos os níveis: a nível de fundamentação, rigor, orçamento. É muito complicado, são às vezes meses de trabalho, eu tenho essa experiência já e ainda por cima não conseguimos o financiamento, portanto, é claro, o trabalho fica na gaveta e pode ser aproveitado no futuro, mas é um bocadinho inglório. Portanto isto para dizer: entraves há muitos. Até porque mesmo nas organizações financiadoras há um bocadinho esta ideia que o trabalho na área social é muito bonito porque se recorre muito ao voluntariado. Já tive essa resposta de uma fonte de financiamento porque estávamos a fazer as contas, por alto, "então, mas se eu estiver não-sei-quantos meses a trabalhar e tiver um funcionário a tempo inteiro, o dinheiro não sobra" e a pessoa em questão disse-me "então recorra ao voluntariado!"... Portanto financia-se para a gente ter que recorrer na mesma ao voluntariado. Isso foi uma resposta dada em pleno auditório. Continua-se a achar que este tipo de trabalho ativista

continua a ser essencialmente voluntário, portanto há um bocadinho esta ideia e eu também gosto muito dela, mas confesso que me custa, porque eu tenho contas para pagar, só estou a trabalhar a meio tempo, tenho problemas financeiros, obviamente, e se eu puder estar a trabalhar e a receber eu não deixo de ser ativista por isso... mas há algum retorno e não necessariamente para mim, para a associação. Haver aqui qualquer coisa que nos permita fazer o trabalho melhor, de uma forma melhor porque, por muito... eu tenho um bocado a ideia – todos nós temos um bocadinho essa ideia – que o que transparece para fora é uma organização super estruturada. Nós quantas vezes recebemos convites de pessoas que querem estagiar no SOS – não é possível, não temos pessoas para acompanhar um estágio sequer, não temos tarefas, não temos trabalho que faça sentido ter uma pessoa a trabalhar. As nossas atividades são quando dá. Às vezes estamos semanas em que não temos... temos pontualmente... temos aquelas tarefas administrativas que ninguém quer fazer, nem vamos por um estagiário, numa associação antirracista, a responder a e-mails, isso não é... é só disparatado. Isso é um dos grandes entraves. Evidentemente outro grande entrave é o que e já disse, é pouca disponibilidade para discutir as coisas de uma forma séria porque isto tem muito a ver com a nossa memória histórica, com o nosso orgulho nacional, seja lá o que isso for... Portanto é muito difícil porque acham que nós nem sequer somos patriotas, como se isso tivesse alguma coisa a ver. E depois são estas conversas paralelas que só ajudam a não ir ao foco da questão, são pontos de distração, que é continuar a perguntar "Portugal é um país racista?", quantas vezes nos perguntam isto... ó amigos, já passamos essa fase, *hello*, menos. É evidente que Portugal é um país racista e não estou a apontar o dedo a A, B ou C... depois as pessoas pessoalizam isto. Isto tem um fundamento de psicologia muito grande e nós temos psicólogos na associação, e é muito difícil que as pessoas não pessoalizem a questão do privilégio branco, da branquitude. Eu senti isso, a primeira vez que alguém me apontou o dedo eu fiquei a pensar... Portanto a minha abordagem agora quando eu chego a um debate é assumir que eu sou racista. Se eu venho de uma cultura racista onde culturalmente me foram passadas uma série de visões do mundo, eu tenho que assumir que intrinsecamente sou racista - tenho é que combater isso, olhar para dentro e pensar "bem, o que é que eu posso fazer?", porque todos nós temos isto cá dentro, não é? Portanto e as pessoas pessoalizam. A partir do momento em que se pessoaliza, a pessoa acha que eu estou a apontar o dedo... A

questão da reparação – "ah mas eu tenho alguma culpa que há 500 anos...?", não. A questão é que, hoje em dia, o nosso privilégio vem precisamente do que nós fizemos há 500 anos, da forma como exploramos o mundo e continuamos a explorar. Nós somos os sobreviventes da exploração, a culpa não é diretamente nossa, mas nós temos a obrigação moral política, social, seja lá o que isso for, de tentar mudar as coisas. Portanto eu diria que isto é outro... ir para as redes sociais discutir estas coisas é tão cansativo, nós já desistimos. Quando achamos que a coisa está a ultrapassar os limites, a gente intervém. Até lá, deixamos as pessoas falar, porque não há como gerir uma página de Facebook, por exemplo, do SOS sem no outro dia estar em casa deprimido porque se leu... e as respostas são... não há condições, como é evidente, ninguém tem estrutura mental para gerir isto. Todos estes processos também nos obrigam a, de vez em quando, fazer aqui alguma procura de novas estratégias, não é, como é que a gente combate a extrema direita, como é que... isso também é a eterna discussão. Não é fácil, o método não é... se nós optamos por uma via, estamos-lhes a dar visibilidade, se não fazemos nada estamos também a ser permissivos, e esta linha é muito ténue. Eu acho que, pronto, tirando as pessoas que estão do nosso lado - e cada vez são mais - até temos felizmente pessoas da Academia, pessoas que estudam isto, jornalistas, *opinion makers*, portanto, pessoas da sociedade que têm algum peso e que também fazem esse papel que é importante, que é o de validar (não gosto muito da palavra "validar" mas pronto, é a única que me ocorre) um bocado o trabalho que nós fazemos, não é, nós estamos aqui um bocado a caçar gambuzinos ou então somos loucos e andamos aqui, não é... Eu diria que isso é bom, mas também ao fim de 32 anos mau era. Acho que é o percurso possível, agora, está tudo por fazer. Não vejo assim grande vontade de mudar mas vamos ver agora com este plano como é que as coisas correm.

**E: Eu não sei se a minha próxima questão não será um bocadinho repetitiva, mas se calhar pegando na ideia que a Marta falou do orgulho nacional e da nossa memória histórica ainda ser de um passado que, apesar de tudo, é um passado muito recente e que parece que impede as pessoas de falarem sobre isto e de pensarem sobre isto, queria-lhe perguntar quais é que são os entraves mais estruturais ao sucesso das propostas antirracistas em Portugal?**

P2: A teoria lusotropicalista impera hoje porque mantemos esta visão, nomeadamente nos manuais escolares, que é uma coisa que andamos a falar sobre isto há... não sei, há muitos anos, portanto a própria escola compactua com a visão lusotropicalista de que nós fomos uns bons colonizadores, miscigenamos, portanto fomos os únicos colonizadores que nos misturamos... enfim. Para já, temos uma visão eurocêntrica, não é, portanto, contamos a história do nosso lado mas somos incapazes de ouvir a história do outro lado. E depois é toda a forma - que eu acho que é a mais violenta - que é de apagar a História do Outro. Os povos que foram colonizados, nós não sabemos a história deles, deixaram de poder falar a sua própria língua, deixaram de ter os seus próprios nomes: os nomes foram europeizados. Portanto, esses povos deixaram de ter essa memória histórica. Essa é a forma mais violenta de... não sei... de controlar povos inteiros. Essas pessoas deixaram – foram obrigadas a aceitar a cultura de outra pessoa que a impôs. Quer dizer, isto é evidente, não é? Isto é evidente. Ainda no outro dia estávamos a discutir - foi muito interessante, na apresentação de um livro onde estivemos a participar do... não me lembro do primeiro nome... qualquer coisa Vasconcelos... "Memória"... tenho aí o livro, já o vou buscar – precisamente a experiência dele enquanto viveu em Moçambique, porque ele compara muito a questão, por exemplo, de Moçambique com o regime do Apartheid, não é, que foi muito falado, também durou, infelizmente, até muito tarde... A única diferença, e com o que havia nos Estados Unidos, é que no banco do jardim não dizia lá "só para brancos", porque os negros sabiam que não se podiam sentar, apesar de não estar lá escrito. É a única diferença. O regime de Apartheid e, aliás, a escravatura, perdurou o tempo todo. Todas as casas – umas mais, outras menos, lá está, depende do estatuto social – tinham empregados negros, fosse a cozinheira, fosse... Contratava-se – isso eu não sabia, fiquei a saber – não se contratava porque não havia contrato, mas arranjavam miúdos negros, portanto que eram obrigados a viver na casa, não era o filho da ama... era um miúdo que ia lá parar a casa para brincar com o colono branco. Até a criança era obrigada a estar ali, eles não eram amigos, mas tinha-se um bocado esta ideia, "nós até temos amigos negros, eu brincava com o miúdo negro...". Tudo desta forma subversiva e, eu não sei, eu nem sei que palavra usar, que adjetivo usar. Portanto, se isto não é uma forma extrema de violência, eu não sei o que é que é. A nossa memória histórica apagou outras, totalmente. Fala-se agora de devolver artefactos e bens culturais – não sei

também qual é a melhor expressão – aos povos de origem, e depois mete-se a questão "ai mas a gente sabe a origem, a gente sabe, a gente sabe se a proveniência é duvidosa, se foi roubado, se foram...", quer dizer, se a gente está a discutir isto... Convém é perceber se, a quem isto foi roubado, interessa que seja devolvido. É que, mais uma vez, a discussão parte de nós. Começamos a pensar sobre as coisas... "ai, se calhar não é má ideia"... E aos interessados, alguém perguntou alguma coisa? Ninguém quer saber o que é que eles acham ou deixam de achar, talvez, não? Isto para dizer que esta visão impera e se nós formos fazer – e já há vários estudos, já há várias pessoas a fazer aqui este exercício de perguntar às pessoas como é que nós fomos enquanto colonizadores – é esta a visão que impera: nós fomos melhores que os outros, pronto, foi uma fase da História que passou, pronto! Ou seja, que não tem consequência absolutamente nenhuma. Uma pessoa faz a História, também como cortaram a cabeça lá ao rei, eu também percebo, ou seja, que é uma espécie de inevitabilidade, pronto, a História passou-se assim, olha, já foi. E não se, não se... e isto é, de facto, estrutural. Se a escola permite que se leia um livro do... já não sei se é do sétimo ano... que diz "então Portugal trazia nas naus tapeçarias, especiarias e negros". O Negro é uma mercadoria, então. E é assim? É assim que se conta a História? Não é. Conta-se a história sem se contar a História. E isto é um exemplo... Continuamos a permitir – permitir não, elas estão lá, nós temos se calhar é que desconstruir – erigir estátuas e monumentos a pessoas que tiveram ou que fizeram qualquer coisa de importante para o país, mas não se conta a outra história: que foram proprietários de escravos, que exploraram... quer dizer, só se conta o lado bonito da História, não se conta o mau, e são quase todos, na Primeira República são quase todos e depois da Primeira República é o que se sabe, não é? Outra coisa que não se discute é a Guerra Colonial. Não se discute a Guerra Colonial. E, mais uma vez, o discurso é: "Portugal fez o 25 de abril". Não. Quem fez o 25 de abril foram as lutas de libertação dos países colonizados. Eles foram os impulsionadores, não só em Portugal, porque a gente sabe que, enfim, todos os outros países que ganharam a independência foi porque lutaram por isso. O grande motor do 25 de abril foram as lutas de independência nacionais nos países colonizados, foram eles que se organizaram na luta armada, lutaram pela sua liberdade e pela sua independência e, eventualmente, o 25 de abril dá-se, não é. Esperemos que os 50 anos do 25 de abril que aí vêm sejam o mote para discutir isto de uma forma mais séria, não é, porque nós somos super

tendenciosos a olhar para a História e a História... é a História que faz a memória coletiva de todos nós e se essa História está deturpada, está mal contada e omite coisas que são importantes, para percebermos a que ponto chegamos neste mundo – o norte global e o sul global, como é que nós dividimos o mundo, tal como fizemos há mais de 500 anos atrás, que fomos audazes o suficiente para dividir o mundo em dois (eu já estive com o Tratado de Tordesilhas na mão: é um papel) – é, pronto, não sei, acho que é essencialmente difícil enquanto as entidades que nos governam tiverem essa audácia de impor uma série de regras que nos obriguem... porque eu acho que tem de ser de chofre, tem que ser um bocado à pressão – mas obrigar a discutir. Vai doer? Vai, claro. E por isso é que não se discute, porque dói, põe-se o dedo na ferida. Eu convivi com uma pessoa, com um ex-combatente, e estas pessoas nunca foram tratadas, nunca foram ouvidas, estas pessoas nunca expiaram os seus males. Tem que haver aqui uma catarse, mesmo de nós próprios enquanto portugueses: o que é que é ser português? Tem que haver aqui uma catarse e isto tem que ser uma discussão global e por isso é que é difícil, porque têm que estar as organizações da sociedade civil, as estâncias governativas, todas as instituições de poder... e temos que discutir isto coletivamente. Eu estou farta de discutir isto, com os meus pares, e de que é que adianta? Não saio do meu ciclo, as outras pessoas não ouvem, não conseguem ouvir. Sim, a questão da memória coletiva é muito complexa, é muito complexa e tem que começar por algum lado. Eu diria que é a reestruturação dos manuais escolares, a formação – e aqui a formação é para toda a gente, a começar pelos polícias, pelos professores, pelos enfermeiros, pelos médicos, todas as pessoas que contactam com outras pessoas têm que saber olhar para as coisas com outras perspetivas – e os censos. Eu acho que tem que haver recolha de dados a nível étnico-racial porque é preciso começar a impor uma série de medidas de afirmação positiva: quotas, chamem-lhe o que quiserem e depois podemos discutir isto porque eu acho que isto é motivo para debate, eu não acho que isto seja uma questão fechada, há pessoas que concordam, há pessoas que discordam, tudo muito bem, é preciso é abrir uma porta para isso e conhecer a realidade é o primeiro passo. Nós desconhecemos e há pequenos estudos que nos mostram, por exemplo, que os miúdos dos PALOP são, na sua grande maioria, encaminhados para o ensino profissional, não é, e as pessoas não racializadas – neste caso, os brancos, para dizer as coisas assim muito friamente – são em muito menor número. Isto diz-nos muita coisa. Por que é que um professor acha, à

partida – isto começa logo desde o início – acha que aqueles miúdos são menos capazes? Há aqui muita coisa que a gente tem que questionar. E sabemos quem é que limpa - isto na margem sul de Lisboa vê-se muito – quem é que às 5h da manhã esta dentro dos autocarros? Quem é que trabalha nas profissões menos qualificadas? A gente não tem é números concretos, a gente tem este conhecimento empírico, como é evidente, mas enquanto a gente não conhecer a realidade a fundo, a gente também não pode atuar sobre ela. E há sempre esta desculpa de que "ah, isso não é bem assim, os números não são bem esses", não são porque não existem. Se não existem a gente não sabe e não pode afirmar, com toda a certeza... Conseguimos dizer que, segundo um estudo europeu de 2019, que 62% dos portugueses mostram alguma forma de racismo, seja cultural ou biológico, o que é uma coisa assustadora, não é? E como é que nós ficamos com isto? Portanto é evidente que tem que haver aqui uma discussão alargada, agora como é que fazemos isso? Em muitas formas. Eu também não tenho essa piança nem posso achar que agora sei resolver todos os problemas do mundo, nem me cabe a mim, eu não estou no governo, não estou, eu não decido nada. Agora, tem que haver primeiro essa vontade e assumir que isto é um problema que devia ser discutido. Não é por um plano no papel e vai-se fazendo.

**E: As minhas próximas questões são mais relacionadas com o racismo anti negro em particular, que é a preocupação principal da minha dissertação. Obviamente não podemos falar por um país inteiro, é certo mas, no seu entender, qual é a perceção, no imaginário português, da negritude?**

P2: Para já, eu acho que o principal confronto é que aquela ideia de "vai para a tua terra ou donde é que tu vens" mostra claramente que o Negro não é português, ou seja, não faz parte da identidade nacional. A visão que nós temos do português é o português branco, ok? Esse é o primeiro entrave porque senão não são cidadãos de pleno direito, de alguma forma. "Ai, vieram de outro sítio qualquer, a gente até vive com eles mas não são portugueses", lá está, não há aquela relação histórica. É a primeira perceção que eu tenho: que as pessoas acham que eles não nasceram cá e nós temos, obviamente, sempre tivemos, desde muito cedo – claro, lá está, sem os mesmos direitos. Portanto,

esta é a primeira percepção. A segunda percepção tem muito a ver com isso, que é onde é que eles estão e o que é que eles fazem? Que lugar ocupam, ainda assim, na sociedade? E pronto, e há muito essa visão, que como não há, como o elevador social não funciona para estas pessoas, pelas mais variadas razões, as pessoas são menos capazes. Isto é claramente... estou a ser o mais fria... que é o que o tal estudo mostra. Ou porque que são menos capazes, que biologicamente são menos capazes, que é uma teoria que já foi refutada há muito tempo - não existem raças, existe uma raça e todas as pessoas são igualmente capazes e isto não tem fundamento nenhum – ou por questões culturais, porque estas pessoas têm hábitos diferentes, não se adaptam, não querem viver como nós. Isto tem muito a ver, essencialmente, com os muçulmanos e com os ciganos, com a comunidade Negra eu acho que menos, porque as pessoas, lá está, foram culturalmente assimiladas, portanto perderam as suas raízes e não tiveram outra obrigação senão assimilar ao nosso sistema e à nossa forma de viver. Isto para dizer o quê? Pronto, é um bocadinho essa visão, que essas pessoas são menos capazes e não são porque não querem. Não querem, não são capazes, não conseguem. É um bocado - faz parte da sua condição serem... E quando vemos uma Van Dunem, por exemplo, "ei, espetacular, é uma exceção". Quando se discute o pivot que entrou já não sei há quanto tempo, acho que foi na TVI - eu não vejo a TVI, mas acho que é na TVI que têm um pivot negro no *prime time* do Telejornal ou lá o que é, não sei de é da noite ou da manhã, não sei - e enquanto acharmos que isto é importante discutir estamos mal, não é, o problema da representatividade, que é por que é que estas pessoas não estão onde deviam estar, não é? Seja por mérito ou... a meritocracia é um engodo, é só um engodo. Eu acho que é, é um bocado essa visão que as pessoas têm. Depois há pequenos pormenores, porque depois é assim, é evidente que a nossa luta passa muito pela estrutura, nós temos que combater a estrutura, mas o reflexo disto são as microagressões a que as pessoas estão sujeitas todos os dias. E depois há muita subtilidade, que nós também aprendemos com isto a ser subtis, porque é óbvio que nem todas as formas de racismo são um crime, o que é outra perversão do sistema judicial, enfim, que é aquela sensação – e eu já assisti a isso várias vezes porque estou atenta – que é uma pessoa racializada entra num supermercado, traz uma mochila pesada. Quantas vezes o segurança não pede para abrir a mochila. Ou numa loja, também acontece: o segurança vai, desvia o olhar e segue aquela pessoa com os olhos. É assim,

eu estou a apontar o dedo, aquela pessoa é racista? Não necessariamente, aquilo já estão inculcado na cabeça das pessoas que as pessoas fazem de uma forma totalmente inconsciente. E depois temos as questões gritantes da violência policial, que é outro assunto que é tão gritante, e depois temos, lá está, as estruturas policiais a por para debaixo do tapete. "Ah, isso acontece pontualmente, é um e outro"... É que se calhar não é, e mesmo que seja, para mim basta ser um. É que depois nós sabemos disto – saiu daquele consórcio de jornalistas há uns dois meses e ficou tudo muito escandalizado – o SOS sabe disto há anos. Nós andamos a insistir neste problema há anos, nós sabemos quem são – tal como eles sabem quem nós somos – nós também sabemos quem eles são. Nós temos informação acerca destas pessoas, o que é que elas fazem... não são todas com certeza, há muita dissimulação, mas a malta da extrema direita que se movimenta aí por milhentas associações, nós sabemos quem elas são e muitas delas estão obviamente infiltradas em movimentos sindicais da polícia. Nós fizemos várias denúncias de fóruns da discussão da GNR que eram completas aberrações, que "era meter os ciganos num sítio qualquer e pegar-lhes fogo", coisas do género... isto são GNR a falar uns com os outros, num fórum fechado. Se isto não é grave, o que é que é? Quando são eles que são, supostamente, o garante do sistema democrático e da vida em sociedade e, portanto, se não tratam as pessoas todas por igual, estamos mal. E isto nós não temos muita perspetiva do que é que as pessoas fora do ativismo acham sobre isto. Eu acho que algumas pessoas terão ficado, de facto, escandalizadas por serem tantos. Eu não fiquei nada escandalizada porque infelizmente sei que isso é verdade e aqueles são os que aparecem. Então e aqueles que não... que mandam uma bujarda ao colega sem ser numa publicação do Facebook? Isto não é rastreado, eu não sei o que é que eles dizem uns aos outros, que conversas é que eles têm nos bastidores, quando andam em patrulhas nos carros o que é que eles falam uns com os outros, e tudo isto... E eu acho que há um desconforto muito grande com isto e depois eu também tenho um bocado a ideia que os governantes não sabem o que fazer. Como é que a gente faz isto sem mandar algumas pessoas embora, despedir pessoas, seja por processo disciplinar, seja por que processo é que eles arranjam para... Não si, mas acho que o problema é suficientemente grave, mas o facto é que não se fez nada. O problema caiu no esquecimento e depois a comunicação social tem muita culpa disto, são eles que definem o que é que é importante discutir ou não discutir... Quem é que está

encarcerado neste país? Nós fomos ver os números e os números conhecem-se porque aí há dados... porque depois há recolha de dados nas escolas, nos hospitais, a polícia faz recolha de dados, só que a gente não sabe. Isto é muito perigoso porque uma coisa é a recolha de dados gerida por uma organização idónea, que tem conselho científico e que, enfim, faz as coisas com algum cuidado. Outra coisa é a polícia por lá num questionário "raça", que a gente até acredita que façam, a gente não tem acesso a isso. Depois quem é que gere estas bases de dados? Quem é que tem acesso a elas? Nos hospitais a gente também sabe que se faz isso com as comunidades ciganas, porque a desculpa é "ai, isto é para evidências médicas, porque eles casam muito uns com os outros e há aqui problemas de consanguinidade", mas recolhem, está lá escrito "cigano" ou "cigana" ou não sei que nomenclatura é que eles usam, isso não é o mais importante, as pessoas estão identificadas como, e sabemos quem é que está nas prisões. Se nós acharmos que 0.5% da população portuguesa é cigana, se formos ver a população encarcerada, eles são para aí 10%, que é uma brutalidade, é um desfasamento da realidade e depois isso valida a visão que as pessoas têm, claro, então, se eles são criminosos têm que estar presos. E a gente vai ver porque é que eles estão presos: muitas vezes é reincidência, são apanhados a conduzir, por exemplo, sem carta. São apanhados uma segunda vez, como são reincidentes vão para o [impercetível]. É um crime? Invariavelmente, é. Só que não é crime que as pessoas imaginam. Lá está, são pessoas que a escolaridade... e depois é a educação, enfim, isto é o efeito bola de neve. A maioria dos ciganos que estão presos não é porque são criminosos, violadores, assaltantes de bancos... são pequenas penas. E depois todo o problema da guetização, a gente sabe disso, como é que a própria exclusão habitacional e, lá está, está tudo interligado. De facto há muito esta visão que essas pessoas são menos capazes. Eu acho que há muito essa visão em Portugal e depois transparece para as instituições, porque se calhar os polícias acham que aquelas pessoas não se podem defender da mesma maneira, "vamos lá então dar-lhes aqui um sopapo". Correui-lhes um bocado mal com o caso de Alfragide porque foram-se meter com ativistas que conhecem a lei, um deles até estava a estudar para ser advogado, são pessoas com formação e que conhecem os seus direitos, correui-lhes um bocado mal. Achavam que eram uns delinquentes quaisquer que iam entrar pela esquadra adentro, "vamos lá então dar-lhes aqui um enxerto de porrada"... correui-lhes um bocado mal. Ainda assim ficou um bocadinho aquém do que seria desejável mas, apesar de tudo,

tivemos um dos PSPs que foi, efetivamente, foi preso. Claro que caiu na altura a questão da discriminação racial, que para nós foi, enfim, foi mau, mas apesar de tudo foi um caso com muita visibilidade. Estas pequenas vitórias são muito importantes, lá está, para validar que nós não andamos aqui a pregar aos peixes, como fazia o outro senhor. Não sei, mas tenho um bocado esta ideia... Eu acho que depois há aquelas pessoas que nem sequer pensam sobre absolutamente nada, isto não é um problema. Lá está, como têm que chegar ao fim do mês e têm que ter dinheiro para pagar as contas, o resto é secundário. Lá estupidificam ao fim do dia à frente da televisão a ver a novela, pronto, é a espuma dos dias, não é. Até porque o próprio envolvimento político das pessoas é parco – "os políticos são todos iguais", as pessoas não saem desta retórica. E ir votar, que é o que é importante, não vão, portanto excluem-se do pouco poder que têm para mudar as coisas. Eu poria estas pessoas na maioria, as pessoas que não querem saber e precisamente porque não somos capazes, num pós 25 de abril em que as pessoas se viam envolvidas, em que de facto houve uma grande movimentação das pessoas para mudar as coisas, mas caímos neste marasmo. Somos um país onde não... A gente vê em França, querem aumentar dois anos a idade da reforma, aqui faz-se o que se quer e ninguém reclama. Aumentam os preços, alguém faz alguma coisa? As pessoas só se queixam, "ai, a vida está muito difícil". Eu também faço isso, como é evidente, porque está, é uma evidência, agora não fazer nada para além disso? Por que é que estas coisas acontecem? Perceber por que é que a inflação se repercute na vida das pessoas. Por que é que a solução, em termos de macroeconomia, é subir as taxas de juro? Há outras formas. Depois há toda esta iliteracia – fala-se agora muito nisto, que também acho que é importante – económica, as pessoas não percebem nada de economia, não percebem nada de finanças. Olha, eu também com o IRS também é um burro a olhar para um palácio, confesso que a nomenclatura que ali está... aquilo é linguagem técnica e não é feito para a gente entender, de facto, portanto há muito pouca vontade em que as pessoas consigam perceber quem é que define as suas vidas, de que forma, e como é que eu posso também combater. Há todo um sistema que, ao longo do tempo, foi perpetuando isto, que é as pessoas não quererem saber, viverem confortavelmente, não questionarem as suas – até do ponto de vista ambiental – as suas escolhas. Eu conheço muitas pessoas que até são informadas e pensam assim, "então, está bem, eu até posso fazer a minha parte, deixo de usar plástico...", mas depois temos – e eu

também penso isso – enquanto a China, a Índia e os Estados Unidos, que são os principais poluidores, não fizerem nada, não adianta. Portanto é eu fazer e a Europa estar na dianteira das renováveis, seja lá o que isso for, descarbonização... E é verdade, lá está, eu acho que este é o maior desafio global de todos os tempos, é estarmos todos de acordo. Isso é logo uma impossibilidade, não é? Se nós a nível micro não conseguimos acertar agulhas para discutir as coisas que são importantes para a nossa sociedade, a nível macro - como é que a nível global nós vamos resolver o problema do... pronto, porque as pessoas também se habituaram a consumir, é o paradigma do crescimento. Nós não podemos crescer, não é possível, crescimento económico – não pode haver crescimento económico, nos temos que consumir menos, não é consumir mais. Portanto está tudo errado e depois as consequências a gente sabe quais são, seja para a vida do dia a dia das pessoas, seja para o futuro. Eu não tenho filhos mas preocupa-me os meus amigos que têm filhos, que é que a gente vai deixar para estas crianças? Porque a mim já não me vai afetar, eu daqui por uns anos estou sabe-se lá onde, cremada num sítio qualquer, atirada ali ao mar... Acho que, de facto, a maioria das pessoas não faz essa reflexão um bocadinho para além, vive o seu dia a dia, a preocupação é se leva o guarda chuva ou não, se vai chover ou não, e isso todos nós fazemos, mas é preciso ir um bocadinho além. E realmente eu acho que esse é – mesmo para a questão do racismo – é importante, é pertinente que as pessoas pensem sobre isto de forma individual e depois de forma coletiva, porque eu acho que tem de começar pelo individual. Eu tenho que perceber por que é que... Pronto, e as pessoas não estão disponíveis para isto, lá está, porque não têm tempo, não lhes interessa, têm outras coisas mais importantes na vida para resolver, tudo bem, por comida na mesa, essas coisas. Portanto eu não sou muito otimista, acho que os planos são importantes, as alterações legislativas também o são, porque é por aí. Depois é como é que elas são implementadas, como é que são recebidas, depois como é que são fiscalizadas – porque eu acho que isto é tudo muito bonito mas neste país não se fiscaliza nada, não se controla nada, agora a preocupação é saber quanto autarcas são corruptos... Eu acho que nunca houve tanto escrutínio e ainda bem, porque eu acho que, de facto, a corrupção é um mal terrível, mas parece que é o centro das nossas atenções é os autarcas corruptos, mas temos muitos problemas para resolver. E, lá está, é aí que a comunicação social tem uma importância central. Nós tentamos chamar-lhes a atenção

quando podemos, lá com os nossos comunicados de imprensa que ultimamente não têm sido bem recebidos porque não têm impacto nenhum. Normalmente o que acontece, por exemplo, com o Público: volta e meia lá põem numa reportagem "o SOS emitiu um comunicado sobre isto", com link [incompreensível]. Isso não está a acontecer, portanto não estamos a ter sequer a visibilidade necessária, lá está, para conseguirmos ir para a esfera pública com as nossas exigências, digamos assim, com as nossas preocupações, e isso tem sido um problema.

**E: Eu queria-lhe perguntar se acha que o tipo de racismo perpetuado contra a comunidade Negra imigrante e contra a comunidade Negra já nativa, diga-se, é diferente? Há diferença na forma de tratamento entre essas duas vertentes?**

P2: Não acho, por acaso não acho. Não acho porque eles têm vidas muito semelhantes, ou seja, eu acho que a grande diferença – porque, atenção, nós temos afrodescendentes que não têm cartão de cidadão, porque a lei da nacionalidade tem tido grandes alterações e está muito melhor do que estava há 20 anos atrás, mais ainda há pessoas que são apanhadas num período do tempo que não lhes foi permitido o acesso à nacionalidade e nasceram cá, têm no cartão de cidadão "Cabo Verde", nunca foram a Cabo Verde na vida, não sabem. Isto até, lá está, para a memória da pessoa, isto é completamente absurdo. É que agora é mais fácil, a pessoa pode candidatar-se – os pais estão cá há não-sei-quantos anos, candidata-se a nacionalidade, mas depois há papéis, burocracias – mas estas pessoas têm um impedimento. Esta pessoa não pode candidatar-se a um emprego no Estado, por exemplo, não tem acesso a uma universidade – não tens cartão de cidadão, não podes entrar na universidade. E tivemos, durante muitos anos, imensos afrodescendentes de segunda e terceira geração com este problema, isto é gravíssimo. A coisa está a ser – felizmente, também com o nosso empenho, mudou. A grande diferença é que a comunidade imigrante fica anos à espera do processo de legalização e estas pessoas estão à mercê de qualquer trabalho que lhes apareça porque eles, para se conseguirem manter no país, têm que ter um contrato de trabalho – isto é outra perversidade – aceitam tudo. Para poderem ficar cá aceitam todo o tipo de trabalho. Depois vemos a questão das estufas em Odemira, como é que os

imigrantes vivem em Beja, porque também estão nas explorações agrícolas. O SOS foi a Beja ver as condições em que estas pessoas viviam e é indescritível... a única diferença é essa, é um problema de documentação. Estas pessoas não podem sair do país, não pode haver reagrupamento familiar – eles querem receber, não há, não têm como – eles têm a vida em suspenso e estão muito mais à mercê da exploração do que está um afrodescendente documentado. De resto eu não vejo diferença absolutamente nenhuma, porque a pessoa racializada que está cá e que nasceu cá e que sempre viveu cá e que tem as raízes cá não arranja necessariamente um emprego de acordo, por exemplo, com a sua formação – ou sequer se arranja um emprego ou se é, lá está, ou se não vive num barro social. Portanto a nível de precarização, no dia a dia é mais ou menos idêntico, é só uma questão de uns estarem documentados e outros não. Obviamente se um imigrante cometer um pequeno deslize ou um pequeno delito pode-se decidir que ele seja recambiado de onde veio, não é... Para um afrodescendente que tenha documentação portuguesa isso dificilmente acontece, vai preso. Não é muito diferente, quer dizer, é uma medida punitiva. Portanto, eu não vejo grande diferença, eu acho é que, de facto, há esta natureza, diria, na prática das pessoas não muda muito, ou seja, perante a restante sociedade eu não acho que uns sejam mais discriminados do que outros. Eu acho que uns estão mais fragilizados, digamos assim. Há muito mais fragilização num imigrante indocumentado do que num afrodescendente que já nasceu em Portugal porque, pronto, até têm algumas raízes familiares, têm familiares aqui... Um imigrante quantas vezes – eu li agora uma reportagem há uns dias sobre imigrantes que estão cá há quatro e cinco anos e não veem a família. Há um deles que tem um filho pequeno e não vê o filho crescer, porque não tem como – acho que é senegalês, já não tenho a certeza – e está precisamente a trabalhar em Beja. Eu não sei, eu tenho muita dificuldade em perceber o que é que estas pessoas vivem todos os dias, não é? A gente pode-se tentar por no papel do outro mas, não sei, esse nível de fragilização é evidente que é muito complicado. Mas, se as pessoas olham para eles de forma diferente? Para já não está escrito... ninguém é ilegal. Aquela coisa do imigrante ilegal, isso é uma falácia. Eles entraram em Portugal de forma legal, têm documentação, só que a documentação não é válida, não lhes permite – impede-os de ter uma vida normal. Não está escrito "imigrante indocumentado". Têm é a cor errada de pele, vá, agora se já nasceu cá ou

não nasceu as pessoas não sabem. Para quem olha de fora... "este gajo tem a cor de pele errada".

**E: Ultimamente – ou já nos últimos anos – tem-se falado muito do "*color-blind racism*", desta ideia de que a nova forma de racismo é as pessoas dizerem que não veem cores. Ainda que isto não seja exclusivamente sentido em Portugal, acha que há alguma ligação entre o legado colonial e esta lembrança dolorosa daquele que foi o nosso passado colonial, e esta nova forma de racismo?**

P2: Claro, isso é uma forma subversiva de fugir ao assunto, como é evidente. Isso, lá, está, isso nasce muito do outro lado do Atlântico, não é? Claro que, é assim, as realidades cruzam-se, mas a realidade portuguesa não tem nada a ver com a realidade dos Estados Unidos, por exemplo, ou a realidade brasileira, que é o único país fora de África que tem maioria de população africana, atenção. Neste caso, se somarmos tudo, 52% ou 53% da população brasileira é não-branca, portanto aí temos de incluir os nativos. Portanto têm um problema que vai muito para além... Nos Estados Unidos, os negros são 13% da população, mais ou menos, portanto isto são realidades que são completamente distintas da realidade portuguesa. Têm, obviamente, pontos em comum: as pessoas racializadas são discriminadas, ponto. E aí é tudo igual. Eles têm recolhas de dados que nós não temos, o que obviamente permite – e permitiu ao Brasil na educação no ensino superior com o primeiro governo de Lula (não sei se foi o primeiro, se foi o segundo, já não me recordo) – fazer aqui uma espécie de mini revolução no ensino. E isto tem que servir de exemplo, obviamente, para o que nós chamamos de medidas de ação afirmativa e positiva perante as pessoas que são, lá está, para quem o elevador social não funciona da mesma forma. É claro que esta visão é uma visão romântica – nós queremos romantizar, voltar a romantizar – isto é uma nova visão luso tropicalista, lá está, tem outras cores porque não se vê cor, para gozar assim um bocado com a coisa... É assim, também nos acusam: "ai não raças, vocês continuam a falar em raça e no racismo". Pois, porque a raça continua a ser uma... não é biológico mas, lá está, há uma visão social e cultural na raça. Nós temos que continuar a distinguir as pessoas porque essas pessoas são distinguidas pela própria sociedade. Nós somos

obrigados a bater na tecla porque a realidade é que o racismo existe, portanto se o racismo existe nós temos que continuar a discutir raça, seja lá o que isso for, não no conceito biológico, mas no político, diria eu, porque o racismo foi um sistema político muito bem implementado e que perdura até aos dias de hoje. Por isso é que nós temos que ver cores, porque elas estão lá, elas socialmente e culturalmente estão lá, e a gente continua a ver a sua diferença. Isso é uma romantização e, lá está, é querer desviar o assunto. É estarmos a discutir alegremente sobre estas questões de uma forma séria e voltarem a perguntar se Portugal é um país racista. É a mesma questão: é fugir. Isso é fugir à discussão, mais nada, é o que eu acho.

**E: Por último – e esta é uma questão um bocadinho esperançosa – queria-lhe perguntar se acha que algum dia a emancipação da comunidade Negra em Portugal poderá vir a ser uma realidade? Emancipação no sentido de uma vida livre de preconceito e de discriminação.**

P2: É assim, eu acho que é inevitável que isso aconteça. Agora, quantos anos é que isso vai demorar a acontecer, não sei, porque eu acho que a grande vantagem é que é um assunto que está na agenda de há uns anos para cá e que não sai, volta e meia voltamos a falar sobre isto. Nós estamos aqui a discutir e isto é uma coisa que tem acontecido recorrentemente, ou seja, há pessoas a estudar o fenómeno e quando a Academia abre um bocadinho os olhos para estas questões também é importante. Se se pensa mais sobre o assunto, se se publica mais sobre o assunto isso dá visibilidade ao assunto. Isso é um dos primeiros passos para obrigar a sociedade a discutir. Portanto a partir do momento em que nós não podemos – e há muitas maneiras de fazer isso, a aproximação à Academia é uma delas – que é obrigar a sociedade civil a discutir isto, seja porque o Bruno Nogueira fez um programa muito interessante sobre o racismo... Eu não sou... Eu acho que ele é audaz. Ele é inteligente, pronto. Eu não gostei particularmente da parte do *stand up*, mas isso são questões pessoais. Mas eu acho que as entrevistas foram excelentes, foi super elucidativo, e termos isto em *prime time*, alguém a discutir isto, é muito bom. São pequenas... ou seja, por estas pequenas coisas eu acho... e, essencialmente, eu acho que estou a falhar isto, não estou a ser correta: as próprias

organizações – eu não queria chamar de cariz identitário – mas todas as associações que estão a ganhar lugar de fala. Associações de pessoas racializadas estão na dianteira da discussão, lá está, que é agora, "meus amigos, SOS, vocês calam-se que é a nossa vez de falar", muito bem. 100% de acordo. Nós não perdemos a nossa capacidade de intervir, mas agora é a vez deles. São eles que sofrem na pele, são eles que podem falar em nome próprio. Eu diria que esta é a grande força motriz, são as associações de afrodescendentes – ou de pessoas racializadas, que é assim que eu prefiro chamar – e aí incluo as associações ciganas ou de pessoas roma, porque agora também... isto a questão da linguagem também é uma coisa importante, é preciso incluir, e nós estamos sempre a discutir estas coisas, como é que incluímos umas pessoas sem excluir outras, pronto. E enquanto estas pessoas estão a tomar a dianteira, elas são o grande motor de mudança. Agora quanto tempo é que isto vai demorar, se há depois vontade política para? Eu não sou muito otimista, mas acho que é inevitável. Há uma inevitabilidade em todo este processo, porque temos os exemplos, temos o exemplo do Brasil, das medidas de afirmação positiva. Eu acho que a educação é o grande motor disto tudo e nós estamos a perder gerações. A partir do momento em que nós não focamos as questões na escola, estamos a perder uma geração. A minha geração já está perdida, a geração seguinte perdida está porque continuamos a não discutir... Nós vamos às escolas, mas vamos à escola hoje e se calhar só daqui por um ano é que voltamos àquela escola porque, lá está, não temos recursos. Nós pomos lá a semente, mas se depois as pessoas vão para casa ouvir disparates, com o vizinho do lado vão ouvir disparates, a nossa intervenção não faz nada. Isto tem de ser uma mudança que vem de dentro. Isto para dizer que nestas medidas, eu acho que a educação é importante, as pessoas terem acesso à educação e escolherem o seu caminho, e termos pessoas formadas e que tenham capacidade... porque eu acho que há aqui um problema de capacidade de argumentação. Criar argumento de defesa da sua própria condição, isso é muito importante. A educação é o motor, mas claro que isto demora tempo. Até saírem da escola, se formarem, se tornarem ativistas e tomarem o seu lugar de fala, isto demora o seu tempo, e por isso é que a educação é o motor e os censos eu diria que é imperativo e é já! Nós temos que atuar sobre a realidade como a conhecemos e se nós não a conhecemos vão continuar a haver desculpas para não se fazer as coisas como é suposto serem feitas. Isso vai resolver o problema? Acho que é o primeiro passo, eu diria que é

imperativo. É o primeiro passo para nós sabermos em que país vivemos, como é que as pessoas vivem realmente e para depois podermos, com algumas medidas aqui e ali, tentarmos, de facto, que estas pessoas tenham exatamente acesso às mesmas coisas que eu tive enquanto pessoa privilegiada, independentemente da sua condição socioeconómica... poderem estudar, seguir a sua vida e ser uma pessoa de pleno - de plena cidadania, porque eu acho que é isso que falta. As pessoas – nós soubemos excluí-las – mas eu acho que ao longo de todos estes anos estas pessoas também se foram autoexcluindo, foi-lhes sendo de alguma forma incutido também pela violência que lhes foi exercida, e eles sentem, lá está, que não são capazes. Não têm essa... nem é ambição, é outra coisa qualquer totalmente diferente, de se convenceram a si próprios que são capazes. Há toda esta História, é a tal violência de apagamento, estas pessoas foram apagadas da sua condição, foram de tal maneira violentadas que a consequência é um bocadinho essa. Há muito trauma aqui, diria, portanto acho que é essencial irmos pelo caminho da recolha de dados e da educação. Não vejo outra forma para as coisas começarem a evoluir e para os podres começarem a cair. Esta questão da polícia eu acho que é gravíssima e acho que é o espelho – infelizmente – o espelho da realidade que não queremos ver, porque é dos problemas mais graves que precisamos de resolver e não estou a ver forma. E lá está, enquanto não pusermos verdadeiramente o dedo na ferida e as pessoas aceitarem que isto é um problema para resolver... Mas, é assim, neste ponto de vista sou otimista, eu acho que inevitavelmente vai haver mais igualdade nesse aspeto. Agora, como consequência o que é que se vai trazer? Essas pessoas vão ter mais visibilidade, vão ter mais acesso, mas qual vai ser a visão da maioria? Como é que a maioria vai ver com esta nova realidade? Isto é um bocado o desconhecido, lá está, porque isso nunca aconteceu. Nós nunca tivemos um sistema igual, em que as pessoas tivessem... estamos todos a desbravar caminho. É um bocadinho imprevisível... Agora, estruturalmente, se isso vai mudar alguma coisa, não sei. Eu acho que essa pressão leva a que se discutam as coisas, isso é inevitável, isto vai passar a ser um tema recorrente que se vai continuar a discutir e é preciso mudar, alguma coisa vai mudar. Agora, se eu vejo uma sociedade sem esse tipo de preconceito? Tenho alguma dificuldade, acho que isso não vai acontecer tão cedo, mas pronto. Também se nós não tivermos o mínimo de esperança não andamos aqui a fazer nada, não é? Se eu não tiver esperança nenhuma que haja alguma possibilidade de mudança não estou aqui a fazer

nada, desisto, amanhã deixo de ser ativista, fico longe do assunto e amanhã já não sou ativista.

**E: Marta, não lhe roubo mais tempo, muito obrigada pela sua participação e pela vossa disponibilidade.**

P2: Nada, nós é que agradecemos. Depois pode-nos mandar, se for possível, quando acabar, a sua dissertação?

**E: Claro que assim, esperemos que seja em breve, mas assim o farei.**

P2: Quando for, isto também não pode ser... Eu sei que há prazos, é muito complicado. Eu não sou – eu sou uma pessoa muito prática, eu não me daria bem, de certeza, na academia, eu sou uma "*doer*", eu faço, eu quero construir coisas, fazer coisas. Sou mais de ação do que propriamente pensamento. Penso muito sobre as coisas mas... Nem percebo, confesso que não faço a menor ideia do que é fazer uma dissertação, fazer uma tese de doutoramento ou que seja de mestrado, não fiz nada disso... Mas imagino que seja – quando os prazos começam a apertar, imagino que não seja muito fácil.

**E: É assim, não estão a apertar para já, que a primeira fase é só em maio, mas claro que não é fácil.**

P2: Pois, mas o tempo passa muito depressa.

**E: É verdade, mas tudo se faz. Marta, mais uma vez obrigada mesmo pela participação e pela disponibilidade e ajuda. Muito obrigada.**

P2: Obrigada nós e boa sorte!

**E: Obrigada, um resto de bom dia, com licença.**

FIM DA ENTREVISTA

### **Anexo 3**

#### INÍCIO DA ENTREVISTA

E = Entrevistador

P3 = Participante

**E: Antes de mais nada, gostaria de começar pedindo-lhe que se apresentasse.**

P3: O meu nome é Lúcia Furtado. Eu sou presidente da FEMAFRO – Associação de Mulheres Negras Africanas e Afrodescendentes em Portugal – que surgiu mais ou menos no ano de 2016.

**E: A criação da FEMAFRO foi a primeira forma de ativismo em que a Lúcia se envolveu ou houve outras formas anteriores?**

P3: Sim, considero que essa foi a primeira forma de ativismo em que me envolvi, foi pela FEMAFRO.

**E: Poderia falar um bocadinho sobre as motivações que a levaram à criação desta associação?**

P3: Esta associação surge pela mão de três jovens mulheres, na altura, que foi a Raquel Rodrigues, a Daria Neves e a Joana Sales. Elas conheceram-se também em meios sociais, eram pessoas envolvidas em certas questões, conheceram-se, e entre encontros, pensamentos e troca de ideias elas resolveram fazer, em abril de 2016, o que ficou registado como o primeiro encontro de feministas negras em Portugal, no antigo MOB, o atual Sirigaita. Depois, na altura, elas prepararam, pensaram que iriam ter cerca de 50 inscrições, mas acabaram por ter mais de 150 inscrições e até acabaram por ter de

fechar – pronto, o espaço não era muito amplo – e elas também nem estavam à espera de tanta adesão. E aí perceberam... porque até houve participação de algumas mulheres que estavam em Espanha e vieram, e mulheres de diferentes contextos sociais juntaram-se naquele momento a partilhar questões que envolviam desde racismo a LGBT fobia e aí elas perceberam "não, afinal isto faz sentido, há aqui um espaço" e começou a haver reuniões. Eu fui a esse encontro, foi a primeira vez que tive contacto com a FEMAFRO e comecei a ir às reuniões. Aí, então, foi um processo bastante rápido em termos de formalizar esta ideia como associação. Formalizamo-nos em julho de 2017, ou seja, três meses depois, e foi assim.

**E: Desde esse primeiro momento, a Lúcia certamente já terá tido muitas outras experiências dentro do ramo do ativismo, quer seja dentro da associação, quer seja fora dela. Gostaria de saber se houve algum momento ou algum tipo de participação em particular – seja a nível pessoal ou a nível associativo – que a tenha marcado de forma mais proeminente? Poderia falar um bocadinho sobre isso?**

P3: Eu desde 2016 tenho estado envolvida em várias associações, grupos, coletivos – alguns formais, outros informais – ou atividades. A partir daí passei a ser muito ativa. Também estive envolvida no início da Djass, também fiz parte da Djass durante alguns anos, também faço parte do Coletivo de Consciência Negra e outros. Depois ao longo dos anos foram surgindo várias questões, como a campanha por uma outra lei da nacionalidade, na qual estive envolvida, a questão da recolha de dados étnico-raciais, que originou todo um processo a nível do movimento social – mais dentro do antirracismo e do movimento negro – e também estive envolvida... as últimas manifestações, mais sobre a violência policial, normalmente tenho feito parte da organização. Também faço parte do [incompreensível], um projeto de festas na Ásia independente para recolha de fundos para casos de violência policial. Depois a partir daí surgiram várias coisas que vão estando aliadas a todas estas questões sociais que têm a ver com racismo, feminismo, LGBT fobia, por aí fora.

**E: Considera que essas várias formas de ativismo – manifestações, organizações mais informais, coletivos, até mesmo a participação online e os vários movimentos que são organizados através das redes sociais – têm sido formas eficazes de mudança política e social?**

P3: Eu acho que têm sido. Por exemplo, peguemos na campanha por uma outra lei da nacionalidade: foi uma campanha que durou cerca de um ano, envolveu várias associações e pessoas individuais, e algum tempo depois termina com a entrega da petição na Assembleia, somos recebidos por deputados e por aí fora, e acaba por culminar com alguma alteração, apesar de não a que pretendíamos, da lei da nacionalidade. Todas essas formas causam pressão a nível público. Se não houver manifestações, várias atividades a nível de Academia – desde colóquios, conferências, por aí fora – o surgimento de várias associações, coletivos que também vão fazendo pressão... torna possível haver um pouco de pressão, porque eles percebem que não, não estamos alheios ao que se passa e as coisas vão avançando, se bem que, como tudo na vida, às vezes há avanços e recuos, como tivemos uma eleição em que três deputadas negras foram eleitas, logo na eleição a seguir só ficou uma, temos a entrada do partido CHEGA na Assembleia... Mas acho que é muito importante todas estas manifestações públicas, nos seus vários formatos, para exercer pressão sobre a política do país ou dos órgãos de gestão.

**E: Claro. As pessoas muitas vezes referem que, por variados motivos – seja falta de tempo, ou de recursos, ou de investimento – a sua entrada no movimento ativista se depara com diversos obstáculos. Tem sentido alguns obstáculos à sua participação desde que se começou a envolver mais ativamente nesta luta?**

P3: É claro, o movimento ativista tem muitas questões e, principalmente, porque muitas vezes as pessoas que mais querem participar são as que mais sofrem, porque não há dinheiro, é algo muito escasso. No meu caso, eu tenho a minha atividade profissional que não tem nada a ver com o movimento ativista, não tenho essa questão, mas há muita gente que tenta fazer do ativismo um trabalho, trabalhar dentro do ativismo, quer seja em associações... mas associações têm muito poucos recursos, ao contrário do que

às vezes se vê nos *media*, que dizem que vivem à custa do Estado. O Estado, infelizmente, não dá dinheiro nenhum às associações. As pessoas confundem, veem uma fundação ou algo assim às vezes a aparecer nas notícias, com histórias... mas essas grandes não representam a massa geral do associativismo, que é feito, na maioria das vezes, com dinheiro dos sócios, das pessoas que estão envolvidas, mas também é muito complicado... Pensemos nas mulheres negras, têm toda uma série de problemáticas, mas falamos de uma camada de uma classe social mais baixa, que sai para trabalhar às cinco da manhã e volta às onze da noite, trabalha fins de semana. Como é que podemos esperar que essas pessoas vão-se envolver nas causas sociais quando mal têm tempo para sentar e comer, mal têm dinheiro para as necessidades básicas? Essa questão é muito complicada. Normalmente, as pessoas que estão envolvidas acabam por ser pessoas que têm tempo, que têm alguma disponibilidade financeira e são privilegiadas em vários aspetos para poderem exercer estas atividades.

**E: Na sua opinião quais são os maiores entraves ao sucesso das propostas ativistas antirracistas em Portugal? Talvez aqui entraves mais a nível estrutural.**

P3: Eu acho que isso é um pouco mundial e tem a ver com a forma como o mundo está estruturado, e acho que seria entrar por conversações um pouco complexas, envolvendo capitalismo, o modo como o mundo está estruturado... O mundo não está estruturado para receber essas propostas, o mundo estrutura-se de uma certa maneira para alguns "iluminados" serem favorecidos e os restantes ficarmos a discutir entre nós às vezes questões que são secundárias e não interessam. Ficamos a discutir questões entre machismo, LGBT fobia, questões de classe e é feito mesmo assim. Eu acho que tudo o que podemos fazer é... não podemos parar, estamos sempre a lutar, porque também sabemos que tudo é adquirido facilmente nos é retirado, basta ver a questão nos Estado Unidos sobre o aborto e em todos os países facilmente os direitos nos são retirados, então temos de estar sempre nesta constante luta. Mas acho que o mundo está estruturado, em geral, assim mesmo...

**E: É verdade. Eu queria-lhe também perguntar: no seu entender – e claro que não podemos generalizar, não podemos falar pela população como um todo – de que modo é que considera que a comunidade Negra e o conceito de negritude são vistos pelos portugueses?**

P3: Se falarmos em população portuguesa branca, a população tem ainda uma ideia muito ilusória sobre o que é que foi o período colonial, também podemos entrar e falar sobre a questão de como a História é ensinada nas escolas... Não conseguem, ainda, ter uma visão muito real sobre o que é ser negro, sobre as dificuldades, e isso é todo um processo complicado que tem a ver com a educação. E depois não conseguem dissociar certos problemas. Todos nós sofremos e algum grau, mas há pessoas que sofrem mais do que outras, e não podemos misturar. Tudo bem, uma pessoa branca sofre, mas se fores pobre, preto, LGBT, por aí fora, ainda vais sofrer mais. Eles têm dificuldade em associar isso, sabe? Consideram que estamos todos no mesmo patamar e ainda têm uma ideia de meritocracia – "ai não, se tu estudares..." – o estudar não te vai fazer nada, a vida é uma questão de sorte. Às vezes há um que tem sorte e consegue escapar de certos ciclos, mas a maioria não consegue, e isso torna muito difícil conciliar toda estas coisas e terem uma visão real do que é ser negro, de como as questões de identidade, principalmente na primeira geração, foram devastadoras em termos de formação, em termos de autoestima e por aí fora... e a forma como as pessoas se veem. Ainda veem o período colonial como os "*good old days*", em que vivíamos lá todos... "não, a minha família tinha uns empregados, eram como filhos"... Fazer essa desconstrução tem de começar cedo nas escolas e fazer uma abordagem – e depois sentem-se muito incomodados, qualquer coisa sentem que estamos a atacá-los, mas não. Tudo na vida tem o seu lado bom e mau. Claro que deve ter havido gente no período colonial que se relacionou com pessoas negras, mas isso não representava a maioria, e o modo como as pessoas negras se relacionavam com essas pessoas brancas tinha alguns motivos muito específicos. É muito complicado, sentem-se sempre muito ameaçados com todas as questões que tenham a ver. A comunidade Negra, se se está a afirmar ou isso, sentem-se sempre atacados e isso acaba por gerar um aumento de partidos como o CHEGA, porque as pessoas sentem que estão a ser atacadas, mas é interessante como

se sentem atacadas pela comunidade cigana, que está aqui há 500 anos, há mais tempo que a maioria deles. É um pouco perverso.

**E: Bastante. Acha que há alguma diferença na forma de racismo que é experienciada pela comunidade Negra imigrante e pela comunidade Negra nativa, diga-se, de segunda ou terceira geração, pelas pessoas que já nasceram aqui? Acha que há algum tipo de diferença na forma de tratamento?**

P3: Não há diferença na forma de tratamento, agora, dependendo do teu *background*, há diferença na forma como tu olhas isso, porque, por exemplo, a primeira geração teve uma problemática melhor na questão da nacionalidade. Nascer em Portugal não garantia a nacionalidade, então temos toda uma geração que ficou meio perdida nessas questões. E depois já eram nascidos cá, mas não são vistos como portugueses. Tudo isso, acho que, por exemplo, essa primeira geração sofreu muito mais em questões identitárias, foi a geração de lugar nenhum, não pertence... muitos nunca chegaram a ir à terra onde os pais nasceram e também, ao ir lá, não são considerados nativos desses países. Mas, afinal, quem é esta geração? Já os pais imigrantes sabem muito bem quem são. Foram pessoas que saíram dos seus países à procura de uma vida melhor, a maioria pretendia voltar, mas sabemos que depois isso acaba por nunca acontecer, e não tiveram estas problemáticas identitárias dentro deles. Depois essas problemáticas identitárias, os efeitos que têm na formação... É muito fácil olhar para os bairros e dizer "olha, esses miúdos estão todos aí sentados", mas vem tudo de uma série de políticas públicas que os confina a esses territórios nas periferias e, basicamente, não fomentou outras formas de estar. E depois foi uma geração que teve muitos - infelizmente - muitos jovens perdidos por causa destas questões identitárias. Ao final do dia, quer seja numa repartição pública ou o que for, o comportamento vai ser semelhante porque o que veem ali é um corpo negro, não há grande diferença, mas acho que as questões de identidade na primeira geração tiveram um efeito que foi devastador e que hoje em dia vemos, ainda estamos a pagar o preço relativamente a isso.

**E: Na literatura das últimas décadas fala-se muito da ideia de "*color-blind racism*", deste racismo daltónico. Hoje em dia a nova forma de racismo é dizer que não vemos cor. Acha que a memória coletiva deixada pelo legado colonial em Portugal terá, de algum modo, influenciado esta nova forma de racismo?**

P3: Sim, sim, toda a gente vê cores, todos nós vemos formatos, eu vejo uma pessoa e vou achar que é gordo, magro, bonito, feio ou o que for. Nós vemos alguém e essa pessoa significa algo para nós, é impossível, isso é o maior erro que as pessoas podem fazer. Mas também é a maneira simples de dizer: eu não sou racista, para mim são todos iguais. O grande problema é que nós não somos todos iguais e não há problema nisso, nós não somos todos iguais. Se tu nasceste na Estrela com uns pais que são médicos e tens todo um historial, não vais ser igual àquele que nasceu na Cova da Moura ou em Chelas e tem um pai que está preso, outro pai que é traficante de droga... Nós não somos iguais. E temos que conseguir abandonar – mas a base disso também vem muito como a História é contada, como a História é perpetuada, quer na escola, nos *media*, em todo o lado. Esse saudosismo muito português do fado e da era dos Descobrimentos e do período colonial como o grande momento alto de Portugal – "não, nós descobrimos o mundo e fomos grandes" – impede os portugueses de conseguir avançar nessa questão.

**E: Sim e acaba por causar uma certa erosão da História que também não nos permite falar sobre ela. Nos livros de História do sétimo ano tem uma parte em que se diz "Portugal foi não-sei-onde e trouxe especiarias, tapetes, negros...", ou seja, as pessoas são tratadas como mercadoria e isto nem sequer é falado, nem sequer é adereçado, ninguém questiona, é só a mesma retórica que era há 500 anos atrás. Acha que isso é, se calhar, um dos maiores fatores que nos impede de seguir em frente e resolver estas questões - esta erosão do passado colonial?**

P3: É. Se apostarmos noutras formas de educação e as pessoas começarem a ver a História pelo que realmente é – claro que todas as histórias têm algumas facetas boas em algum lado – isso não é uma questão de estarmos a julgar e a dizer "olha, tu estás aqui hoje e és o culpado pelo que o teu avô fez há 500 anos atrás", é simplesmente para a pessoa enfrentar e perceber o que foi feito, deixarmos aquela "ah não, mas era uma

época diferente". Todas as épocas são diferentes. Em todas as épocas, mesmo sendo diferentes, houve pessoas que não compactuaram com esses sistemas ou tentaram – isso não pode ser utilizado como uma desculpa. É claro que a gente percebe, mas só temos de analisar e perceber que não, isto não foi OK. Quando as pessoas conseguem aceitar que não, isso não estava certo, não devemos utilizar isso como o ponto alto da nossa História, devemos utilizar isso como a nossa História e um modo de ensinar para os nossos filhos, netos perceberem que não, isto não foi OK, a nossa História é esta, vimos daqui, mas não é este o caminho que devemos seguir nunca.

**E: Face a este novo racismo – que acaba por ser uma forma de racismo muito mais disfarçada e, se calhar, muito mais baseada em pequenas microagressões diárias bem doseadas – acha que as mesmas formas de ativismo que têm sido utilizadas nas últimas décadas continuam a ser eficazes, ou acha que será preciso adaptar aquilo que se tem feito a esta nova mutação?**

P3: Acho que tem sempre que se adaptar, o mundo está em constante evolução e parar é morrer, como se costuma dizer. Tem sempre de se adaptar porque há 40 anos não havia *media*, uma série de questões. Mesmo a população negra, os jovens negros de 2023 são completamente diferentes dos jovens negros de 1990, têm outras preocupações, têm outros acessos e temos sempre que adaptar. Por isso é que é sempre importante ter uma base muito jovem nos movimentos sociais, porque nós vamos envelhecendo, vamos ganhando certos vícios, há certas coisas que para nós é mais difícil ver ou perceber porque não vivemos isso e nunca iremos viver. Então, é muito importante os movimentos sociais terem uma base jovem, os jovens são sempre os que dão mais gás aos movimentos sociais, são eles que encontram novas formas de estar, novas formas de fazer ativismo, nos alertam para certas questões que às vezes acabam por nos passar ao lado...

**E: Claro. Bem, e por último, eu queria só perguntar-lhe – e esta pergunta se calhar é um bocadinho otimista ou esperançosa – se acha que algum dia a emancipação da comunidade Negra em Portugal poderá vir a ser uma realidade em pleno?**

P3: É assim, eu acho que, para haver, tem de haver de uma forma coletiva. Nenhum país vai conseguir, de forma individual, ter a emancipação de um grupo, a emancipação tem de ser feita de forma coletiva. Emancipação não significa também acabar com os problemas. O maior problema não é o racismo existir, é o racismo existir e não haver formas de combate eficaz a isso, por exemplo, é uma pessoa ir a um local de trabalho e dizer "olha, não te vou contratar por seres negra" e mesmo assim, a acionar todos os meios legais ou o que for, mesmo assim ser completamente ignorada. O problema não é acabar, porque problemas vão sempre existir de alguma forma ou de outra, mas agora o problema é vivermos numa sociedade em que as coisas acontecem mas facilmente acionas os meios e isso não passa em branco, acho que para mim isso é que é o importante em qualquer sociedade, mas vai ter que ser de uma forma coletiva. O dia em que nos emanciparmos é porque todos emanciparam-se. A lutas, em termos gerais, têm que ser sempre coletivas, não há nenhum país que de forma individual, qualquer que seja a problemática social, vá resolver. Só no dia em que estivermos todos é que vamos ter a emancipação relativamente a quaisquer questões sociais.

**E: Claro. Bem, Lúcia, então é isto, damos aqui por terminada esta entrevista. Agradeço mesmo muito a sua participação e a vossa disponibilidade, paciência e, acima de tudo, o seu tempo. Obrigada.**

P3: Está bom, obrigada, obrigada nós.

FIM DA ENTREVISTA

